



PDS LITORAL

Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná

PRODUTO: 7 RELATÓRIO DE CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS E VISÃO
DE FUTURO INICIAL (R.C.C.I.)

DATA: 29/01/2019

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Carlos Massa Ratinho Junior – Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Valdemar Bernardo Jorge – Secretário

UNIDADE GERENCIADORA DO PROJETO – PROJETO MULTISSETORIAL

Nestor Bragagnolo – Coordenador Geral

Tobias de Freitas Prando – Coordenador Adjunto

GESTOR DO CONTRATO

Fabricio Miyagima

Sônia Maria dos Santos

EQUIPE TÉCNICA INTERSECRETARIAL – ETI

ENTIDADE

Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL)

Secretaria do Desenvolvimento Urbano (SEDU)

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL)

Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA)

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)

Paraná Turismo (PRTUR)

Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG)

NOME

Milton de Almeida Barbosa

Patrícia Cherobim

Carlos Augusto Storer

Fernando Domingues Caetano

Fernando Raphael Ferro de Lima

Kamille Tombely Gumurski

Tatiana Nasser

Aline Pereira

Julio Takeshi Suzuki Junior

Daniel Nojima

Marilda Keller Zarpelon

Evandro Pinheiro

Danielle Prim

Gislene Lessa

CONSÓRCIO LITORAL SUSTENTÁVEL

Empresas

Barcelona Brasil Group Consultoria Empresarial Ltda. (Líder)
Quanta Consultoria Ltda.
Mcrit S.L.
Hidria Ciência Ambiente y Desarrollo S.L.

Gerentes do Contrato

Judith Muntal Vázquez
Marina Cabrera Bastos

EQUIPE DE TRABALHO

Coordenação e Responsabilidade Técnica

Gestoras do Contrato / Responsável Técnico / Direção / Coordenação Gerencial	Judith Muntal Vázquez
Gestoras do Contrato / Responsável Técnico / Coordenação Institucional / Coordenação Administrativa	Marina Cabreira Bastos
Coordenação Adjunta/Gerente de Projeto	Paula Lemos Azem

Equipe Chave

Coordenação e Macrozoneamento Regional	Taco Roorda
Direito Urbanístico e Ambiental	Nerêo Cardoso de Matos Jr.
Infraestrutura – Sistema Viário e Transportes	Andreu Esquius
Recursos Hídricos e Meio Ambiente	Fernando López Mera
Estruturação Social	Verônica Ferreira
Mediação e Tratativas com a Comunidade	Pedro Strozenberg

Equipe Técnica

Assistente de Coordenação e Macrozoneamento Regional	Maria Fernanda Incote Montanha Teixeira
Especialista em Turismo Sustentável de Zonas Costeiras	Eduardo Martínez Domínguez
Especialista em Patrimônio Artístico e Cultural	Lorena López Hermida
Especialista em Conservação de Áreas Naturais e Meio Ambiente	Patrícia Casal Rodriguez
Especialista em Socioeconomia, Planejamento e Prospectiva	Andreu Ulied Segui
Especialista em Planejamento do Território e Mobilidade	Oriol Biosca
Especialista em Planejamento do Território e Logística	Frederic Lloveras
Especialista Analista em Mobilidade	Albert Solé
Especialista em Geoprocessamento	Natividad Franco Cherta
Especialista em Sistemas de Informação	Ramón Catala
Especialista em Economia do Setor Público	Manoel Victor Gomes Figueiredo
Especialista em Economia Política	Álvaro Alves de Moura Jr.
Especialista em Economia Regional	Fernando Ribeiro Leite Neto
Especialista Socioeconômico	Rafa Rodrigo
Especialista em Logística	Efrain Larrea

Especialista em Habitação e Equipamentos Sociais /
Gestão Pública
Especialista em Estruturação Social, Monitoramento e
Avaliação
Apoio Direito Urbanístico e Ambiental
Apoio Mediação e Tratativas com a Comunidade
Apoio Mediação e Tratativas com a Comunidade
Especialista em Infraestruturas
Especialista em Comunicação e Mídias Sociais
Responsável Técnico de Engenharia e Infraestrutura
Responsável Técnico / Coordenação de Planejamento
Apoio Técnico em Planejamento Urbano e Regional
Apoio Técnico em Planejamento Urbano e Regional
Apoio Técnico em Planejamento Urbano e Regional
Apoio Técnico em Economia
Assessoria Jurídica
Técnica em Editoração de Relatórios e Programação Visual
Secretária

Cid Blanco Júnior

Barbara Bravo

Thiago Paiva

Maurício Maas

Soraya Sadala

Emanuel Maciel

Lívia Fonseca Costa

Gustavo Brasileiro

José Wilton Ferreira Nascimento

André Sales Sousa

Ivo Freire

Eduardo Sinaglia

Guilherme Szczerbacki Besserman Vianna

Maíra Sales Sousa

Giulia Panno

Thaís Azeredo

FICHA DE CONTRATO

Nº DO CONTRATO	SEPL Nº 004/2017
Nº DO PROTOCOLO	14.979.690-8
CONTRATANTE	Governo do Estado do Paraná – Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL
CONTRATADO	Consórcio Litoral Sustentável
OBJETO	Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná – PDS_Litoral
PROGRAMA	Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná
AGENTE FINANCIADOR	Banco Mundial (BIRD)
Nº DO EMPRÉSTIMO	8201-BR
TIPO DE SERVIÇO	Consultoria
MÉTODO DE SELEÇÃO	Concorrência Internacional do tipo SBQC - Seleção Baseada na Qualidade e no Custo, Nº 002/2015
TIPO DE CONTRATAÇÃO	Preço global
VALOR DO CONTRATO	R\$ 3.260.177,77 e EUR 485.557,89
DATA DA ORDEM DE SERVIÇO	19/01/2018

APRESENTAÇÃO

Este documento consiste na versão revisada do **Produto 7**, o **Relatório de Construção de Cenários e Visão de Futuro Inicial (R.C.C.I.)**, a ser encaminhado à Equipe Técnica Intersecretarial para análise, realização de ajustes e posterior validação, visando sua disponibilização para a realização das Oficinas de Construção de Cenários e Visão de Futuro previstas para esta etapa.

Curitiba, janeiro de 2019.

Sumário

ÍNDICE DE FIGURAS.....	8
ÍNDICE DE QUADROS	9
1 INTRODUÇÃO.....	10
2. METODOLOGIA	13
2.1 Construção das Ferramentas Metodológicas do PDS.....	14
2.1.1 Eixos e Princípios Norteadores do PDS	16
2.1.2 Desenvolvimento Sustentável e as Políticas do PDS.....	18
2.1.4 Metas Orientadoras do PDS.....	27
2.2 A Construção dos Cenários e da Visão de Futuro 2035	37
3 CENÁRIOS.....	71
3.1 Cenário A – Rumo ao Potencial	71
3.1.1 A fotografia do Litoral em 2035 no Cenário A – Rumo ao Potencial	71
3.1.2 Perfil do Cenário A – Rumo ao Potencial.....	74
3.1.3 Matriz de Vetores do Cenário A – Rumo ao Potencial	76
3.2 Cenário B – Enfrentando Desafios	83
3.2.1 A fotografia do Litoral em 2035 no Cenário B – Enfrentando Desafios.....	83
3.2.2 Perfil do Cenário B – Enfrentando Desafios.....	86
3.2.3 Matriz de Vetores do Cenário B – Enfrentando Desafios	88
3.3. Cenário C – Desperdício de Oportunidades.....	96
3.3.1 A fotografia do Litoral em 2035 no Cenário C – Desperdício de Oportunidades	96
3.3.2 Perfil do Cenário C – Desperdício de Oportunidades	98
3.3.3 Matriz de Vetores do Cenário C – Desperdício de Oportunidades.....	100

3.4. Cenário D – Contexto de Crise	108
3.4.1 A fotografia do Litoral em 2035 no Cenário D – Contexto de Crise.....	108
3.4.2 Perfil do Cenário D – Contexto de Crise	111
3.4.3 Matriz de Vetores do Cenário D – Contexto de Crise	112
4 AVALIAÇÃO DE IMPACTOS DOS CENÁRIOS	119
4.1 Matriz de Impactos dos Cenários sobre os Municípios do Litoral Paranaense..	120
5 VISÃO GERAL DE FUTURO 2035.....	124
5.1 Grau de Impacto dos Cenários.....	124
5.2 Gráfico de Vetorização da Visão Geral de Futuro 2035.....	126
5.2.1 Construção do Gráfico Base de Vetorização	126
5.2.2 Matriz de Magnitude dos Vetores por Cenário	128
5.2.3 Visão Geral de Futuro 2035.....	131
6. REALIZAÇÃO DE CONSULTA COM AS PARTES INTERESSADAS	135
7. REFERÊNCIAS	166

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Encadeamento das Ferramentas Metodológicas do PDS	15
Figura 2: Eixos e Princípios Norteadores do PDS	17
Figura 3: Construção das Políticas do PDS	22
Figura 4: Construção da Matriz Analítica do PDS	23
Figura 5: Interseções dos Princípios com as Políticas do PDS	24
Figura 6: Matriz Analítica do PDS	25
Figura 7: Síntese da Matriz Analítica do PDS	26
Figura 8: Perspectiva de como Visualizar um Quadro Maior ao Tomar Decisões	39
Figura 9: Construção dos Cenários a partir da Matriz FOFA	42
Figura 10: Escala de Magnitude dos Vetores	44
Figura 11: Síntese Gráfica do Cenário A	82
Figura 12: Síntese Gráfica do Cenário B	95
Figura 13: Síntese Gráfica do Cenário C	107
Figura 14: Síntese Gráfica do Cenário D	118
Figura 15: Escala dos Impactos dos Cenários	119
Figura 16: Gráfico Base para Vetorização da Visão Geral de Futuro 2035	127
Figura 17: Escala da Magnitude dos Vetores	128
Figura 18: Gráfico de Vetorização da Visão Geral de Futuro 2035	131

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Metas Orientadoras do PDS.....	28
Quadro 2: Linhas de Base dos Indicadores	46
Quadro 3: Perfil do Cenário A.....	74
Quadro 4: Matriz de Vetores do Cenário A.....	76
Quadro 5: Perfil do Cenário B.....	86
Quadro 6: Matriz de Vetores do Cenário B.....	88
Quadro 7: Perfil do Cenário C.....	98
Quadro 8: Matriz de Vetores do Cenário C.....	100
Quadro 9: Perfil do Cenário D	111
Quadro 10: Matriz de Vetores do Cenário D	112
Quadro 11: Médias dos Impactos por Município e por Cenário	120
Quadro 12: Média de Magnitude dos Vetores por Cenário	129
Quadro 13: Sistematização das Consultas às Partes Interessadas	136

1 INTRODUÇÃO

O Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná tem como objetivo geral “traçar diretrizes e ações estratégicas para o desenvolvimento sustentável do Litoral do Paraná, respeitando as peculiaridades de cada município e fragilidade ambiental da região, protegendo o patrimônio natural, histórico e cultural, e garantindo o protagonismo dos atores locais no processo de elaboração e implementação do PDS_LITORAL” (PARANÁ, 2016, p.72). A elaboração do Plano envolve esforços conjuntos do Governo do Estado do Paraná, das Prefeituras Municipais, da Equipe Técnica Intersecretarial (ETI), da Equipe de Acompanhamento (EA), da Equipe de Consultoria, e da comunidade.

Anteriormente, a etapa 2: contextualização da região contemplou o levantamento e a análise de dados primários e secundários, mapas georreferenciados, diagnóstico da realidade, matriz *FOFA* (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) e *benchmarking* de boas práticas internacionais.

O diagnóstico do PDS Litoral elencou um conjunto de desafios ao desenvolvimento do Litoral do Paraná para serem debatidos e amadurecidos durante a elaboração do plano: a proteção do meio ambiente e da biodiversidade, a indicação das melhores alternativas para a implantação de novas estruturas logísticas e portuárias na região, o fortalecimento das atividades agropecuárias e da pesca, a diversificação do turismo como alternativa importante para a mitigação da sazonalidade e dinamização da economia regional, a regularização fundiária, a oferta de serviços e equipamentos sociais suficientes e de qualidade, a instituição da gestão regional e a criação de novas oportunidades de emprego e renda. A esses é possível acrescentar outros elementos como infraestrutura urbana, transporte público, proteção do patrimônio histórico e cultural, bem como das comunidades tradicionais, entre outros.

A atual etapa do PDS Litoral – etapa 3: construção de cenários e visão de futuro – corresponde à fase inicial de construção do prognóstico para o futuro, e atua como uma ponte entre o diagnóstico da etapa anterior e a elaboração dos Planos e Propostas da

etapa 4: Estratégias de Ação. Para tal, o objetivo do presente documento é desenvolver quatro cenários de futuros hipotéticos que servirão de subsídio aos debates públicos que ocorrerão durante as oficinas de construção de cenários e visão de futuro. Os cenários são considerados como horizontes de futuro de curto, médio e longo prazo, e propõem a construção de uma visão para 2035 em que o desenvolvimento sustentável é alcançado por meio de estratégias de complementariedade entre as dimensões social, econômica, ambiental e institucional do Litoral. O resultado desse processo consiste na elaboração de cenário desejáveis e complementares em marcos temporais distintos, e que culminam com a consolidação de uma “Visão de Futuro”, compartilhada por todos, em busca do desenvolvimento sustentável que se almeja para a região do litoral.

O desenvolvimento de cenários auxilia na adoção de uma visão de longo prazo, em um mundo em que a incerteza é constante. Assim, o planejamento a partir de cenários tem como propósito auxiliar os atores na mudança de sua visão em relação à realidade. A intenção é combinar a visão da realidade atual com a realidade futura, buscando a partir dessa síntese a proposta de um conjunto de ações robustas no presente e que tenham impactos no futuro.

O principal desafio dessa etapa reside no tratamento equilibrado entre os diversos componentes econômicos, sociais, institucionais e ambientais existentes no Litoral do Paraná. Ou seja, em conciliar a necessária preservação ambiental, que assume uma dimensão maior nessa região, com a busca de melhores condições socioeconômicas e com a pressão decorrente do crescimento das cidades, das atividades portuárias, da ampliação da infraestrutura e das rodovias, entre outros. Outro desafio está na consolidação de um processo de planejamento das políticas regionais que busque o equilíbrio entre os movimentos exógenos e endógenos, com uma consciência de mútua valorização das iniciativas locais e das políticas nacionais.

Posteriormente, a etapa 4: Estratégias de Ação trará os Planos e Programas, bem como os instrumentos necessários para garantir a implementação eficaz do PDS Litoral, contemplando o macrozoneamento da região, as estratégias de financiamento, a

estratégia institucional e de gestão da implementação do Plano, além dos indicadores de monitoramento e avaliação. Por fim, a etapa 5 – Conferência Regional – celebrará o fim dos trabalhos de elaboração do PDS Litoral.

2. METODOLOGIA

O Relatório de Construção de Cenários e Visão de Futuro (P7) é desenvolvido como uma grande sistematização metodológica que se propõe a estabelecer as lentes e categorias mobilizadas para transformar o diagnóstico da região do Litoral em Prognóstico. Seguindo as determinações do Termo de Referência que rege a elaboração do PDS, neste produto é apresentada a lógica utilizada para a definição dos eixos, princípios, políticas, e metas que serão utilizados para transformar questões e problemas do diagnóstico em potenciais soluções para a fase propositiva.

Dando continuidade ao exercício de sintetização do diagnóstico na Matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) apresentada na etapa 2, a construção dos cenários é um processo de mão dupla. Por um lado são definidos os princípios, eixos e metas que devem orientar a projeção dos cenários para o Litoral até 2035. Por outro, é feito o exercício de potencializar os temas e questões levantados em cada um dos quatro eixos da Matriz FOFA, com o objetivo de sustentar quatro possíveis cenários imaginários para a região do Litoral Paranaense.

Nesta seção são apresentados os processos metodológicos de construção dos cenários e da visão de futuro para 2035. Em um primeiro momento elaboramos a construção das ferramentas utilizadas para construção dos cenários: eixos, princípios, políticas e metas do PDS. Em uma segunda etapa apresentamos o processo de construção dos cenários a partir da Matriz FOFA.

2.1 Construção das Ferramentas Metodológicas do PDS

As quatro ferramentas metodológicas do PDS foram elaboradas com o objetivo de conectarem e sintetizarem as informações produzidas durante a primeira etapa do PDS. A primeira ferramenta é a dos **EIXOS** que dão continuidade à estrutura da contextualização, sintetizando as cinco principais dimensões de análise: Ambiental, Econômica, de Infraestrutura, Institucional, e Socioterritorial.

A segunda ferramenta é a dos **PRINCÍPIOS**, e foi elaborada a partir das principais categorias de análise utilizadas para construção do diagnóstico. Ou seja, a partir do conteúdo construído na fase de contextualização, foram identificados os Princípios que nortearam a análise e priorização das questões e potenciais da região dentro de cada eixo. Assim, é possível afirmar que os Princípios organizam o diagnóstico em grupos de questões interconectadas e permitem a relação entre questões de eixos distintos.

A terceira ferramenta é a das **POLÍTICAS** que foram elaboradas a partir da sintetização das definições de desenvolvimento sustentável apresentadas pelo Termo de Referência. Ao agrupar definições dialógicas, foi possível identificar Políticas que deveriam exercer o papel de orientações éticas à elaboração de cenários e perspectivas propostas de planos e projetos, com o objetivo de garantir o alinhamento entre o PDS e o entendimento de desenvolvimento sustentável apresentado pelo governo no Termo de Referência.

A sobreposição das ferramentas de Princípios com a de Políticas gera a **MATRIZ ANALÍTICA do PDS**, o enquadramento metodológico fundamental para orientação da construção de cenários, da visão de futuro, e da elaboração de propostas na etapa 4. A Matriz em si não é uma ferramenta, mas o produto da soma de duas ferramentas. Este tema é apropriadamente elaborado ainda nesta seção.

Por fim, a última ferramenta é a das **METAS**, que nesta etapa exercem papel de norteadores do que o PDS objetiva alcançar com a Visão de Futuro 2035. As Metas foram definidas a partir de uma leitura dos ODS a partir da lente dos Princípios e Políticas do Plano. Cabe ressaltar que na próxima etapa de Elaboração de Propostas será desenvolvido um Plano de Monitoramento e Avaliação que apresentará metas e indicadores específicos para quantificar as expectativas de resultado e impacto dos Programas e Projetos propostos. Portanto, as Metas utilizadas nesta fase são intencionalmente mais abrangentes e menos específicas e servem ao propósito de sustentar uma visão unificada do que o PDS propõe para o futuro da região;; além de garantir o alinhamento com instrumentos e propostas já existentes e pactuadas pelo governo, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Abaixo é possível visualizar o encadeamento entre as ferramentas metodológicas do PDS, bem como suas definições :

Figura 1: Encadeamento das Ferramentas Metodológicas do PDS



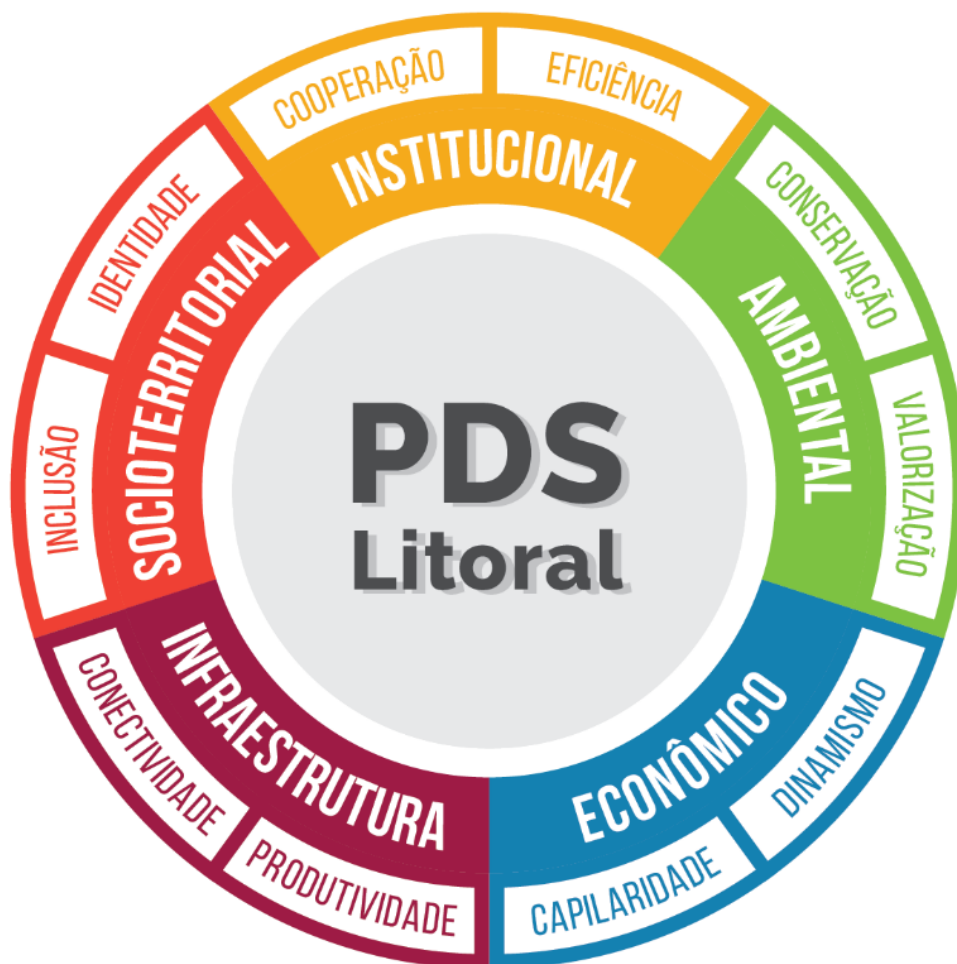
2.1.1 Eixos e Princípios Norteadores do PDS

Seguindo a orientação do Termo de Referência, o Relatório de Contextualização Inicial foi desenvolvido com base em cinco pilares: (1) *Ambiental* que inclui os temas de Sustentabilidade e Qualidade Ambiental, Preservação da Mata Atlântica, Ecoturismo, Unidades de Conservação e Saneamento e Resíduos Sólidos; (2) *Econômico* que contempla as temáticas de Crescimento Econômico, Agropecuária, e Turismo; (3) *Infraestrutura*, que trata das Atividades da Indústria e da Logística, e da Infraestrutura de Logística e Transporte (4) *Institucional* que inclui dentre outros os temas de Equipamentos Sociais, Qualidade da Governança, Capacidade Financeira das Administrações Locais, e Capacidade Técnica das Instituições Locais; e (5) *Socioterritorial* que inclui População, Crescimento Urbano, Uso e Ocupação do Solo, Habitação e Questões Fundiárias, Patrimônio Histórico e Cultural, Turismo de Sol e Praia, e Comunidades Tradicionais.

Para o melhor alinhamento e coerência entre as etapas de elaboração do PDS, optou-se por transformar os pilares de análise da Contextualização nos Eixos que irão orientar as fases propositivas. Desta forma, os cinco Eixos que orientam a análise dos cenários são: Ambiental, Econômico, de Infraestrutura, Institucional, e Socioterritorial. A partir desta definição foram elaborados os Princípios quanto categorias analíticas que organizam e priorizam as questões do diagnóstico com o objetivo de viabilizar a transformação de questões e problemas em propostas de solução. Foram definidos dois Princípios por Eixo que são elencados abaixo, e que podem ser melhor analisados na Figura 2 apresentada em seguida.

- Ambiental: Conservação e Valorização
- Econômico: Dinamismo e Capilaridade
- Infraestrutura: Conectividade e Produtividade
- Institucional: Cooperação e Eficiência
- Socioterritorial: Inclusão e Identidade

Figura 2: Eixos e Princípios Norteadores do PDS



Fonte: Os autores.

2.1.2 Desenvolvimento Sustentável e as Políticas do PDS

As políticas de um plano ou projeto são fundamentais quanto garantidores do alinhamento ético entre as ações propostas e os conceitos e definições apresentados na justificativa para a formulação de uma nova política pública. No caso do PDS não é diferente. A justificativa para elaboração do Plano foi feita com base na necessidade de alinhar o modelo de desenvolvimento existente no Litoral com conceitos e definições específicas de Desenvolvimento e de Sustentabilidade. Dessa forma, o processo de elaboração das políticas que vão orientar a elaboração dos cenários, e posteriormente das Propostas do PDS, deve necessariamente refletir o entendimento das definições e conceitos estabelecido pelo Termo de Referência que determina os parâmetros de atuação do PDS.

De acordo com o Termo de Referência, o PDS deve estar alinhado com a estratégia para o NOVO PARANÁ, que tem como objetivos e prioridades (PARANÁ, 2016, p. 65/161):

- “Atingir um maior índice de desenvolvimento humano direcionando o Estado para políticas voltadas para a desconcentração do desenvolvimento.”
- “Aumentar licitamente a riqueza do Estado ampliando a integração e o valor agregado em distintos campos da economia com governança local e segurança jurídica de investimentos.”
- “Diversificar as regiões por meio da conformação de políticas de desconcentração econômica que privilegiem as organizações e segmentos potenciais em atividades que priorizem as situações em que o desenvolvimento se mostra mais necessário e sustentável.”

Ao longo do documento é possível identificar doze definições de *desenvolvimento*, *sustentabilidade*, e *desenvolvimento sustentável*, conforme apresentadas a seguir:

- “É o desenvolvimento sustentado na cooperação humana, o que significa o incentivo a mecanismos democráticos, como participação pública, aprendizado social, sustentabilidade e empoderamento.” (PARANÁ, 2016, p.65/161)
- “Desenvolvimento como transformação de mentalidade significa que todos os agentes assumem responsabilidades no processo através da participação ativa e eficaz.” (PARANÁ, 2016, p.67/161)
- “O desenvolvimento como transformação, o que significa: fomentar processos domésticos, valendo-se da riqueza do conhecimento e das capacidades locais e expandindo-os para atingir objetivos e aspirações que o país definir” (PARANÁ, 2016, p.67/161)
- “Sen adota dois entendimentos de liberdade, como processo e como oportunidade. Estas duas vertentes configuram-se como constitutivas do desenvolvimento: (i) processos de tomadas de decisão; e (ii) oportunidades de obter resultados considerados valiosos.” (PARANÁ, 2016, p.68/161)
- “Como um processo que se retroalimenta, o desenvolvimento permite o agir em conjunto dos indivíduos, pois contribui para o despertar de sua consciência cidadã, da mesma forma como a capacidade de escolher, agir e transformar contribui para o desenvolvimento.” (PARANÁ, 2016, p.68/161)
- “O desenvolvimento humano, definido como uma constante expansão das oportunidades dos indivíduos e sociedades merece e precisa da defesa das liberdades culturais de todo e cada indivíduo.” (PARANÁ, 2016, p.68/161)
- “O processo de desenvolvimento pode ser descrito como a expansão da liberdade substancial, a saber, das capacidades das pessoas de levar o tipo de vida que valorizam ou têm razões para valorizar.” (PARANÁ, 2016, p.68/161)
- “Desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades.” (PARANÁ, 2016, p..71/161)

- “Desenvolvimento local sustentável como um processo endógeno de mudança que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais.” (PARANÁ, 2016, p.71/101)
- “A equação do desenvolvimento sustentável para um recorte territorial envolve muitas outras variáveis além do dinamismo econômico e melhor qualidade de vida da população, como a criação de novas institucionalidades, mudanças nas relações de trabalho, crescimento econômico seletivo, maior competitividade dos investimentos, novos padrões de consumo e produção e o crescimento de setores terciários e quaternários da economia.” (PARANÁ, 2016, p.71/161)
- “O desenvolvimento sustentável é então aquele que consegue fazer todas essas variáveis oscilar em torno de valores ótimos relativos à complexa trama ambiental-social-político-econômica-territorial, buscando-se um equilíbrio que considere a preservação ambiental e a qualidade de vida da população.” (PARANÁ, 2016, p.72/161)
- “Pensar em desenvolvimento regional sustentável é promover o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas para uma lógica baseada em projetos que valorize as vocações e os recursos específicos do território.” (PARANÁ, 2016, p.72/161)

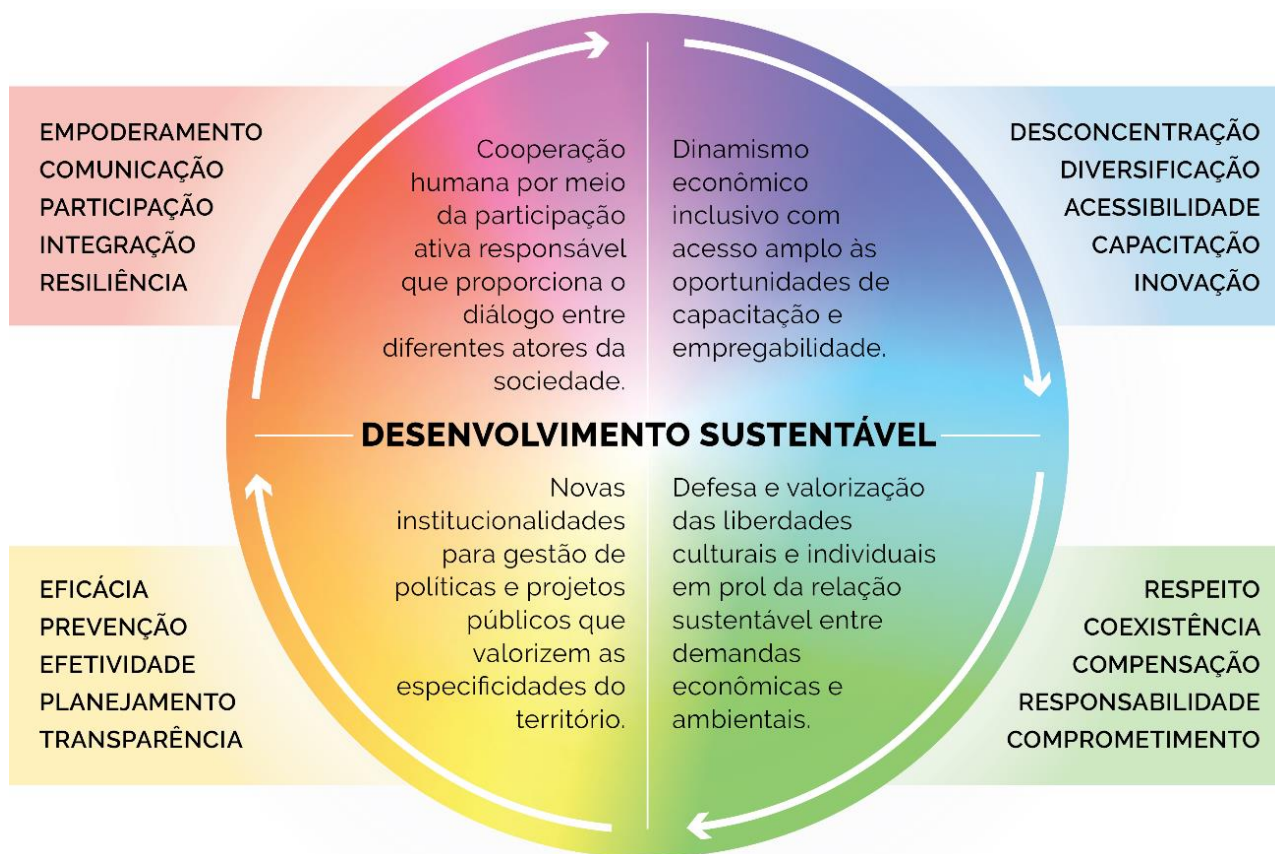
A partir do estudo destes conceitos e do entendimento de como estas lentes de análise sobre o desenvolvimento sustentável dialogam entre si foi possível agrupar o material apresentado pelo Termo de Referência em quatro grandes definições:

1. Desenvolvimento Sustentável é alcançado pela cooperação humana por meio da participação ativa responsável que proporciona o diálogo entre diferentes atores da sociedade
2. Desenvolvimento Sustentável é alcançado pelo dinamismo econômico inclusivo com acesso amplo às oportunidades de capacitação e empregabilidade.

3. Desenvolvimento Sustentável é alcançado pela defesa e valorização das liberdades culturais e individuais em prol da relação sustentável entre demandas econômicas e ambientais.
4. Desenvolvimento Sustentável é alcançado pelas novas institucionalidades para gestão de políticas e projetos públicos que valorizem as especificidades do território.

A partir destas quatro definições foram criadas as políticas que devem reger a fase propositiva do PDS, conectando os cenários, a visão de futuro e a elaboração de propostas com o entendimento de Desenvolvimento Sustentável apresentado pelo governo no Termo de Referência. Todas as propostas de cenários, visão de futuro e elaboração de propostas deverão, obrigatoriamente, estar alinhada com pelo menos uma das políticas apresentadas na Figura 3, a seguir:

Figura 3: Construção das Políticas do PDS

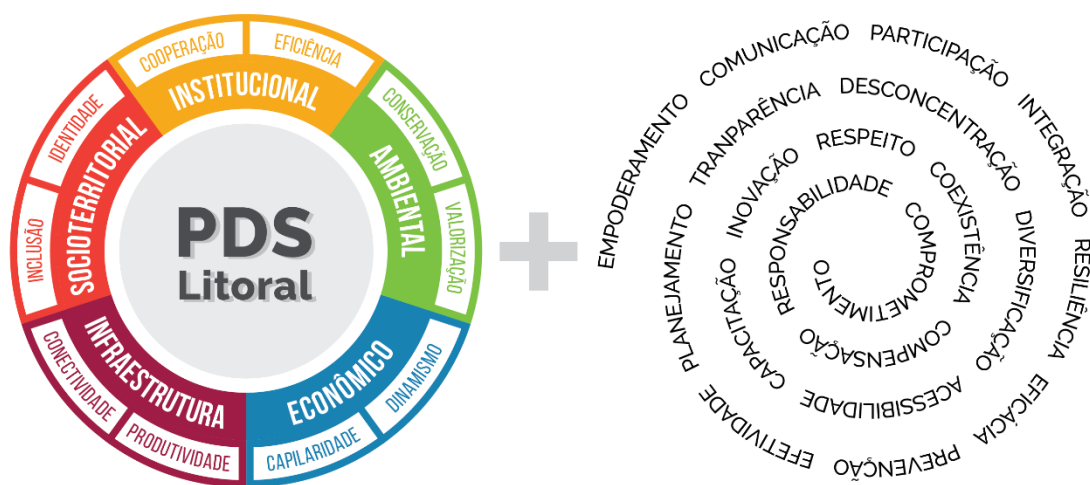


Fonte: Os autores.

2.1.3 A Matriz Analítica do PDS

O objetivo da construção de uma Matriz Analítica é o de definir lentes claras para orientar a construção dos cenários e, futuramente, dos Programas e Projetos do PDS. A transformação do diagnóstico do PDS em prognóstico resulta do processo de sobreposição dos Princípios do Plano quanto categorias analíticas da contextualização com as Políticas do PDS quanto diretrizes conceituais, como ilustrado na Figura 4 abaixo:

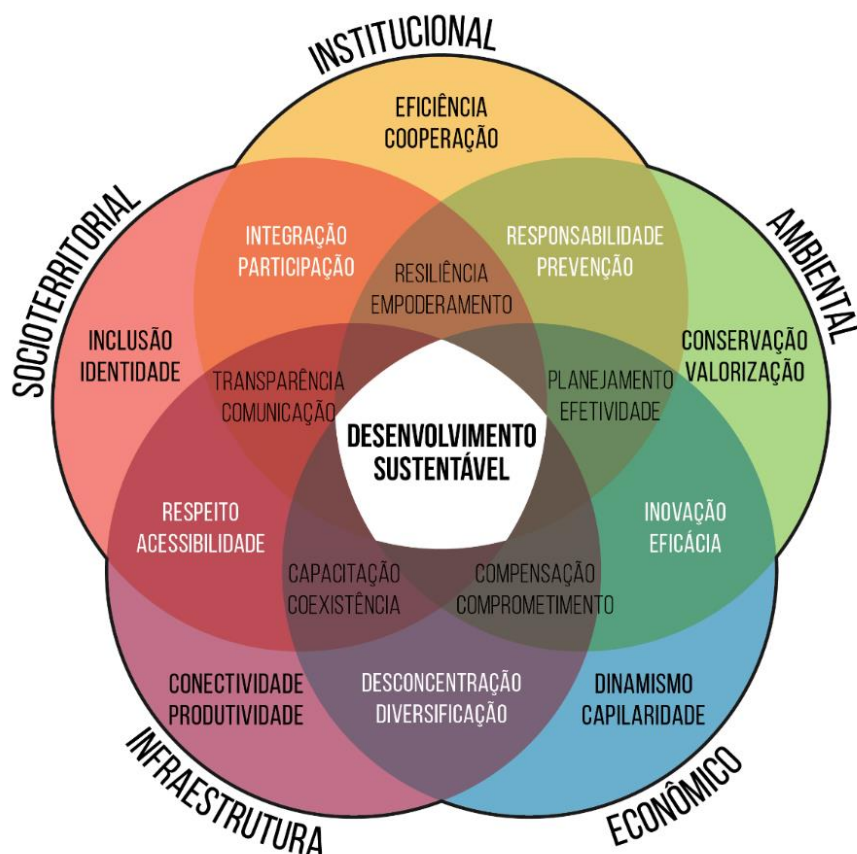
Figura 4: Construção da Matriz Analítica do PDS



Fonte: Os autores.

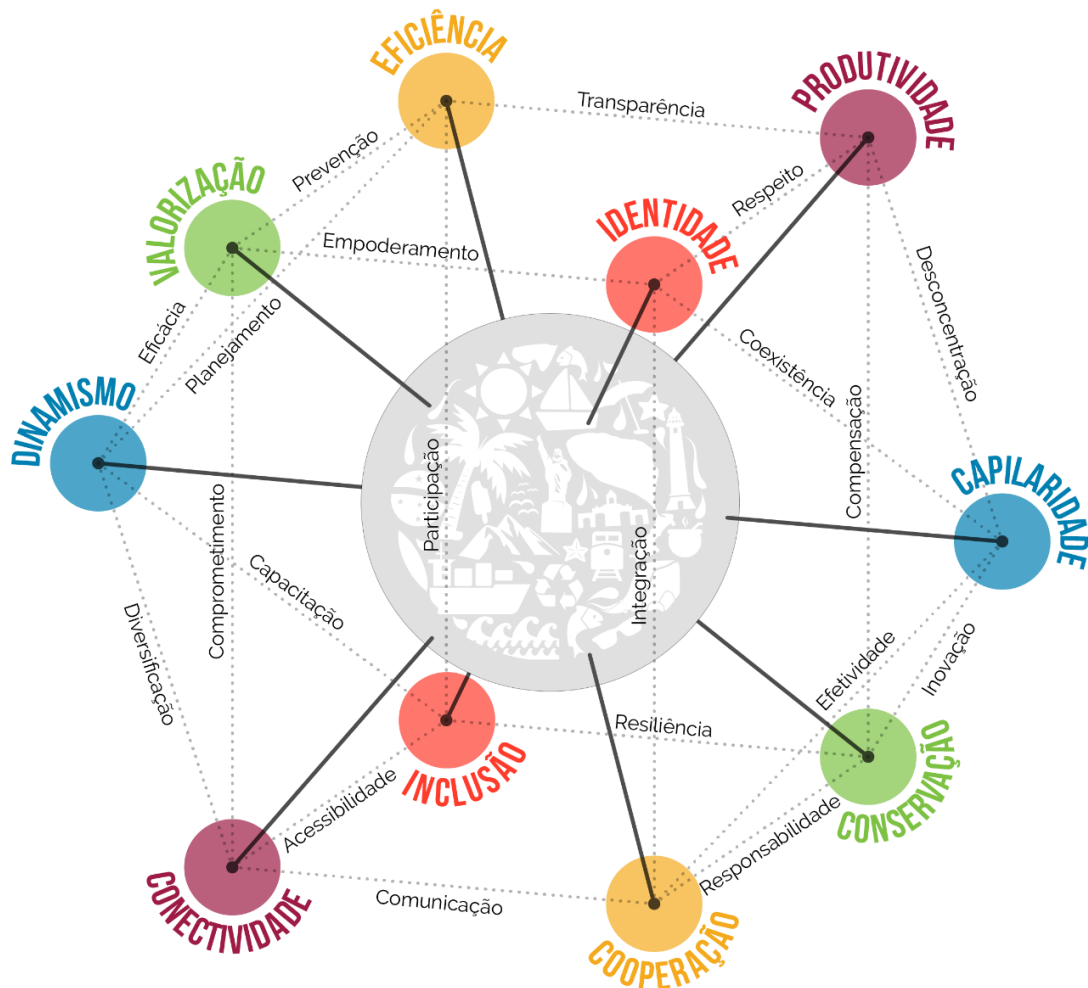
A sobreposição dos Princípios com as Políticas do PDS gera interseções que refletem os objetivos da transversalidade e interdisciplinariedade, fundamentais para construção de uma visão holística ds Região do Litoral. A partir desta equação torna-se possível propor soluções orientadas pelo prisma do desenvolvimento sustentável para os problemas e questões identificados na fase de contextualização. Por exemplo, o Princípio da Inclusão organiza as questões relativas ao isolamento e à marginalização social, econômica e ambiental no Litoral, que pode ser ilustrada pela deficiência no sistema de saneamento, pelo isolamento das comunidades tradicionais, pela dificuldade de acesso e mobilidade entre municípios, entre outros. Quando sobrepomos o Princípio da Inclusão à Política de Integração, criamos um olhar específico para orientar as soluções que serão definidas pelo PDS na construção de cenários, na visão de futuro, e na elaboração de Propostas da próxima etapa. Ou seja, quando aplicamos a Política da Integração ao Princípio da Inclusão estamos orientando as soluções à propostas que visem otimizar as estruturas existentes, sugerindo a complementação com canais que aumentem a capilaridade, que promovam a integração social de setores sociais diferentes e grupos identitários distintos, que fomentem a integração entre modos de vida e produção com o meio ambiente de forma sustentável, entre outros. A sobreposição dos Princípios com as Políticas do PDS é ilustrada abaixo na Figura 5:

Figura 5: Interseções dos Princípios com as Políticas do PDS



A partir das interseções entre Princípios e Políticas é possível criar a Matriz de Análise do PDS, que estabelece de forma clara quais Princípios possuem conexão mais explícita a quais Políticas e, portanto, precisam ter esta relação estabelecida da forma clara na fase propositiva do PDS. A Figura 6 apresenta de forma gráfica as conexões estabelecidas entre Princípios e Políticas, e deixa claro quais Princípios, e consequentemente eixos, precisam obrigatoriamente ser pensados de forma integrada para que as Políticas sejam traduzidas em ações e propostas na próxima etapa do PDS.

Figura 6: Matriz Analítica do PDS



Fonte: Os autores.

Os Princípios Norteadores do Plano atuam como o norte da bússola, servindo como referencial do processo decisório, e dando propósito e perspectiva para o Plano que está sendo construído. Os Princípios são apresentados nesta fase de construção de cenários, mas também serão fundamentais quanto norteadores da proposição de planos e propostas na etapa seguinte. Ao longo deste documento, em especial durante a apresentação dos cenários e na avaliação de impactos, os Princípios Norteadores enquadraram a análise feita pelos consultores sobre os possíveis desdobramentos e consequências dos cenários, além de embasar as narrativas usadas para elaboração dos imaginários acerca do Litoral.

Figura 7: Síntese da Matriz Analítica do PDS



Fonte: Os autores.

2.1.4 Metas Orientadoras do PDS

As Metas Orientadoras do PDS resultam da convergência entre os Princípios e Políticas apresentados anteriormente e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. O propósito das Metas é o de orientar a ação do Plano de Desenvolvimento Sustentável, garantindo que o PDS esteja de acordo com as macrodiretrizes de desenvolvimento sustentável já existentes. Ou seja, as Metas Orientadoras são traduções dos ODS para a realidade do Litoral Paranaense.

Para construção dos cenários as Metas Orientadoras dos ODS cumprem o papel de direcionar a construção da Visão de Futuro. Ou seja, a Visão de Futuro 2035 do PDS é um imaginário da Região Litorânea em que as Metas dos ODS são alcançadas. Dessa forma, estas metas influenciarão a próxima etapa de Elaboração de Propostas, uma vez que os projetos e ações do PDS deverão corroborar em escalas distintas com o alcance global das ODS.

Na etapa seguinte de Elaboração de Propostas as Metas Orientadoras se tornarão guarda-chuvas do Plano de Monitoramento e Avaliação do PDS desdobrando-se em indicadores de produto/processo, resultado e impacto com metas quantificáveis específicas para cada ação e atividade proposta. Entende-se que na etapa de construção de cenários e visão de futuro ainda não é possível definir indicadores e metas quantificáveis, uma vez que estes precisam estar vinculados a marcos lógicos dos projetos contendo atividades, detalhamentos quanto à viabilidade, e demais informações que permitam a realização da proposta.

No Quadro 1 são apresentadas as Metas Orientadoras escolhidas dentre os ODS e correlacionadas com os Princípios e Políticas do PDS.

Quadro 1: Metas Orientadoras do PDS

PRINCÍPIOS	POLÍTICAS	ODS	METAS
CAPILARIDADE	Efetividade	1	Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia.
COOPERAÇÃO			
INCLUSÃO	Capacitação	1	Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.
DINAMISMO			
CONECTIVIDADE	Acessibilidade	1	Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo micro finanças.
INCLUSÃO			
CONSERVAÇÃO	Resiliência	1	Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.
INCLUSÃO			
DINAMISMO	Planejamento	1	Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões.
EFICIÊNCIA			
IDENTIDADE	Integração	1	Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza.
COOPERAÇÃO			
DINAMISMO	Capacitação	2	Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimento, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.
INCLUSÃO			
CONSERVAÇÃO	Inovação	2	Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às

CAPILARIDADE			mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.
VALORIZAÇÃO	Eficácia	2	Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente.
DINAMISMO			
CONSERVAÇÃO	Inovação	2	Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos.
CAPILARIDADE			
CONECTIVIDADE	Acessibilidade	3	Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas.
INCLUSÃO			
DINAMISMO	Capacitação	4	Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.
INCLUSÃO			
VALORIZAÇÃO	Empoderamento	4	Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.
IDENTIDADE			
VALORIZAÇÃO	Empoderamento	4	Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.
IDENTIDADE			
VALORIZAÇÃO	Empoderamento	5	Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.
IDENTIDADE			

CAPILARIDADE	Desconcentração	5	Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.
PRODUTIVIDADE			
COOPERAÇÃO	Comunicação	5	Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres.
CONECTIVIDADE			
Cooperação	Efetividade	6	Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos.
CAPILARIDADE			
COOPERAÇÃO	Responsabilidade	6	Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.
CONSERVAÇÃO			
EFICIÊNCIA	Prevenção	6	Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água.
VALORIZAÇÃO			
COOPERAÇÃO	Responsabilidade	6	Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado.
CONSERVAÇÃO			
PRODUTIVIDADE	Compensação	6	Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos.
CONSERVAÇÃO			
INCLUSÃO	Participação	6	Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.
EFICIÊNCIA			
CONECTIVIDADE	Comprometimento	7	Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.
VALORIZAÇÃO			
DINAMISMO	Eficácia	7	Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética.
VALORIZAÇÃO			
CAPILARIDADE	Inovação	7	Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de

CONSERVAÇÃO			combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa.
DINAMISMO	Diversificação	8	Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra.
CONECTIVIDADE			
COOPERAÇÃO	Efetividade	8	Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.
CAPILARIDADE			
IDENTIDADE	Coexistência	8	Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança.
CAPILARIDADE			
Produtividade	Desconcentração	8	Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.
CAPILARIDADE			
IDENTIDADE	Integração	8	Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação.
COOPERAÇÃO			
IDENTIDADE	Empoderamento	8	Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais.
VALORIZAÇÃO			
PRODUTIVIDADE	Transparência	9	Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.
EFICIÊNCIA			
CONSERVAÇÃO	Compensação	9	Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos.
PRODUTIVIDADE			
DINAMISMO	Diversificação	9	Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados.
CONECTIVIDADE			

CAPILARIDADE	Inovação	9	Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades.
CONSERVAÇÃO			
DINAMISMO	Eficácia	9	Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento.
VALORIZAÇÃO			
CONECTIVIDADE	Comprometimento	9	Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países menos desenvolvidos, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.
VALORIZAÇÃO			
DINAMISMO	Diversificação	9	Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities.
CONECTIVIDADE			
COOPERAÇÃO	Comunicação	9	Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020.
CONECTIVIDADE			
COOPERAÇÃO	Integração	10	Até 2030, empoderar e promover a INCLUSÃO social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.
IDENTIDADE			
CAPILARIDADE	Desconcentração	10	Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.
PRODUTIVIDADE			
INCLUSÃO	Acessibilidade	11	Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas
CONECTIVIDADE			
INCLUSÃO	Acessibilidade	11	Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos

CONECTIVIDADE			transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.
EFICIÊNCIA	Planejamento	11	Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.
DINAMISMO			
IDENTIDADE	Respeito	11	Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.
PRODUTIVIDADE			
VALORIZAÇÃO	Comprometimento	11	Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade.
CONECTIVIDADE			
CONSERVAÇÃO	Compensação	11	Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.
PRODUTIVIDADE			
IDENTIDADE	Coexistência	11	Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.
CAPILARIDADE			
CONSERVAÇÃO	Responsabilidade	12	Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.
COOPERAÇÃO			
PRODUTIVIDADE	Respeito	12	Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.
IDENTIDADE			
CONSERVAÇÃO	Compensação	12	Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.
PRODUTIVIDADE			
EFICIÊNCIA	Prevenção	12	Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso
VALORIZAÇÃO			

PRODUTIVIDADE	Transparência	12	Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.
EFICIÊNCIA			
PRODUTIVIDADE	Transparência	12	Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.
EFICIÊNCIA			
CONECTIVIDADE	Comunicação	12	Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.
COOPERAÇÃO			
DINAMISMO	Eficácia	12	Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.
VALORIZAÇÃO			
INCLUSÃO	Resiliência	13	Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países
CONSERVAÇÃO			
PRODUTIVIDADE	Respeito	13	Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais.
IDENTIDADE			
EFICIÊNCIA	Prevenção	13	Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima.
VALORIZAÇÃO			
DINAMISMO	Planejamento	13	Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas.
EFICIÊNCIA			
VALORIZAÇÃO	Prevenção	14	Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.
EFICIÊNCIA			
INCLUSÃO	Resiliência	14	Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos
CONSERVAÇÃO			
CAPILARIDADE	Coexistência	14	Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão

IDENTIDADE			com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas
COOPERAÇÃO	Responsabilidade	14	Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível.
CONSERVAÇÃO			
CAPILARIDADE	Coexistência	14	Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo.
IDENTIDADE			
PRODUTIVIDADE	Desconcentração	14	Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados.
CAPILARIDADE			
VALORIZAÇÃO	Comprometimento	15	Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais.
CONECTIVIDADE			
INCLUSÃO	Resiliência	15	Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente.
CONSERVAÇÃO			
EFICIÊNCIA	Prevenção	15	Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas.
VALORIZAÇÃO			
PRODUTIVIDADE	Compensação	15	Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas.
CONSERVAÇÃO			
INCLUSÃO	Participação	16	Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos.
EFICIÊNCIA			
PRODUTIVIDADE	Transparência	16	Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.
EFICIÊNCIA			
INCLUSÃO	Participação	16	Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.
EFICIÊNCIA			

CONECTIVIDADE	Comunicação	16	Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.
COOPERAÇÃO			
IDENTIDADE	Respeito	16	Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.
PRODUTIVIDADE			
DINAMISMO	Planejamento	17	Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas.
EFICIÊNCIA			
IDENTIDADE	Integração	17	Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável.
COOPERAÇÃO			
DINAMISMO	Diversificação	17	Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.
CONECTIVIDADE			
INCLUSÃO	Capacitação	17	Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais.
DINAMISMO			

2.2 A Construção dos Cenários e da Visão de Futuro 2035

As políticas públicas não podem negligenciar as especificidades e necessidades dos seus territórios e populações. Porém, dada a natureza da globalização e das novas tecnologias de comunicação, geralmente pouco sensíveis às especificidades, os impactos que derivam das macrotendências exógenas sobre as populações que moram e trabalham em uma determinada localização são muito mais fortes agora do que foram nas décadas anteriores.

Para Giovinazzo e Fischmann (2002 *apud* CAMARGO, 2005: pp. 231), no “contexto de grandes mudanças, o planejamento estratégico, apoiado pela prospecção de tendências do futuro, torna-se cada vez mais importante para o sucesso e sobrevivência das organizações”. O mesmo pode ser aplicado à sobrevivência dos territórios. Para analisar a incerteza desse futuro, a ferramenta dos cenários prospectivos e cenários normativos torna-se bem útil.

2.2.1 A Construção de Cenários como Metodologia

Podemos entender um cenário como um “conjunto formado pela descrição coerente de uma situação futura e pelo encaminhamento dos acontecimentos que permitem passar da situação de origem à situação futura” (MARCIAL e GRUMBACH, 2008: pp. 11). Os futuros que nós somos capazes de imaginar são fortemente influenciados por nossas memórias e preocupações atuais, e buscam dar respostas às nossas expectativas por meio de estratégias alternativas.

A técnica de criação de cenários pode ser entendida como um marco para pensar e imaginar conjuntamente possíveis futuros de forma estruturada e de maneira construtiva, considerando alternativas e implicações de cada uma dessas alternativas. O objetivo final da técnica de criação de cenários não é apenas pensar no futuro, mas apoiar processos mais informados de tomada de decisões e criação de políticas públicas.

A prospectiva territorial é uma abordagem orientada para o futuro caracterizada por:

- (a) um pensamento crítico sobre a evolução do território no longo prazo, e dos impactos sobre o seu desenvolvimento econômico, social e ambiental;
- (b) um envolvimento participativo;
- (c) informação dos processos de tomada de decisão.

A prospectiva territorial fornece um quadro para apoiar um pensamento estruturado sobre o desenvolvimento territorial. A prospectiva territorial pode ajudar a compreender melhor as implicações de tendências de desenvolvimento possíveis ou propostas, de projetos ou de ideias para futuros desejados, e ainda para futuros não desejados.

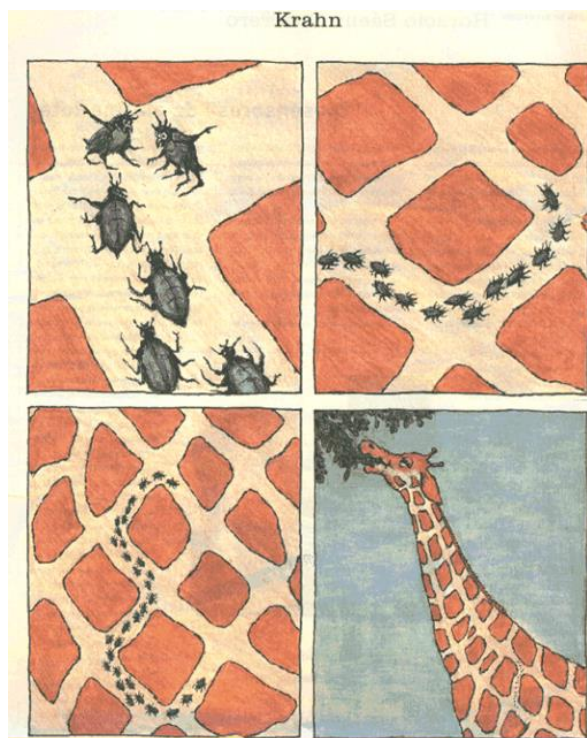
Como indicado pelo trabalho de CARNEIRO *et al.* (2011: pp.02), a importância de se trabalhar com cenários (VELEZ, 2007 *apud* CARNEIRO *et al.*, 2011: pp.02) é de que eles permitem “estimular a imaginação, reduzir as incoerências, criar uma linguagem comum e permitir a reflexão”. Já Franco (2007: pp. 102) informa que “a existência de mais de uma solução é condição básica para a tomada de decisão e uma das bases do planejamento estratégico”.

A técnica de criação de cenários cumpre com os seguintes objetivos:

- Aproximar os atores às complexidades e incertezas: ajuda a reunir ideias e conhecimento de uma ampla gama de participantes diferentes para abordar complexidades e incertezas onde não há informações quantitativas disponíveis.
- Compreender as consequências territoriais de futuros (im)possíveis : isso ajuda a entender possíveis consequências territoriais de uma tendência importante, grandes objetivos de desenvolvimento territorial ou ainda possíveis distopias ou futuros não desejáveis.
- Criação do senso de propriedade do conhecimento (empoderamento): com foco no envolvimento das pessoas para discutir problemas e conflitos comuns e possíveis consequências territoriais, a formulação de políticas públicas se fortalece.

- Informar a tomada de decisão: conscientizar sobre as consequências territoriais de um tópico na formulação de políticas públicas. Isso pode prevenir implicações territoriais indesejadas ou acelerar implicações esperadas.

Figura 8: Perspectiva de como Visualizar um Quadro Maior ao Tomar Decisões



Fonte: Desenho pelo Krahn publicado no jornal La Vanguardia nos anos 1990 (LV, Barcelona)

Uma característica distintiva da prospectiva e das técnicas de cenários é sua orientação futura para o longo prazo, que vai além de questões e preocupações imediatas no curto prazo. A prospecção, ao contrário da maioria das abordagens de planejamento estratégico, lida com as perspectivas de médio e longo prazo e baseia-se nas visões de várias partes interessadas. Diferente de “previsão”, a perspectiva é mais qualitativa do que quantitativa, unindo as pessoas e descobrindo um possível consenso. De certo modo, ela está menos preocupada com a geração de conhecimento do que com o compartilhamento de conhecimento e a comunicação.

A perspectiva não se trata de prever com precisão, mas de fornecer informações úteis para deliberações inteligentes entre analistas e formuladores de políticas sobre os impactos das opções alternativas. O principal desafio é, portanto, ser capaz de visualizar todo o quadro, concentrando-se apenas em detalhes significativos, movendo-se das posições individuais para os interesses comuns a todos. Mais do que a análise detalhada de uma longa lista de questões, portanto, a perspectiva trazida pelos cenários busca entender os padrões e desenvolver uma “síntese prospectiva”, um conhecimento orientado para a ação.

Nesse contexto, a técnica de criação de cenários é uma das ferramentas mais conhecidas e mais citadas para pensar sobre o futuro. Os cenários são histórias (ou narrativas) definidas no futuro que exploram como um território mudaria se certas tendências fossem fortalecidas ou comprometidas, ou se vários eventos ocorressem. O planejamento do cenário não tenta prever o que acontecerá, mas por meio de um processo formal identifica um conjunto limitado de exemplos de futuros possíveis que fornecem um valioso ponto de referência ao avaliar estratégias atuais ou formular novas linhas de ação. Este método questiona os pressupostos sobre o futuro e cria confiança para atuar em um mundo de incertezas (UNDP, 2014).

O recente relatório Brasil 2035: Cenários para o Desenvolvimento (IPEA 2017) lembra que o termo cenário foi utilizado pela primeira vez durante a década de 1950, pela *Rand Corporation* ao realizar estudos prospectivos. A escolha do termo foi influenciada pelo grande avanço da indústria cinematográfica naquela época. O objetivo era retirar a ideia de que esse produto descrevia o que iria acontecer e firmar o conceito de histórias a respeito do futuro. Essas histórias apresentavam possibilidades de futuro plausíveis, a partir das quais os estrategistas poderiam melhor decidir e, assim, adotar uma postura de construtores do futuro desejado.

Os cenários focam a atenção nas relações entre eventos e pontos de decisão. Como regra geral, a construção do cenário é particularmente útil em situações em que o passado ou o presente provavelmente não serão um guia para o futuro. Os cenários

ajudam a direcionar a atenção para forças motrizes, possíveis caminhos de evolução e a extensão das contingências que podem ser confrontadas. Assim, eles são particularmente úteis quando muitos fatores precisam ser considerados e o grau de incerteza sobre o futuro é alto.

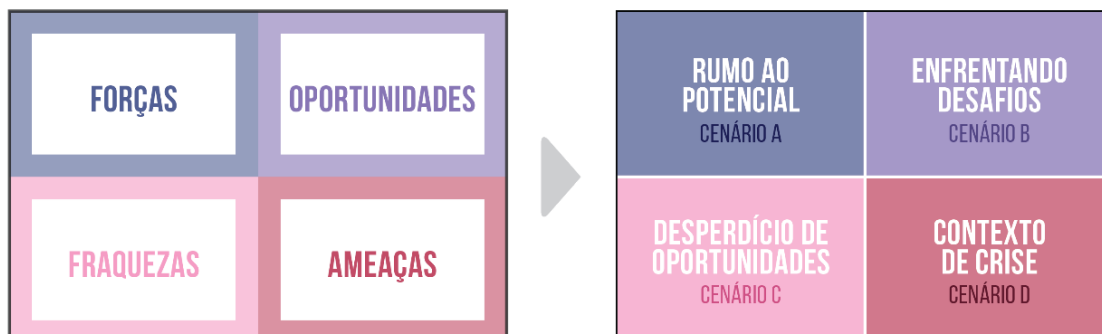
Os cenários mais úteis tentam ilustrar o *trade-off* ou compromissos entre os objetivos políticos em disputa. Enquanto um cenário pode explorar se o crescimento econômico e a criação de emprego desempenham um papel primordial, outros cenários podem atribuir a mesma relevância para a equidade social ou para os valores ambientais. Uma vez que o objetivo final dos cenários é o suporte a políticas, a escolha dos cenários deve ser politicamente relevante.

A construção de cenários envolve uma mistura de sentimentos e valores, bem como conhecimento racional. Emoções (ligadas a posições iniciais e interesses próprios) e racionalidade estão misturadas nas mentes das partes interessadas, assim como nas mentes dos especialistas. Distinguir o que gostaríamos (nossos desejos) do que pode acontecer é crítico para uma deliberação saudável, porém dificilmente pode ser alcançado. Tudo considerado, sempre há uma ambiguidade inevitável na definição de uma visão comum para o futuro. Nesse sentido, o processo de construção de cenários em uma abordagem participativa é fundamental para construir essa visão comum entre os participantes, visando gerar consenso e direção. Nas oficinas que serão realizadas a partir deste relatório os interessados entenderão melhor as estratégias e as opções políticas necessárias para a construção de futuros alternativos. Os processos de criação de imagens desses futuros e como realizá-los podem facilitar a ação. Os participantes também entenderão melhor os pontos de vista e as estratégias dos demais, bem como compreenderão as dificuldades encontradas ao longo dos processos.

2.2.2 Os Cenários do PDS a partir da Matriz FOFA

Com o objetivo de construir imaginários para o Litoral a partir das realidades apresentadas na etapa de Contextualização, o exercício proposto neste relatório é

Figura 9: Construção dos Cenários a partir da Matriz FOFA



baseado na lógica de potencializar cada um dos quatro elementos da Matriz FOFA: Forças, Oportunidades, Fraquezas, e Ameaças. Ou seja, é possível sintetizar a construção dos cenários da seguinte forma:

- Cenário A: O que aconteceria com o Litoral se as Forças fossem potencializadas e houvesse o ambiente propício para o seu pleno desenvolvimento? Qual Litoral teríamos se a região tivesse as condições de se desenvolver de forma menos dependente de ajuda externa, e com isso conseguisse fortalecer sua identidade local?
- Cenário B: O que aconteceria com o Litoral se as Oportunidades pudessem se tornar realidade, e se, com isso, os grandes projetos pensados para o desenvolvimento econômico fossem viabilizados? Qual Litoral teríamos se a região tivesse a possibilidade de grande ganho financeiro e apoio tecnológico externo?
- Cenário C: O que aconteceria com o Litoral se a região seguisse a tendência registrada em 2018 (com base no relatório de contextualização do PDS), ou seja, se não houvesse nem intervenções para desenvolvimento de forças e oportunidades, nem para contenção do agravamento de fraquezas? Qual Litoral teríamos se as questões que comprometem o nível de desenvolvimento existente se mantivessem em crescimento tendencial?

- Cenário D: O que aconteceria com o Litoral se a região não apenas não fosse submetida à intervenções que a fortalecessem, mas também se tornasse vulnerável às ameaças identificadas? Qual Litoral teríamos se as ameaças que afetam diretamente a região se tornassem realidade?

A partir deste exercício foi compreendido que na busca pelo desenvolvimento sustentável do Litoral do Paraná é imprescindível a busca pelo ponto de equilíbrio em que forças aparentemente em oposição deixam de se anular e passam a se potencializar. Tradicionalmente o exercício de construção de cenários tende a apresentar opções de escolha em que os indivíduos são submetidos à uma decisão entre o cenário A ou cenário B.

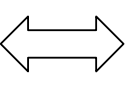
Ao longo dos meses de elaboração do PDS foi possível identificar em diversas ocasiões de diálogo com as partes interessadas no Plano uma tendência ao questionamento se o PDS seria a favor do cenário ambiental OU do cenário econômico, como se estas duas dimensões estivessem necessariamente em oposição. Neste exercício de projeção de cenários nos propomos a oferecer uma alternativa: o PDS acredita que (1) os cenários não devem ser exclusivamente vinculado à um eixo (ambiental ou econômico, por exemplo), mas sim o resultado da articulação dos cinco eixos seguindo as políticas do PDS; (2) que o fator determinante da diferença dos cenários está nos tempos em que as ações levam para ser desenvolvidas, na forma como são financiadas, e no grau de dependência de atores e entidades externas à região; e (3) que é possível ter mais de um cenário na construção da visão de futuro do Litoral do Paraná, se entendermos que um cenário pode servir de alicerce para o outro, e este outro pode servir de propósito para o primeiro.

Ou seja, acreditamos que o caminho para o desenvolvimento sustentável do Litoral do Paraná passará por um período de desafios, que se bem enfrentados e com propósito alinhado, levará a região rumo ao seu potencial.

Para melhor entendimento de desta proposição apresentamos na próxima seção cada uma dos cenários de forma detalhada. Em primeiro lugar apresentamos uma fotografia de cada cenário, que é seguida por uma tabela síntese contendo os principais elementos que caracterizam o imaginário proposto. Posteriormente, para enriquecer a análise dos quatro cenários é apresentada uma matriz de análise dos seguintes vetores temáticos: população, agricultura, crescimento econômico, indústria, logística e transporte, turismo, instrumentos de ordenamento territorial, equipamentos sociais, patrimônio histórico e cultural, comunidades tradicionais, turismo de sol e praia, qualidade do meio ambiente, preservação da Mata Atlântica, ecoturismo, saneamento e resíduos sólidos, qualidade da governança, capacidade financeira das administrações locais, e capacidade técnica das administrações locais. A ideia é de que, na matriz, cada cenário seja esmiuçado, revelando seus desdobramentos em detalhes.

Para cada vetor setorial os especialistas:

Figura 10: Escala de Magnitude dos Vetores

				
Representa um vetor em forte decadência, e corresponde ao valor de -2 (menos dois)	Representa um vetor em moderada decadência, e corresponde ao valor de -1 (menos um)	Representa um vetor estável e corresponde ao valor de 0 (zero)	Representa um vetor em moderada ascendência, e corresponde ao valor de 1 (um)	Representa um vetor em forte ascendência, e corresponde ao valor de 2 (dois)

1. Indicam se o vetor de magnitude do desenvolvimento irá aumentar, diminuir ou se manter estável, seguindo a escala abaixo:
2. Desenvolvem uma mini narrativa qualitativa causa-efeito para ilustrar com maior detalhe como o cenário considera esse vetor.

3. Identificam os principais riscos e desafios presentes para cada um desses vetores setoriais.

Para a análise de cada vetor foram levados em consideração aspectos qualitativos e quantitativos identificados durante a etapa de contextualização. Com o objetivo de fazer a transição entre a fase de diagnóstico e a de prognóstico são apresentados no Quadro 2 os dados quantitativos verificáveis que orientaram a modulação de cada um dos vetores, e que serão utilizados como linha de base para definição e quantificação dos indicadores e metas na próxima etapa de elaboração de propostas.

Ao final de cada cenário foi elaborada uma síntese gráfica do cenário construída a partir das palavras que mais se repetiam na coluna de narrativa dos vetores.

Quadro 2: Linhas de Base dos Indicadores

Tabela de Linha de Base dos Indicadores							
Eixo	Vetores	O que é analisado	Linha de Base dos Indicadores	Área de Abrangência	Valor	Ano	Fonte
Econômico	Crescimento Demográfico	Crescimento da população ligado à atividade econômica, a partir da possibilidade de geração de novos empregos e atração de mão de obra externa ao Litoral.	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	Antonina	0,687	2010	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil com base na coleta do IBGE 2010
				Guaraqueçaba	0,587		
				Guaratuba	0,717		
				Matinhos	0,743		
				Morretes	0,686		
				Paranaguá	0,750		
				Pontal do Paraná	0,738		
	Crescimento Econômico	Ritmo de crescimento, evolução e resiliência da economia do Litoral, influenciados pelo tipo de políticas públicas implementadas e pelo fomento de cada tipo de atividade.	Crescimento médio anual do PIB da microrregião de Paranaguá, em porcentagem	Região do Litoral	4,1%	2003/2015	Coleta do IBGE
			PIB a preços constantes da microrregião de Paranaguá, em bilhões de reais	Região do Litoral	R\$10.7 bilhões	2015	Coleta do IBGE
			Representação do PIB da microrregião de Paranaguá no PIB da Região Metropolitana de Curitiba, em porcentagem	Região do Litoral	6%	2015	Coleta do IBGE
			Representação do PIB da microrregião no PIB do Estado de Paraná, em porcentagem	Região do Litoral	2,6%	2015	Coleta do IBGE

			Representação do PIB de Paranaguá no PIB da microrregião de Paranaguá, em porcentagem	Paranaguá	73%	2015	Coleta do IBGE
			Trabalhadores residentes ocupados na Microrregião de Paranaguá em julho de 2010, em número de indivíduos	Litoral do Paraná	115.797 pessoas	2015	Coleta do IBGE
			Representação de trabalhadores residentes ocupados por município na Microrregião de Paranaguá em julho de 2010, em porcentagem	Antonina	5,94%	2015	Coleta do IBGE
				Guaraqueçaba	2,93%		
				Guaratuba	11,99%		
				Matinhos	12,18%		
				Morretes	6,20%		
				Paranaguá	52,52%		
				Pontal do Paraná	8,24%		
			PIB per capita a preços constantes da microrregião de Paranaguá, em reais	Região do Litoral	R\$ 36.772	2015	Coleta do IBGE
			PIB per capita dos municípios da microrregião de Paranaguá (razão em valor ao valor estadual; PIB per capita do Paraná = 1,00)	Antonina	0,59		
				Guaraqueçaba	0,30		
				Guaratuba	0,53		
				Matinhos	0,79		
				Morretes	0,45		
				Paranaguá	1,39		
				Pontal do Paraná	1		

	Agropecuária	Importância e relevância do setor agropecuário no desenvolvimento econômico do Litoral, ligado ao nível de investimento dedicado às melhorias na capacitação dos produtores bem como à melhoria da infraestrutura para escoamento da produção.	PIB do setor agropecuário da microrregião de Paranaguá em 2015, em milhões de reais	Litoral do Paraná	R\$ 104 milhões	2015	Coleta do IBGE
			Representação do setor agropecuário no PIB da microrregião de Paranaguá em 2015, em porcentagem	Litoral do Paraná	1%	2015	Coleta do IBGE
			Representação do setor agropecuário no PIB dos municípios da microrregião de Paranaguá em 2015, em porcentagem	Antonina	2,2%	2015	Coleta do IBGE
				Guaraqueçaba	24,8%		
				Guaratuba	3,5%		
				Matinhos	0,1%		
				Morretes	13,8%		
				Paranaguá	0,1%		
				Pontal do Paraná	0,4%		
			Trabalhadores residentes ocupados no setor agropecuário por município, em número de indivíduos	Antonina	1.169	2010	Microdados da componente amostral do Censo de 2010
				Guaraqueçaba	2.018		
				Guaratuba	1.586		
				Matinhos	325		
				Morretes	1.927		
				Paranaguá	1.990		
				Pontal do Paraná	489		
			Trabalhadores residentes ocupados no setor agropecuário na microrregião de Paranaguá, em número de indivíduos	Litoral do Paraná	9.504	2010	Microdados da componente amostral do Censo de 2010
				Antonina	21.6	2016	

			Valor Bruto Rural dos municípios do Litoral, em milhões de reais	Guaraqueçaba	41.9		Departamento de Economia Rural - DERAL
				Guaratuba	151.7		
				Matinhos	8.2		
				Morretes	45.6		
				Paranaguá	18.2		
				Pontal do Paraná	9.3		
			Km de vias não pavimentadas para escoamento da produção	Guaraqueçaba	72 Km	2017	MCrit
				Guaratuba	110 Km		
	Turismo	O turismo quanto atividade econômica e importante fonte de renda e emprego no Litoral.	Receita do turismo estadual em bilhões de reais	Estado do Paraná	R\$ 5,7 bilhões	2005	Paraná Turístico 2026
			Número de turistas no estado do Paraná, em milhões de turistas ao ano	Estado do Paraná	15,9 milhões de turistas	2005	Paraná Turístico 2026
			Taxa média de ocupação de unidades habitacionais dos estabelecimentos de hospedagem no Litoral do Paraná, em porcentagem	Litoral do Paraná	25,3%	2009/2012	SETU "Meios de Hospedagem 2009-2012"
			Representação do total de empregos nas Atividades Econômicas Características do Turismo (ACT) do Litoral com relação ao total estadual, em porcentagem	Litoral do Paraná	3,6%	2005	Paraná Turístico 2026
			Tempo médio de permanência do turista no Litoral do Paraná, em dias	Litoral do Paraná	7,6 dias	2006	SETU
			Gasto per capita diário do turista no Litoral do Paraná, em reais	Litoral do Paraná	R\$ 35,97	2006	SETU

			Média geral da avaliação do Litoral Paranaense como destino turístico, em porcentagem	Litoral do Paraná	Bom: 52,9%	2009	Ministério do Turismo
			Regular: 23,5%				
			Ruim: 13,6%				
			Quantidade de equipamentos turísticos (hospedagem, alimentação, comércio de artesanato, agência e postos de informação, em número de unidades	Antonina	28	2010	SETU
				Guaraqueçaba	18		
				Guaratuba	67		
				Matinhos	32		
				Morretes	50		
Paranaguá	166						
Pontal do Paraná	39						
Infraestrutura	Indústria e Logística	Caracterização, localização e crescimento das atividades industriais e logísticas no Litoral.	PIB do setor secundário da microrregião de Paranaguá em 2015, em milhões de reais	Litoral do Paraná	R\$ 2.487 milhões	2015	Coleta do IBGE
			Representação do setor secundário no PIB da microrregião de Paranaguá em 2015, em porcentagem	Litoral do Paraná	23,2%	2015	Coleta do IBGE
			Representação do setor secundário no PIB dos municípios da microrregião de Paranaguá em 2015, em porcentagem	Antonina	28,2%	2015	Coleta do IBGE
				Guaraqueçaba	6,3%		
				Guaratuba	10,9%		
				Matinhos	7,3%		
				Morretes	8,6%		
				Paranaguá	27,2%		
Pontal do Paraná	15,5%						
	Antonina	1,1	2017	ANTAQ			

			Movimentação total, em toneladas, dos Portos de Paranaguá e Antonina em milhões de toneladas	Paranaguá	45,7		
			Movimentação de contêineres no complexo portuários dos Portos de Paranaguá e Antonina	Complexo de Portos de Paranaguá e Antonina	752.250 TEU	2017	ANTAQ
			Crescimento da movimentação de cargas entre 2016 e 2017, em porcentagem	Antonina	-17%	2016/2017	ANTAQ
				Paranaguá	+14%		
			Acesso das cargas para o Porto de Paranaguá por Ferrovia, em porcentagem	Litoral do Paraná	20%	2013	Plano Mestre do Porto de Paranaguá
			Acesso das cargas para o Porto de Paranaguá por Rodovia, em porcentagem	Litoral do Paraná	80%		
			Contribuição das diferentes mercadorias movimentadas nos Portos, em porcentagem	Antonina	Granel Sólido: 85%	2017	ANTAQ
					Carga Geral: 15%		
				Paranaguá	Granel Sólido: 72%		
					Carga Containerizada: 18%		
					Granel Líquido e Gasoso: 6%		
					Carga Geral: 4%		

	Logística e Transporte	Identificação e caracterização dos principais empreendimentos logísticos e infraestruturas de transporte a serem implantados.	Ordens de magnitude da capacidade anual de investimento público em infraestruturas em milhões de reais por ano	Litoral do Paraná	APPA: R\$250 milhões/ano	2018	SEIL-DER Paraná
				Estado do Paraná	SEIL: R\$ 80 milhões/ano		
				Estado do Paraná	DER: R\$ 200 milhões/ano para novas infraestruturas e R\$ 800 milhões/ano para manutenção no estado		
			Municípios com mais de 20.000 habitantes que precisam desenvolver um Plano de Mobilidade Urbana até abril 2019	Guaratuba	Sem Plano	2018	Lei 12.587/12) e MP 818/2018 aplicadas à Microrregião de Paranaguá
				Matinhos			
				Pontal do Paraná			
Socioterritorial	Instrumentos de Ordenamento Territorial	Os instrumentos de ordenamento territorial como ferramentas de desenvolvimento regional e local. Consideram-se: Planos Diretores Municipais, Zoneamentos Municipais, Planos de Manejo de U.C., PDS Litoral, Macrozoneamento	Municípios com Plano Diretor aprovado nos últimos 10 anos	Antonina	Sim	2018	Coleta do PDS Litoral 2018 junto às Prefeituras Municipais
				Guaraqueçaba	Não		
				Guaratuba	Não		
				Matinhos	Não		
				Morretes	Sim		
				Paranaguá	Não		
				Pontal do Paraná	Não		
			Plano Diretor vigente aprovado pelo COLIT	Antonina	Não	2018	Coleta do COLIT
				Guaraqueçaba	Sim		
				Guaratuba	Sim		

		Regional, Leis de Uso e Ocupação do Solo.		Matinhos	Sim		
				Morretes	Não		
				Paranaguá	Sim		
				Pontal do Paraná	Sim		
			Zonas Protegidas por Legislação Ambiental Específica no Litoral do Paraná, em porcentagem	Litoral do Paraná	81,43%	2016	Zoneamento Ecológico-Econômico
			Zona de Proteção de Mananciais nas Zonas Protegidas por Legislação Específica no Litoral do Paraná, em porcentagem	Litoral do Paraná	4,80%	2016	Zoneamento Ecológico-Econômico
			Zona de Expansão para UCs de Proteção Integral do Litoral do Paraná, em porcentagem	Litoral do Paraná	1,69%	2016	Zoneamento Ecológico-Econômico
			Zona de Desenvolvimento das Terras Ocupadas do Litoral do Paraná, em porcentagem	Litoral do Paraná	3,29%	2016	Zoneamento Ecológico-Econômico
			Zona de Desenvolvimento Diferenciado do Litoral do Paraná, em porcentagem	Litoral do Paraná	1,44%	2016	Zoneamento Ecológico-Econômico
			Zona Urbana do Litoral do Paraná, em porcentagem	Litoral do Paraná	1,72%	2016	Zoneamento Ecológico-Econômico
	Crescimento Urbano	Processos de aceleração do ritmo da expansão e adensamento de áreas urbanas.	Distribuição populacional no território, em porcentagem	Antonina	7%	2010	Coleta do IBGE
				Guaraqueçaba	3%		
				Guaratuba	12%		
				Matinhos	11%		
				Morretes	6%		

				Paranaguá	53%		
				Pontal do Paraná	8%		
			Taxa de crescimento populacional anual	Antonina	-0,15%	2010	Coleta do IBGE
				Guaraqueçaba	-0,51%		
				Guaratuba	+1,65%		
				Matinhos	+1,98%		
				Morretes	+0,29%		
				Paranaguá	+0,99%		
				Pontal do Paraná	+3,86%		
			Área dos perímetros urbanos em Km ²	Antonina	14,79 Km ²	2018	PARANACIDADE
				Guaraqueçaba	4,55 Km ²		
				Guaratuba	51,86 Km ²		
				Matinhos	25,79 Km ²		
				Morretes	18,70 Km ²		
				Paranaguá	106 Km ²		
				Pontal do Paraná	69,96 Km ²		
			Área das malhas urbanas em Km ²	Antonina	6,75 Km ²	2018	PARANACIDADE
				Guaraqueçaba	1,64 Km ²		
				Guaratuba	20,78 Km ²		
				Matinhos	17,12 Km ²		
				Morretes	6,28 Km ²		
				Paranaguá	40,08 Km ²		
				Pontal do Paraná	21,39 Km ²		
				Antonina	1,688%	2018	PARANACIDADE

			Extensão do perímetro urbano em relação ao território municipal, em porcentagem	Guaraqueçaba	0,197%		
				Guaratuba	3,916%		
				Matinhos	22,362%		
				Morretes	2,716%		
				Paranaguá	13,028%		
				Pontal do Paraná	34,644%		
			Grau de urbanização dos municípios, em porcentagem	Antonina	85%	2010	Coleta do IBGE
				Guaraqueçaba	34,1%		
				Guaratuba	89,8%		
				Matinhos	99,5%		
				Morretes	45,7%		
				Paranaguá	96,4%		
				Pontal do Paraná	99,2%		
			Densidade demográfica dos municípios, em habitantes por hectare	Antonina	2.141	2018	PARANACIDADE
				Guaraqueçaba	390		
				Guaratuba	2.421		
				Matinhos	24.990		
				Morretes	2.296		
				Paranaguá	16.990		
				Pontal do Paraná	10.470		
			Densidade demográfica média da malha urbana, em habitantes por hectare	Antonina	24,38	2018	PARANACIDADE
				Guaraqueçaba	16,18		
				Guaratuba	14,14		
				Matinhos	17,31		
				Morretes	15,51		

				Paranaguá	33,91		
				Pontal do Paraná	9,71		
			Área da malha urbana em relação ao perímetro urbano, em porcentagem	Antonina	45,66%	2018	PARANACIDADE
				Guaraqueçaba	36,04%		
				Guaratuba	40,06%		
				Matinhos	66,38%		
				Morretes	33,58%		
				Paranaguá	37,81%		
				Pontal do Paraná	30,57%		
			Domicílios particulares de uso ocasional nos municípios, em porcentagem	Antonina	15%	2010	Coleta do IBGE
				Guaraqueçaba	20%		
				Guaratuba	51%		
				Matinhos	65%		
				Morretes	20%		
				Paranaguá	3,7%		
				Pontal do Paraná	65%		
	Habitação e Questões Fundiárias	Equacionamento das questões referentes aos déficits qualitativo e quantitativo habitacionais, bem como às irregularidades fundiárias já existentes na região e seu impacto na qualidade	Número de domicílios particulares por município (total do litoral do Paraná), em unidades	Litoral do Paraná	149.335 domicílios	2010	Coleta do IBGE
			Número de Domicílios com Uso Ocasional por município (total do litoral do Paraná), em unidades	Litoral do Paraná	56.327 domicílios	2010	Coleta do IBGE
			Déficit Habitacional por município (total do litoral do Paraná), em unidades	Litoral do Paraná	8.030 domicílios	2010	Fundação João Pinheiro

		de vida da população na arrecadação municipal.	Número de Domicílios em Favelas por município (total do litoral do Paraná), em unidades	Litoral do Paraná	953 domicílios	2004; 2006; 2010; 2015; 2016; 2017	SISPEHIS/Cohapar (2010, 2015, 2016); Censo IBGE (2010); Munic (2017); IPARDES (2018); PMM (2006); PMPP (2004)
			Número de Unidades/Lotes em Loteamentos Clandestinos/Irregulares por município (total do litoral do Paraná), em unidades / lotes	Litoral do Paraná	47.754 unidades	2004; 2006; 2010; 2015; 2016; 2017	SISPEHIS/Cohapar (2010, 2015, 2016); Censo IBGE (2010); Munic (2017); IPARDES (2018); PMM (2006); PMPP (2004)
	Turismo de Sol e Praia	Os impactos do Turismo de Sol e Praia no planejamento do território.	Turistas que procuram o Litoral do Paraná como destino turístico de Sol e Praia, em porcentagem	Litoral do Paraná	23%	2010	PDTIS
			Hóspedes no Litoral do Paraná na alta temporada (dez-fev), em relação ao total anual, em porcentagem	Litoral do Paraná	44%	2006	SETU
			Hóspedes no Litoral que ficam em casa própria ou de amigos, em relação ao total de hóspedes anual, em porcentagem	Litoral do Paraná	83%	2006	SETU
			Turistas motivados pelos atrativos de Sol e Praia da região, em	Litoral do Paraná	9,3%	2010	PDTIS

			comparação com os demais atrativos (náutico, gastronômico, pesca, religioso, negócios, cultural, aventura e ecoturismo), em porcentagem				
			Segmento ocupado pelos roteiros de Sol e Praia comercializados pelos Operadores de Turismo, em comparação com os demais segmentos (técnico-científico, negócios, náutico, aventura, cultural, rural e ecoturismo), em porcentagem	Litoral do Paraná	21,4%	2010	PDTIS
	Patrimônio Histórico e Cultural	A necessidade de recuperação e valorização dos bens materiais e imateriais e seu potencial impacto na promoção do turismo cultural.	Turistas motivados pelos atrativos Culturais da região, em comparação com os demais atrativos (náutico, gastronômico, pesca, religioso, negócios, ecoturismo, aventura e Sol e Praia), em porcentagem	Litoral do Paraná	25,3%	2010	PDTIS
			Segmento ocupado pelos roteiros Culturais comercializados pelos Operadores de Turismo, em comparação com os demais segmentos (técnico-científico, negócios, náutico, aventura, de ecoturismo, rural e Sol e Praia) em porcentagem	Litoral do Paraná	61,9%	2010	PDTIS
			Bens tombados por município, em número de unidades	Antonina	9	2018	Secretaria de Estado de Cultura
				Guaraqueçaba	2		

				Guaratuba	3		
				Matinhos	5		
				Morretes	7		
				Paranaguá	26		
				Pontal do Paraná	1		
			Sambaquis por município, em número de unidades	Antonina	70	2018	Secretaria de Estado de Cultura
				Guaraqueçaba	79		
				Guaratuba	88		
				Matinhos	5		
				Morretes	7		
				Paranaguá	69		
				Pontal do Paraná	15		
			Museus e Casas de Cultura por município, em número de unidades	Antonina	3	2018	Secretaria de Estado de Cultura
				Guaraqueçaba	3		
				Guaratuba	5		
				Matinhos	2		
				Morretes	2		
				Paranaguá	6		
				Pontal do Paraná	2		
	Comunidades Tradicionais	Qualidade de vida das comunidades tradicionais e indígenas do litoral, incluindo a garantia dos direitos e a proteção às	População indígena no estado do Paraná, em número de indivíduos autodeclarados	Estado do Paraná	26.559	2010	Coleta do IBGE
			Terras Indígenas demarcadas no Litoral do Paraná, em unidades	Litoral do Paraná	2	2019	FUNAI

		práticas tradicionais e patrimônios reconhecidos. São considerados os elementos fundamentais que definem os modos de vida das comunidades como as formas de produção artesanal e a relação das comunidades com o meio ambiente.	Terras Indígenas regularizadas no Litoral do Paraná, em unidades	Litoral do Paraná	1	2019	FUNAI
			Comunidades remanescentes de Quilombos	Litoral do Paraná	2	2018	Fundação Cultural Palmares
			Residências de pescadores em áreas da SPU, em porcentagem	Litoral do Paraná	>50%	2012	SEAB/DERAL
Ambiental	Ecoturismo	O potencial do aproveitamento sustentável da riqueza natural do território como forma de preservação tanto por visitantes como pela população local.	Número de visitantes às Unidades de Conservação no Brasil, em milhões de indivíduos	Brasil	10,7 milhões	2017	Ministério do Turismo
			Unidades de Conservação no Litoral do Paraná, em número de UCs	Litoral do Paraná	44	2010	PDTIS
			Turistas motivados pelos atrativos de Ecoturismo da região, em comparação com os demais atrativos (náutico, gastronômico, pesca, religioso, negócios, cultural, aventura e Sol e Praia), em porcentagem	Litoral do Paraná	24%	2010	PDTIS
			Segmento ocupado pelos roteiros de Ecoturismo comercializados pelos Operadores de Turismo, em comparação com os demais segmentos (técnico-científico, negócios, náutico, aventura,	Litoral do Paraná	78,6%	2010	PDTIS

			cultural, rural e Sol e Praia) em porcentagem				
	Sustentabilidade e Qualidade Ambiental	A melhoria da qualidade do ar, a redução da contaminação (acústica, de águas, atmosférica, luminosa, do solo, e outros tipos), o manejo eficaz dos resíduos urbanos, o tratamento adequado do esgoto e do saneamento, e o avanço para uma maior eficiência energética.	Quantidade de moradias com conexões domiciliares à rede municipal, em porcentagem	Litoral do Paraná	98%	2016	Dados do anuário estatístico IPARDES
			Consumo anual de água per capita, em litros, por pessoa por dia	Litoral do Paraná	211,80 litros/pessoa/dia	2018	Dados do Plano da Bacia Litorânea, AGUASPARANÁ
			Disponibilidade de recursos hídricos - Reserva Potencial Explorável Subterrânea (RPE), em porcentagem da Recarga Potencial Direta do aquífero (RPD)	Litoral do Paraná	23,4%	2018	Dados do Plano da Bacia Litorânea, AGUASPARANÁ
			Disponibilidade de recursos hídrico, por taxa de BHS captado / consumido (0-1)	Litoral do Paraná	0,036 / 0,011	2018	Dados do Plano da Bacia Litorânea, AGUASPARANÁ
			Eficiência no atendimento à demanda hídrica para abastecimento humano, em porcentagem de litros consumidos para abastecimento humano versus total de litros captados pelos sistemas de captação superficial e subterrânea existentes no litoral.	Litoral do Paraná	20% / 20%	2016	Anuário estatístico do IPARDES
			Eficiência no serviço de abastecimento de água, em porcentagem que se perde da água	Litoral do Paraná	48,65%	2016	Anuário estatístico do IPARDES

			tratada que ingressa no sistema de distribuição				
			Disponibilidade de recursos hídricos (Balneabilidade), em porcentagem	Litoral do Paraná	20,3%	2018	IAP
			Cobertura energética, em porcentagem de domicílios do litoral do Paraná com ligação autorizada à energia elétrica	Litoral do Paraná	98,79%	2016	Anuário estatístico IPARDES
			(Consumo anual residencial de eletricidade por domicílio, em kWh por domicílio, por ano	Litoral do Paraná	29.789,42 kWh/domicílio /ano	2016	Anuário estatístico IPARDES
			Energia renovável sobre o total de energia gerada, em porcentagem	Litoral do Paraná	47,5%	2014	COPEL
			Concentração de contaminantes no ar (MP10), em µg/m3 / ano	Litoral do Paraná	24,95 µg/m3 / ano	2013	IAP
			Emissões de GEE da cidade divididas pela população da cidade, em toneladas anuais de CO2 per capita	Litoral do Paraná	4,99 TeqCO2/hab/ano	2014	SEMA
			Emissões totais de GEE divididas pelo PIB da cidade, em Kg/US\$ do PIB	Litoral do Paraná	1,06 Kg/US\$ do PIB	2014	SEMA
	Preservação da Mata Atlântica	A preservação dos remanescentes da vegetação original que caracteriza o bioma da Mata Atlântica e daqueles em estado avançado de regeneração, indicado pela	Incidência do desmatamento da mata Atlântica, em hectares desmatados por ano	Estado do Paraná	1,5 mil hectares	2016	Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica. Período 2016-2017. Fundação SOS Mata Atlântica

		biodiversidade de fitofisionomias, a ausência de indícios de degradação (desmatamento, exploração, poluição), e o tamanho e proximidade de áreas bem preservadas (conectividade).	Evolução do desmatamento da Mata Atlântica, em porcentagem de variação do desmatamento com relação ao último período contabilizado	Estado do Paraná	52% de redução no período de 2016-2017 com relação ao período de 2015-2016	2016	Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica. Período 2016-2017. Fundação SOS Mata Atlântica
	Unidades de Conservação	Efetividade no manejo e preservação dos valores naturais, culturais, patrimoniais, ambientais e paisagísticos das Unidades de Conservação do Litoral do Paraná, e criação de oportunidades para a ampliação e criação de novas Unidades.	Área de superfície protegida em Unidades de Conservação, em porcentagem da área total do território do Litoral do Paraná	Litoral do Paraná	83%	2017	IAP
			Proteção Integral das UCs em porcentagem de todas as UCs do Litoral do Paraná	Litoral do Paraná	34,9%	2018	Vedor de Paula, et al.
			Área das UCs com Zona de Amortecimento delimitada, em porcentagem	Litoral do Paraná	10%	2018	Vedor de Paula, et al.
			UCs do Litoral do Paraná com mais de 75% do território regularizado, em porcentagem.	Litoral do Paraná	54%	2018	Cadastro das Unidades de Conservação, MMA
			Grau de implementação das UCs considerando um conjunto de indicadores (criação, definição dos limites, categorização segundo o SNUC, Plano de Manejo, Equipe Gestora, Conselho Gestor,	Litoral do Paraná	19,5%	2018	Vedor de Paula, et al.

			Regularização Fundiária e ZA), em porcentagem				
	Saneamento e Resíduos Sólidos	Qualidade e nível de atendimento do saneamento no Litoral, tanto na área urbana, quanto na área rural, considerando também a infraestrutura existente, os Recursos Hídricos abundantes e de boa qualidade, o aumento populacional, a gestão de pessoal, e os recursos orçamentário e financeiro.	Atendimento da população da área urbana do litoral com abastecimento de água, em porcentagem	Litoral do Paraná	99,87%	2016	SNIS
			Atendimento com abastecimento de água da população da área rural do litoral, em porcentagem	Litoral do Paraná	45,54%	2016	SNIS
			Atendimento da população da área urbana do litoral com Esgoto, em porcentagem	Litoral do Paraná	79,85%	2016	SNIS
			Atendimento da população da área rural do litoral com Esgoto, em porcentagem	Litoral do Paraná	16,59%	2016	SNIS
			Volume de esgoto gerado na bacia litorânea do Paraná, em 1000 m³/ano	Litoral do Paraná	11842,04 m³/ano	2016	SNIS
			Esgoto coletado em relação ao volume gerado na bacia litorânea do Paraná, em porcentagem	Litoral do Paraná	71,72%	2016	SNIS
			Esgoto tratado em relação ao volume gerado na bacia litorânea do Paraná, em porcentagem	Litoral do Paraná	66,73%	2016	SNIS
			Perdas na distribuição de água potável no Litoral, em porcentagem	Litoral do Paraná	37,02%	2016	SNIS
			Economias com ligação de esgoto em relação às economias com água potável no Litoral, em porcentagem	Litoral do Paraná	66,77%	2018	SANEPAR, Paranaguá

							Saneamento e SAMAE Antonina
			Aumento no consumo de água tratada no Litoral entre os anos de 2005 e 2016, em porcentagem	Litoral do Paraná	27,01%	2016	SNIS
			Demandas hídricas superficiais da Bacia Litorânea do Paraná, em porcentagem	Litoral do Paraná	98,3%	2013	ZEE-Fase Litoral, p. 105
			Demandas hídricas subterrâneas da Bacia Litorânea do Paraná, em porcentagem	Litoral do Paraná	1,7%	2013	ZEE-Fase Litoral, p. 105
			Efluente de esgoto na Bacia Litorânea do Paraná pelo uso no Abastecimento Público, em porcentagem	Litoral do Paraná	62,4%	2013	ZEE-Fase Litoral, p. 107
			Efluente de esgoto na Bacia Litorânea do Paraná pelo uso Agrícola, em porcentagem	Litoral do Paraná	36,7%	2013	ZEE-Fase Litoral, p. 107
			Efluente de esgoto na Bacia Litorânea do Paraná pelo uso Industrial, em porcentagem	Litoral do Paraná	0,7%	2013	ZEE-Fase Litoral, p. 107
			Efluente de esgoto na Bacia Litorânea do Paraná pelo uso Pecuário, em porcentagem	Litoral do Paraná	0,2%	2013	ZEE-Fase Litoral, p. 107
			Cargas remanescentes de esgoto (kgDBO/dia) na bacia litorânea do Paraná pelo uso no abastecimento público de água, em porcentagem	Litoral do Paraná	97,4%	2013	ZEE-Fase Litoral, p. 108

			Cargas remanescentes de esgoto (kgDBO/dia) na bacia litorânea do Paraná pelo uso Pecuário, em porcentagem	Litoral do Paraná	1,8%	2013	ZEE-Fase Litoral, p. 108
			Cargas remanescentes de esgoto (kgDBO/dia) na bacia litorânea do Paraná pelo uso Industrial, em porcentagem	Litoral do Paraná	0,8%	2013	ZEE-Fase Litoral, p. 108
			Efluentes de esgoto totais gerados na bacia litorânea do Paraná, em litros por segundo	Litoral do Paraná	375 L/s	2016	SNIS
			Efluentes de esgoto totais coletados na bacia litorânea do Paraná, em porcentagem	Litoral do Paraná	71,72%	2016	SNIS
			Efluentes de esgoto totais tratados na bacia litorânea do Paraná, em porcentagem	Litoral do Paraná	66,73%	2016	SNIS
			Lançamentos Superficiais de esgoto na Bacia Litorânea do Paraná, em porcentagem	Litoral do Paraná	85,7%	2013	ZEE-Fase Litoral, p. 109
			Lançamentos Subterrâneos de esgoto na Bacia Litorânea do Paraná, em porcentagem	Litoral do Paraná	14,3%	2013	ZEE-Fase Litoral, p. 109
			Evolução do Tratamento de esgoto: volume tratado na Bacia Litorânea do Paraná– 2001/2016, em 1.000 m³/ano	Litoral do Paraná	417 – 7.901	2001/2016	SNIS

			Evolução da quantidade de economias atendidas por coleta e tratamento de esgoto na Bacia Litorânea do Paraná – 2001/2018, em unidades	Litoral do Paraná	16.230 – 90.388	2001 / 2018	SNIS, SANEPAR e Paranaguá Saneamento
			Domicílio atendidos com coleta de lixo nos municípios do Paraná, em porcentagem	Estado do Paraná	78,69%	2016	SNIS
			Atendimento da população da área urbana do litoral com coleta de resíduos sólidos domiciliares, em porcentagem	Litoral do Paraná	96,41%	2016	SNIS
			Atendimento da população da área Rural do litoral com coleta de resíduos sólidos domiciliares, em porcentagem	Litoral do Paraná	60,21%	2016	SNIS
			Quantidade de RSU Gerados no Litoral paranaense, em toneladas por mês	Litoral do Paraná	6.884,34 Ton/mês	2017	ÁGUA PARANÁ, Plano da Bacia Hidrográfica Litorânea, p. 83
Institucional	Qualidade da Governança	Capacidade dos entes – Estado e Municípios – de uma instituição de governança Inter federativa participarem e compartilharem responsabilidades em relação à organização, ao planejamento e à própria	Adesão dos municípios do Litoral do Paraná ao Programa Brasil Transparente	Antonina	Sim (2017)	2018	Controladoria Geral da União
				Guaraqueçaba	Não		
				Guaratuba	Sim (2017)		
				Matinhos	Sim (2013)		
				Morretes	Não		
				Paranaguá	Não		

		execução das funções públicas de interesse comum.		Pontal do Paraná	Não		
	Equipamentos Sociais	Capacidade das estruturas físicas e dos serviços prestados nos setores de saúde, educação, cultura, esporte e lazer, e segurança.	Número de Equipamentos de Educação por município (total do litoral do Paraná), em unidades	Litoral do Paraná	387 unidades	2017; 2018	Censo Escolar/INEP; Sites das Instituições de Ensino Superior
			Número de Equipamentos Municipais de Educação Compartilhados com o Governo do Estado (total do litoral do Paraná), em unidades	Litoral do Paraná	15 unidades	2018	SEED/PR
			Número de Professores das Redes Públicas Municipais e do Estado (total do litoral do Paraná), em número de indivíduos	Litoral do Paraná	5.031 professores	2017; 2018	Munic; SEED/PR
			Número de Matrículas no Ensino Fundamental por município (total do litoral do Paraná), em número de matrículas	Litoral do Paraná	42.459 matrículas	2017	Censo Escolar/INEP
			Número de Matrículas no Ensino Médio por município (total do litoral do Paraná), em número de matrículas	Litoral do Paraná	10.596 matrículas	2017	Censo Escolar/INEP
			Número de equipamentos de saúde por município (total do litoral do Paraná), em unidades	Litoral do Paraná	239 unidades	2018	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES

			Número de leitos por município (total do litoral do Paraná), em número de leitos	Litoral do Paraná	350 leitos	2018	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES
			Número de médicos da rede pública municipal no litoral do Paraná (total do litoral do Paraná), em número de médicos	Litoral do Paraná	231 médicos	2014	MUNIC
			Número de médicos da rede pública estadual no litoral do Paraná (total do litoral do Paraná), em número de médicos	Litoral do Paraná	44 médicos	2018	Coleta da SES/PR
			Número de Equipamentos de Segurança Pública por município (total do litoral do Paraná), em unidades	Litoral do Paraná	50 unidades	2018	Sites dos órgãos de governo responsáveis
			Número de Equipamentos de Cultura por município (total do litoral do Paraná), em unidades	Litoral do Paraná	79 unidades	2018	Sistemas de Informação da Cultura (SEC/PR); sites dos órgãos de governo responsáveis
			Número de Equipamentos de Esporte por município (total do litoral do Paraná), em unidades	Litoral do Paraná	75 unidades	2016; 2018	SEET/PR; Munic; sites dos órgãos de governo responsáveis
	Capacidade Financeira das	Capacidade de arrecadação e gestão de recursos dos municípios e	Receitas Correntes Municipais (total do litoral do Paraná), em reais	Litoral do Paraná	R\$ 812.445.735,00	2016	Secretaria do Tesouro Nacional

	Administrações Locais	relação de dependência financeira de outras esferas de governo.	Receitas Tributárias Municipais (total do litoral do Paraná), em reais	Litoral do Paraná	R\$ 259.845.366,00	2016	Secretaria do Tesouro Nacional
			Receitas Tributárias Municipais - IPTU (total do litoral do Paraná), em reais	Litoral do Paraná	R\$ 58.083.195,42	2016	Secretaria do Tesouro Nacional
			Receitas Tributárias Municipais - ISS (total do litoral do Paraná), em reais	Litoral do Paraná	R\$ 139.965.091,22	2016	Secretaria do Tesouro Nacional
			Transferências Correntes Totais (total do litoral do Paraná), em reais	Litoral do Paraná	R\$ 464.381.217,48	2016	Secretaria do Tesouro Nacional
			Transferência Correntes - ICMS Ecológico (total do litoral do Paraná), em reais	Litoral do Paraná	R\$ 18.443.966,61	2016	IAP
	Capacidade Técnica das Administrações Locais	Qualidade técnica dos burocratas que trabalham nas Administrações Locais e seu impacto na eficiência da gestão pública.	Gastos com pessoal pelas administrações locais com relação à Receita Corrente Líquida (RCL), com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, em porcentagem.	Antonina	> 90% da RCL	2017	Tribunal de Contas do Estado do Paraná
				Guaraqueçaba	>54% da RCL		
				Guaratuba	>95% da RCL		
				Matinhos	<54% da RCL		
				Morretes	>54% da RCL		
				Paranaguá	<54% da RCL		
				Pontal do Paraná	<54% da RCL		

3 CENÁRIOS

3.1 Cenário A – Rumo ao Potencial

3.1.1 A fotografia do Litoral em 2035 no Cenário A – Rumo ao Potencial

No curto prazo o Litoral implementa mecanismos de fomento à governança regional e à capacitação dos funcionários dos municípios para uma gestão integrada do Litoral. O curto e o médio prazo são marcados pela transição entre o modelo atual de desarticulação regional para o de fortalecimento institucional dos municípios que passarão a atuar e se perceber como pertencentes à uma região unificada. No longo prazo este cenário prevê que a região será capaz de estabelecer seus planos e prioridades de forma unificada, proporcionando o fortalecimento dos seus potenciais e mitigando as suas fraquezas a partir de um modelo de desenvolvimento sustentável ao longo do tempo.

No curto prazo este processo é calcado em um tripé de sustentação composto (1) pela integração dos planos e projetos elaborados para região; (2) pelo apoio da academia e demais instituições de produção de conhecimento na avaliação e validação dos conceitos, projetos e propostas que caracterizam e fortalecem a identidade e os potenciais da região; (3) e pela construção de uma estrutura de governança que pense a região como um todo e que seja capaz de coordenar esforços e prioridades com o objetivo de promover um crescimento sustentável e homogêneo dos municípios do Litoral.

No médio prazo são colocados em prática os mecanismos e estratégias de desenvolvimento da governança regional pactuados entre os sete municípios do Litoral e o governo do Estado do Paraná focados na valorização de ativos locais existentes, no fortalecimento da identidade regional, a partir de iniciativas provenientes das comunidades locais, e no fomento do relacionamento entre atores locais para diversificação econômica da região. Ou seja, a integração do planejamento e o

estabelecimento de prioridades, realizado ao longo do curto prazo, é implementada pela unidade interfederativa de governança estabelecida no médio prazo.

No longo prazo, o modelo adotado pela unidade interfederativa de governança fomenta a integração e o suporte de atores locais que propõem iniciativas que contribuem com a elaboração de estratégias de desenvolvimento compartilhado tanto técnica quanto financeiramente. Assim, a governança regional também impulsiona a criação de projetos-piloto que visam disseminar, no longo prazo, o surgimento de novas iniciativas endógenas que contribuam para a estratégia de desenvolvimento pactuada.

O objetivo principal do Cenário A é a redução das desigualdades entre os municípios, uma vez que não apenas são valorizadas as características intrínsecas a cada porção do Litoral, como também são atenuadas gradualmente as diferenças socioterritoriais entre Litoral Sul, Litoral Norte e Paranaguá.

No que diz respeito à dimensão institucional, a articulação para governança é baseada na criação e no fortalecimento de uma unidade interfederativa que pode deliberar sobre a formação de consórcios intermunicipais e demais instrumentos para a gestão de funções públicas de interesse comum. Ferramentas de informação e comunicação são utilizadas para fortalecer o processo de capacitação e modernização das administrações públicas locais. Uma parte dos recursos para empreender as ações e investimentos da unidade interfederativa é financiada a partir de mecanismos de contribuição especial aplicados sobre os grandes empreendimentos e novas infraestruturas previstos no Litoral. Esses mecanismos permitem a transferência de capital e benefícios socioeconômicos para a população do Litoral.

No que tange à dimensão socioterritorial, a regularização fundiária é priorizada com o objetivo de cumprir a função social da propriedade, tanto em áreas rurais quanto urbanas. A obtenção do título de propriedade da terra promove o acesso por parte da população às linhas de crédito. Planos e políticas públicas voltadas à regularização fundiária e à implantação de habitação de interesse social são desenvolvidos com o

objetivo de adequação das áreas urbanizadas. Os estoques de terra prioritários para a ampliação necessária das áreas urbanizadas são identificados e declarados legalmente como áreas de expansão urbana, como forma de acomodar adequadamente o crescimento populacional. Instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade são utilizados como forma de recuperação das mais-valias fundiárias decorrentes desse processo.

No que diz respeito ao turismo, o foco é a criação de estratégias que agreguem valor ao turismo residencial nas cidades balneárias por meio da criação de mais produtos para os veranistas e da requalificação de espaços que fomentem novas atividades e serviços. Nas cidades históricas, a governança promove produtos turísticos mais integrados que visam alongar as estadias dos visitantes, incluindo atividades de turismo ativo, cultural, ambiental, comunitário e patrimonial, valorizando tanto o meio aquático como a floresta, e os ativos já existentes. As novas formas de turismo ativo e cultural também incrementam o valor do estoque de segundas residências do Litoral, reduzindo a sazonalidade do turismo. As novas formas de turismo no Litoral, a requalificação do patrimônio cultural, social e ambiental, e o fortalecimento das comunidades locais, contribuem para uma melhor imagem do Estado de Paraná, além da própria região.

Na dimensão ambiental, a natureza e o meio ambiente são encarados como os principais recursos econômicos do Litoral. São criados parques ambientais e o ecoturismo é incentivado, uma vez que passa a ser percebido como uma estratégia sustentável de integração da economia com o meio ambiente.

No que diz respeito à dimensão econômica e de infraestrutura, o foco é voltado para o planejamento e fomento de atividades econômicas e indústrias de pequeno porte disseminados por todos os municípios do Litoral, para estimular e facilitar o empreendimento de atividades econômicas endógenas. As iniciativas propostas podem receber financiamento por meio de pequenos empréstimos e assessoramento técnico. A estratégia de desenvolvimento é baseada no favorecimento de redes de pequenos e médios empreendedores, conectados entre si e globalmente internacionalizados.

Fortalecem-se não só atividades ligadas ao turismo e à indústria, mas também outras atividades bem estabelecidas no território. Modernizam-se as atividades agrícolas, favorecendo processos de distribuição, beneficiamento dos produtos locais, e promoção de produtos de maior valor agregado. Melhoram-se as infraestruturas dando acesso para as áreas rurais.

3.1.2 Perfil do Cenário A – Rumo ao Potencial

Quadro 3: Perfil do Cenário A

Lógica de construção do Cenário A	Como será o Litoral do Paraná em 2035 se as <u>forças</u> já existentes no Litoral forem potencializadas e se a região estiver fortalecida institucionalmente? O enfoque é voltado para o fortalecimento institucional dos municípios e para a governança da região de forma unificada com o objetivo de promover a valorização do Litoral a partir das forças existentes no território, e da viabilização das condições de relacionamento necessárias ao florescimento de iniciativas intrínsecas ao território.
Principal desafio	O maior desafio a ser superado é o da criação de um ambiente de fortalecimento institucional capaz de promover a coexistência entre diferentes setores da sociedade, de identificar e investir nos potenciais a serem desenvolvidos, e de mediar os conflitos sociais existentes.
Propulsores do movimento	Integração da governança do litoral; criação de uma unidade interfederativa de governança dedicada ao desenvolvimento da região; integração de planejamentos e projetos dos municípios; maior atuação e desenvolvimento de projetos acadêmicos; maior atuação de ONGs e organizações locais; diversificação de fontes de financiamento para projetos locais; maior investimento em serviços e equipamentos sociais a partir do dinamismo da arrecadação municipal; fortalecimento do turismo sustentável, entre outros.

Desdobramentos	Menor dependência do Governo do Estado e de investimentos externos; maior capacidade de arrecadar e gerar verbas; maior ênfase no desenvolvimento e capacitação dos recursos locais; maior investimento na preservação do patrimônio e no desenvolvimento de atividades turísticas de base comunitária e ecológica; maior valorização e proteção das comunidades tradicionais; reconhecimento do meio ambiente como recurso valioso; fortalecimento da identidade do Litoral quanto região e destino turístico, entre outras.
-----------------------	---

3.1.3 Matriz de Vetores do Cenário A – Rumo ao Potencial

Quadro 4: Matriz de Vetores do Cenário A

	Descrição do Vetor	Cenário A – Rumo ao Potencial: Fortalecimento dos potenciais existentes e melhoria da governança para o desenvolvimento sustentável do Litoral Paranaense		
		Magnitude	Premissas, riscos e desafios	Detalhamento do cenário neste vetor
Crescimento Demográfico	Crescimento da população ligado à atividade econômica, a partir da possibilidade de geração de novos empregos e atração de mão de obra externa ao Litoral.	➡	Premissas: Crescimento moderado dos empregos, podendo ser suprido localmente. Riscos: Não há. Desafios: Satisfazer a demanda com residentes do Litoral, especialmente a partir de grupos atualmente excluídos.	A população aumenta tendencialmente de forma equilibrada em todos os municípios do Litoral, mas especialmente nos municípios do Litoral Norte (Morretes, Antonina, Guaraqueçaba). As atividades que se desenvolvem neste cenário demandam uma quantidade de empregos que pode ser suprida pelo mercado local, são iniciativas do Litoral pensadas a partir do Litoral.
Crescimento Econômico	Ritmo de crescimento, evolução e resiliência da economia do Litoral, influenciados pelo tipo de políticas públicas implementadas e pelo fomento de cada tipo de atividade.	⬆	Premissas: Política pública forte para suporte das atividades econômicas endógenas (capacitação, suporte técnico, suporte financeiro, estruturas econômicas, incentivos, entre outros). Riscos: Falta de dinamismo econômico no curto prazo. Dificuldades na organização de estratégias integradas. Desafios: Alcançar um nível de atividade suficiente para catalisar o desenvolvimento a médio e longo prazos.	A economia se fortalece gradualmente, de forma mais lenta no curto prazo durante o estabelecimento das estratégias propostas, mas com tendência para um aceleração nos médio e longo prazos. Os incentivos públicos conseguem fortalecer as pequenas e médias empresas na região bem como fomentar o desenvolvimento de novas atividades locais, fazendo com que a economia retome o crescimento sustentável ao longo do tempo.
Agropecuária	Importância e relevância do setor agropecuário no desenvolvimento econômico do Litoral, ligado ao nível de investimento dedicado às melhorias na capacitação dos produtores bem como à melhoria da infraestrutura para escoamento da produção.	➡	Premissas: Melhoria das infraestruturas de acesso para as áreas agrícolas, capacitação dos agricultores, entre outros. Riscos: Diminuição da relevância da atividade agrícola. Desafios: Evolução de um modelo agrícola para um modelo agroindustrial e de indústrias de transformação alimentar.	Incremento do valor agregado da agricultura. Fomento e desenvolvimento de atividades ligadas aos produtos regionais como nova via de comercialização. Destaque de produtos de alto valor agregado. A agricultura se beneficia das melhorias nas infraestruturas e na governança. Maiores indústrias de transformação e comercialização agroalimentar.
Indústria e Logística	Caracterização, localização e crescimento das atividades industriais e logísticas no Litoral.	➡	Premissas: Iniciativas do setor público para estimular o empreendedorismo local. Riscos: Dificuldade para criação de novas empresas, ou pouco dinamismo das novas empresas. Desafios: Catalisar a criação de uma rede de pequenas e médias empresas no Litoral.	Mais diversificada e caracterizada por um maior número de pequenas e médias empresas. Planejamento e impulso de áreas de atividades econômicas de pequeno e médio porte distribuídas por todos os municípios do Litoral para estimular as atividades econômicas endógenas e empreendedorismo local. Beneficiamento das indústrias agroalimentares (ex.: mandioca, banana, palmito). O desenvolvimento da logística portuária cresce na medida em que a atividade econômica do Paraná e do Litoral crescem.

Logística e Transporte	Identificação e caracterização dos principais empreendimentos logísticos e infraestruturas de transporte a serem implantados.		Premissas: Recuperação da capacidade de investimento público e privado do ciclo 2004-2014.	Infraestruturas logísticas e industriais. Os portos existentes intensificam suas atividades, com melhoria do componente ambiental, colaborando com atores locais e ONGs. Todos os novos empreendimentos são concentrados em áreas com boa dotação de infraestruturas de transporte, majoritariamente na proximidade de Paranaguá. Investimentos para a duplicação da PR-407, a construção dos novos acessos portuários, da orla marítima completa Matinhos-Pontal, das ampliações dos portos de Paranaguá e da extensão para Imbocuí. Contornos urbanos de Morretes e Antonina. Nova PR-404. Pavimentação da BR-405 até Guaraqueçaba. Serviços hidroviários.
			Riscos: Conflitos entre as novas infraestruturas de peso e outras atividades ou espaços ambientalmente relevantes. Surgimento de fortes movimentos sociais organizados de oposição.	
			Desafios: Os principais desafios são a adequação ambiental das infraestruturas e a melhoria da sua integração nas cidades adjacentes. Encaixe ambiental e social das novas vias projetadas.	
Turismo	O turismo quanto atividade econômica e importante fonte de renda e emprego no Litoral.		Premissas: O desenvolvimento turístico sustentável é uma prioridade para o Litoral do Paraná.	O incremento dos investimentos públicos e privados na melhoria das infraestruturas básicas, a valorização dos recursos naturais e culturais, a criação de uma oferta de qualidade, a capacitação, entre outros fatores favorecem o crescimento e o fortalecimento dos segmentos turísticos de maior valor agregado presentes no Litoral (ecoturismo, turismo comunitário, turismo cultural e turismo náutico). Isto se traduz em um incremento da mão de obra ocupada no setor, da permanência dos visitantes, e do seu gasto diário.
			Riscos: Planejamento adequado do desenvolvimento turístico.	
			Desafios: Envolvimento público-privado no desenvolvimento turístico.	
Instrumentos de Ordenamento Territorial	Os instrumentos de ordenamento territorial como ferramentas de desenvolvimento regional e local. Consideram-se: Planos Diretores Municipais, Zoneamentos Municipais, Planos de Manejo de U.C., PDS Litoral, Macrozoneamento Regional, Leis de Uso e Ocupação do Solo.		Premissas: Interesse do poder público local e de atores locais em protagonizar ações transformadoras com base na potencialização de forças do território.	O fortalecimento institucional local e regional possibilita que instrumentos de ordenamento de uso e ocupação do solo sejam pautados por princípios de governança integrada entre municípios e planejamento participativo. As forças intrínsecas ao território do Litoral estruturam-se em mosaico de distintos usos do solo, com repercussões econômicas, ambientais e sociais heterogêneas. São priorizadas - segundo uma estratégia focada no desenvolvimento territorial conjunto - ações de compatibilização entre usos regulamentados nas áreas de divisa de municípios contíguos e compatibilização entre unidades de conservação e assentamentos urbanos e rurais. Como exemplo, interesses de preservação ambiental e sociocultural são usos do solo destacados como capital de fomento ao desenvolvimento local, como o turismo e demais atividades de base comunitária.
			Riscos: Polarização política e de posicionamento (na sociedade e no governo), diante de temas importantes, impacta nos processos de elaboração dos instrumentos de ordenamento territorial. Dificuldade de cumprimento e aplicação das disposições legais (municipais, estaduais, federais) afeta o uso e ocupação do solo no litoral, por falta de estrutura de fiscalização, controle e poder de polícia das instituições públicas.	
			Desafios: Integração do planejamento e da gestão territorial no litoral (municipal, estadual e federal) e a criação de um órgão dedicado ao desenvolvimento da região.	
Crescimento Urbano	Processos de aceleração do ritmo da expansão e adensamento de áreas urbanas.		Premissas: fortalecimento institucional e da capacidade técnica dos municípios.	As áreas urbanas crescem em um ritmo estável, segundo as características particulares de cada município. As áreas urbanas de Antonina, Morretes e Guaraqueçaba não se expandem significativamente e permanecem pouco adensadas. Já os municípios do Litoral Sul (Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná) implantam, conjuntamente, estratégias para mitigação dos impactos das altíssimas densidades demográficas sazonais sobre as áreas urbanas. Esses mesmos municípios, assim como Paranaguá, priorizam políticas para o adensamento de áreas com infraestrutura e equipamentos sociais, e livres de riscos ambientais - de forma a evitar a expansão de suas malhas urbanas.
			Riscos: estratégias para o adensamento de áreas urbanas possivelmente trarão resultados apenas a médio prazo e longo prazo.	
			Desafios: pactuação de estratégias de adensamento urbano entre poder público, sociedade e agentes do mercado imobiliário.	

Habitação e Questões Fundiárias	Equacionamento das questões referentes aos déficits qualitativo e quantitativo habitacionais, bem como às irregularidades fundiárias já existentes na região e seu impacto na qualidade de vida da população na arrecadação municipal.		Premissas: Existência prévia de experiência com programas habitacionais e de regularização fundiária dos municípios.	A questão fundiária é um problema maior do que o problema habitacional na região. Ainda que haja a presença de assentamentos precários na região, com condições insalubres de habitabilidade, a escala do problema fundiário é maior e abrange não somente áreas privadas, mas também públicas, muitas vezes ocupadas por habitações de renda média baixa e média. O equacionamento da questão fundiária viabilizaria rapidamente o aumento das arrecadações municipais e reverteria recursos a serem investidos na melhora das questões de habitação.
			Riscos: A não obtenção de recursos externos e de suporte para capacitação nos temas, em especial da regularização fundiária, pode inviabilizar a realização de ações na área, podendo até mesmo piorar o quadro atual.	
			Desafios: Melhorar a capacidade institucional e técnica dos municípios e diminuir a dependência de recursos externos para realização de ações.	
Equipamentos Sociais	Capacidade das estruturas físicas e dos serviços prestados nos setores de saúde, educação, cultura, esporte e lazer, e segurança.		Premissas: Integração entre os municípios e o Estado para melhoria dos serviços públicos prestados na região.	O quadro atual dos serviços públicos prestados na região é deficitário, especialmente nas áreas de saúde e educação, com destaque especial para as áreas rurais. Cultura, esporte e lazer são ofertados de maneira desigual e tem grande potencial para ser melhorado. A área de segurança precisa de melhorias nos meses fora da temporada de férias, devido ao aumento recente dos índices de criminalidade na região como um todo.
			Riscos: Piora dos serviços públicos prestados já deficitários, especialmente os de saúde e educação.	
			Desafios: Consenso técnico-financeiro entre os municípios e o Estado.	
Turismo de Sol e Praia	Os impactos do Turismo de Sol e Praia no planejamento do território.		Premissas: O desenvolvimento turístico do Paraná está focado à diversificação dos produtos turísticos e à melhoria da sustentabilidade do setor.	O Turismo de Sol e Praia segue como um segmento que experimenta um crescimento de forma ordenada. A diversificação da oferta turística contribui de forma positiva com o aumento da permanência dos visitantes no setor.
			Riscos: Incremento da pressão imobiliária no Litoral.	
			Desafios: Melhorar o planejamento do Litoral Paranaense e a fiscalização. Incrementar os serviços básicos no Litoral para que não exista concorrência entre a população local e os visitantes. Reduzir a sazonalidade.	
Patrimônio Histórico e Cultural	A necessidade de recuperação e valorização dos bens materiais e imateriais e seu potencial impacto na promoção do turismo cultural.		Premissas: A preservação e a valorização do patrimônio histórico e cultural são aspectos prioritários no Litoral do Paraná.	Os níveis de proteção do patrimônio, tanto material como imaterial, aumentam. Há investimentos para a preservação e valorização turística do patrimônio histórico e cultural. A cooperação entre as prefeituras do Litoral favorece o desenvolvimento de uma oferta turística cultural integrada que atrai visitantes regionais, nacionais e internacionais. O patrimônio vinculado às comunidades tradicionais forma parte de uma oferta turística experimental e de qualidade que favorece seu reconhecimento. Há um aumento na autoestima da população.
			Riscos: Planejamento não adequado da valorização histórica e cultural.	
			Desafios: Desenvolver uma oferta turística baseada no patrimônio histórico e cultural a nível regional.	

Comunidades Tradicionais	Qualidade de vida das comunidades tradicionais e indígenas do litoral, incluindo a garantia dos direitos e a proteção às práticas tradicionais e patrimônios reconhecidos. São considerados os elementos fundamentais que definem os modos de vida das comunidades como as formas de produção artesanal e a relação das comunidades com o meio ambiente.	↑	Premissas: Reconhecimento pelo governo, pelas entidades regionais, e pela população das comunidades tradicionais como detentoras de direitos e parte fundamental do que confere à região do Litoral identidade e cultura. Investimento político e financeiro na garantia da proteção das áreas utilizadas pelas comunidades, bem como na preservação dos seus modos de produção. Riscos: Expansão do critério de definição das comunidades tradicionais devido à busca por benefícios e inclusão identitária. Desafios: Conseguir conciliar as divergências existentes entre critérios de conservação ambiental e ocupação das comunidades. Conseguir atuar de maneira uniforme em toda a região de modo a alcançar todas as comunidades tradicionais dos sete municípios.	As comunidades são percebidas como grandes potenciais e recursos da região litorânea. As comunidades indígenas têm seus territórios demarcados. As comunidades pescadoras têm seus meios de produção preservados a partir de acordos de cooperação com ONGs e entidades regionais que buscam de forma conjunta fortalecer os meios tradicionais de pesca ao passo em que o meio ambiente é preservado. As comunidades de pequenos produtores agrícolas têm seus produtos valorizados por meio de selos de qualidade, e seus saberes quanto aos modos de produção são incorporados em currículos escolares e universitários. O turismo de base comunitária cresce e atrai turistas que buscam uma experiência de outras formas de existir e produzir. Os projetos de valorização do patrimônio integram as comunidades tradicionais fortalecendo a identidade da região. É criado um calendário de eventos que inclui diversas celebrações de datas e cerimônias relacionadas às culturas tradicionais. Os grandes empreendimentos e infraestruturas presentes na região se comprometem a investir na proteção e no fortalecimento das comunidades tradicionais do Litoral, com o objetivo de minimizar qualquer impacto ambiental e estrutural que possa comprometer a sobrevivência das comunidades.
Ecoturismo	O potencial do aproveitamento sustentável da riqueza natural do território como forma de preservação tanto por visitantes como pela população local.	↑	Premissas: Melhorias no gerenciamento das UCs que contam com Planos de Manejo. Além disso, as UCs contam com Planos de Uso Público atualizados e com estudos de capacidade de carga. Riscos: Crescimento desordenado das atividades ecoturísticas nas UCs. Desafios: Implementar um monitoramento adequado da atividade turística para reduzir os seus impactos negativos. Criar uma oferta ecoturística de caráter regional.	As Unidades de Conservação contam com Planos de Uso Público em que são identificadas claramente as zonas voltadas ao uso turístico. Há um desenvolvimento das infraestruturas turísticas, como trilhas, atividades de educação ambiental que promovem o conhecimento das áreas, entre outras. Há um aumento muito positivo no número de visitantes às UCs. As UCs são beneficiadas pela atividade turística e podem investir em atividades de preservação dos valores da UCs. O aumento da atividade turística e da conscientização ambiental (promovida pelas ONGs do território) contribuem com a redução das atividades que tem impacto negativo nas UCs. As populações são beneficiadas pelo desenvolvimento das atividades ecoturísticas nas UCs.
Sustentabilidade e Qualidade Ambiental	A melhoria da qualidade do ar, a redução da contaminação (acústica, de águas, atmosférica, luminosa, do solo, e outros tipos), o manejo eficaz dos resíduos urbanos, o tratamento adequado do esgoto e do saneamento, e o avanço para uma maior eficiência energética.	↑	Premissas: A maior capacidade de arrecadamento e aumento do potencial para o desenvolvimento local permitem dispor de mais recursos para a criação de infraestrutura básica. Riscos: Investimentos mal direcionados, falta de critérios de sustentabilidade no desenho de infraestruturas, falta de compromisso com o monitoramento ao longo prazo dos indicadores de qualidade ambiental. Desafios: Aumentar as capacidades (recursos humanos e materiais) para a implementação de um sistema de monitoramento da qualidade ambiental, melhorar a sensibilização da população com a gestão dos resíduos, e melhorar a fiscalização ambiental dos empreendimentos locais.	O fortalecimento institucional local e regional possibilita a criação de acordos de colaboração e apoio na tomada de decisões e investimento de recursos para o desenvolvimento de infraestruturas necessárias para assegurar a melhoria da qualidade ambiental, dando prioridade ao tratamento do esgoto e ao saneamento. A maior capacidade de investimento local permite a melhoria das infraestruturas básicas de saneamento, contribuindo com a mitigação a desigualdade social, aumentando as oportunidades de desenvolvimento local e reduzindo os conflitos sociais e a marginalização. O órgão dedicado ao desenvolvimento é responsável pelo monitoramento dos indicadores de qualidade ambiental, tomando as decisões necessárias para corrigir os desajustes com o cumprimento dos padrões de qualidade mínimos.

Preservação da Mata Atlântica	A preservação dos remanescentes da vegetação original que caracteriza o bioma da Mata Atlântica e daqueles em estado avançado de regeneração, indicado pela biodiversidade de fitofisionomias, a ausência de indícios de degradação (desmatamento, exploração, poluição), e o tamanho e proximidade de áreas bem preservadas (conectividade).		Premissas: A biodiversidade natural do Litoral é contemplada como uma das mais importantes potencialidades para o desenvolvimento que é percebido assim por todos os setores sociais. As atividades industriais, portuárias e outros empreendimentos entendem que a preservação desses valores é fundamental para desenvolver com sucesso sua atividade no Litoral do Paraná, promovendo a coexistência de diferentes pilares de desenvolvimento, mudando a visão antagônica entre desenvolvimento e preservação, entre porto e conservação da natureza. Riscos: Investimento realizado sem uma base científica técnica adequada que permita assegurar a funcionalidade ecológica ao longo prazo dos ecossistemas naturais. Fomento dos investimentos que pode levar a um aumento da fragmentação e perda de conectividade ecológica, e maiores tensões entre os polos de desenvolvimento e de preservação. É preciso contemplar o Litoral de forma holística e integrada e analisar os fluxos a partir de uma perspectiva multidisciplinar. Desafios: Garantir o abastecimento de recursos para suprir toda a demanda social, industrial e de serviços. Mudar o preconceito existente com a conservação e o desenvolvimento, transformar a "produção da natureza" em benefício econômico real para as populações do Litoral.	A presença dos remanescentes de Mata Atlântica no Litoral do Paraná é identificada e reconhecida como um dos mais importantes valores da região, com capacidade para assegurar uma qualidade de vida adequada e fomentar formas de desenvolvimento sustentável com benefícios para as populações e comunidades tradicionais. A preservação não é vista como um impedimento para o crescimento econômico, porque é valorizada como uma grande potencialidade dentro da própria região, e respeitada pelos demais. O valor do Litoral como fonte de riqueza biológica, paisagística e cultural é reconhecido além de suas fronteiras, a imagem de preservação associada ao Litoral atrai turistas, e o interesse em explorar esse conhecimento e riqueza, com a melhoria de investimentos locais através do aumento de arrecadação por serviços ecossistêmicos e mecanismos de compensação como o ICMS Ecológico permite a melhoria da capacitação social, com aumento de oportunidades de emprego e envolvimento da sociedade na preservação e no crescimento sustentável. As ONGs e academia investem em projetos que melhoram o conhecimento da biodiversidade e a inovação. É criada uma marca que reconhece o Litoral como parte de um corredor ecológico associado aos bens e serviços produzidos no Litoral. Os sentimentos de autoestima, orgulho e visão de futuro crescem, reduzindo os conflitos sociais e atraindo talento para o Litoral.
Unidades de Conservação	Efetividade no manejo e preservação dos valores naturais, culturais, patrimoniais, ambientais e paisagísticos das Unidades de Conservação do Litoral do Paraná, e criação de oportunidades para a ampliação e criação de novas Unidades.		Premissas: Todas as UCs têm Plano de Manejo aprovado e publicado, o Plano foi elaborado com a participação das comunidades locais, reconhecendo a importância dos territórios e dos recursos naturais como condição indispensável para a reprodução cultural e sobrevivência dessas comunidades, de acordo com a lei. O Plano regula de forma efetiva os usos das áreas e o zoneamento, assegurando a preservação das UCs de preservação integral, e incluindo a gestão das áreas de amortecimento e dos corredores ecológicos. Riscos: A falta de envolvimento das comunidades tradicionais, povos indígenas e moradores na gestão pode ter impactos negativos e impedir a gestão adequada das UCs. A preservação das UCs deve ser acompanhada com a melhoria das infraestruturas e da qualidade de vida dos moradores possibilitando e mesmo potencializando os usos tradicionais sustentáveis dos recursos naturais. Desafios: Fiscalização efetiva de quaisquer alterações, atividades ou usos conflitantes com os objetivos das UCs incluídos nos planos de manejo. Aplicação efetiva da lei a todos os níveis, e das medidas de gestão das UCs de acordo com o zoneamento definido nos Planos de Manejo. Envolvimento dos municípios no processo de regularização fundiária, desapropriação de terras e cadastramento ambiental rural (CAR), gestão integrada das UCs como parte do Mosaico Lagamar.	O aumento e diversificação dos investimentos possibilita a dotação de recursos humanos e econômicos para o gerenciamento das UCs. O Poder Público através do IAP e do ICMBio assegura a preservação da biodiversidade e a integridade do patrimônio natural, estabelecendo convênios com os municípios do Litoral para incentivar ações que melhorem a preservação, a sensibilização e a restauração ecológica das florestas e dos ecossistemas costeiros de alto valor. O diálogo entre os entes locais e os Conselhos Gestores das UCs é real e efetivo, porque as UCs são consideradas como uma prioridade que deve nortear qualquer novo empreendimento e infraestrutura a ser desenvolvida no Litoral. O processo para a elaboração dos Planos de Manejo é agilizado de acordo com a nova estratégia promovida pelo ICMBio para dar aos Planos uma ferramenta mais prática e efetiva, se beneficiando do conhecimento gerado pelos pesquisadores, ONGs e academia. Os Planos centram no planejamento efetivo de ações para a gestão e o ordenamento dos usos. A maior atuação das ONGs permite fomentar a criação de novas Reservas Particulares de Proteção da Natureza, contribuindo com o aumento da quantidade e qualidade das áreas preservadas, e com o envolvimento dos proprietários na conservação. Além disso aumenta o desenvolvimento de iniciativas em parceria com ONGs, técnicos do Poder Público e com as comunidades locais, para a implementação de projetos de adaptação e mitigação das mudanças climáticas, redução de riscos ambientais, e educação ambiental.

Saneamento e Resíduos Sólidos	Qualidade e nível de atendimento do saneamento no Litoral, tanto na área urbana, quanto na área rural, considerando também a infraestrutura existente, os Recursos Hídricos abundantes e de boa qualidade, o aumento populacional, a gestão de pessoal, e os recursos orçamentário e financeiro.		Premissas: O aumento na qualidade de vida da população está relacionado ao nível de atendimento em saneamento.	A ampliação do atendimento dos municípios em saneamento, além de aumentar a qualidade de vida da população, gera emprego através de suas obras de implantação, manutenção e operação. Além disso o saneamento também eleva o potencial turístico do local.
			Riscos: A Falta de Investimentos pelo Poder Público Municipal.	
			Desafios: Necessidades de locação de recursos para implantação de obras de saneamento. O fortalecimento das instituições e órgãos municipais de saneamento.	
Qualidade da Governança	Capacidade dos entes – Estado e Municípios – de uma instituição de governança Inter federativa participarem e compartilharem responsabilidades em relação à organização, ao planejamento e à própria execução das funções públicas de interesse comum.		Premissas: Aprovação da governança Inter federativa por lei estadual.	Implantação de uma política de desenvolvimento e planejamento regional em que os entes federativos nela envolvidos deverão aplicar na administração dos serviços públicos de interesse comum, contemplando, principalmente, questões que envolvem uso e ocupação do solo, preservação ambiental, transporte público, saneamento básico, destinação dos diversos tipos de lixo urbanos, política habitacional de interesse social, saúde e educação.
			Riscos: Dificuldades de aprovação da lei na Assembleia Legislativa	
			Desafios: Adotar um modelo de governança em que os Municípios integrantes da unidade regional efetivamente compartilhem decisões e responsabilidades.	
Capacidade Financeira das Administrações Locais	Capacidade de arrecadação e gestão de recursos dos municípios e relação de dependência financeira de outras esferas de governo.		Premissas: Atualização do cadastro predial, revisão da planta genérica de valores, e aplicação de instrumentos urbanísticos (revisão dos planos diretores).	Grande parte dos municípios não possui plantas cadastrais ou de valores atualizadas, bem como não aplica nenhum instrumento urbanístico previsto no Estatuto das Cidades em seus planos diretores, ainda que os mesmos estejam presentes. Essas ações são o modo mais rápido (curto e médio prazos) de melhorar gradativamente a arrecadação municipal e diminuir a dependência de recursos de outras esferas de governo.
			Riscos: Dificuldades de aprovação nas Câmaras Municipais.	
			Desafios: Fazer a população compreender a importância da melhoria da arrecadação como principal fonte de melhoria dos serviços públicos prestados.	
Capacidade Técnica das Administrações Locais	Qualidade técnica dos burocratas que trabalham nas Administrações Locais e seu impacto na eficiência da gestão pública.		Premissas: Instituições locais fazem parcerias com os municípios.	Com exceção das universidades (públicas e privadas) e do Sistema S, a região não possui ONGs de porte capazes de colaborar com a melhoria da gestão pública. Entretanto, as já existentes poderiam ser convidadas a participar mais ativamente da gestão pública com parcerias nos temas cujos cursos são oferecidos (estagiários, pesquisa, capacitação de funcionários). As ONGs locais também podem ser capacitadas para se fortalecerem.
			Riscos: Com exceção das universidades e do Sistema S, não há ONGs locais de grande porte.	
			Desafios: Fortalecer as ONGs locais para obtenção de recursos para colaborar com a gestão pública.	

[illegible]

3.2 Cenário B – Enfrentando Desafios

3.2.1 A fotografia do Litoral em 2035 no Cenário B – Enfrentando Desafios

No curto prazo o Litoral do Paraná adota uma estratégia de atração de novos investimentos externos visando o fortalecimento econômico da região, e uma progressiva diversificação de fontes de recursos. O curto e o médio prazo são marcados pelo processo de convergência entre os financiamentos e recursos externos aplicados ao Litoral e o desenvolvimento de mecanismos e estratégias de retenção dos dividendos com o objetivo de alcançar a sustentabilidade da região no longo prazo. O Cenário B propõe um Litoral que assume o risco de lidar com desafios, entendendo que é neste processo que sua resiliência será fortalecida, e que as condições necessárias para o desenvolvimento do seu pleno potencial serão criadas. Como todo desafio, o pressuposto é o de que neste cenário a região sairá da sua zona de conforto, mas que com planejamento, coordenação de esforços, e visão unificada de propósito o Litoral sairá mais fortalecido e capaz de viabilizar seu desenvolvimento sustentável.

No curto prazo este cenário é baseado na continuidade dos processos em curso de atração de empreendimentos e novos operadores globais para o Litoral, com a fundamental condicionalidade de que estes investimentos sejam implementados de forma sustentável, respeitando o meio ambiente e as comunidades tradicionais, garantindo o cumprimento de compensações, e sendo conduzidos pelo poder público como meio para viabilização de projetos e planos de médio e longo prazo.

No médio prazo a materialização dessa estratégia parte de uma atmosfera favorável do setor público, que, mais fortalecido e em processo de estruturação da governança, cria incentivos, juntamente com um marco de planejamento mais ordenado e consistente, uma administração regional mais eficiente, e uma modernização das infraestruturas chave. No médio prazo é possível ver resultados do processo de atração de investimentos e recursos externos, como a construção e/ou melhoria das infraestruturas de acesso e mobilidade, o aumento da geração de empregos, a

ampliação da rede de parceiros estaduais, nacionais e globais na transferência de conhecimento e capacitação de atores chaves locais, além da necessária adaptação das estruturas e serviços existentes para acompanhar o crescimento proporcionado.

No longo prazo, os grandes desafios do curto e médio prazo são superados e os dividendos e legados dos investimentos externos se transformam em base para o desenvolvimento futuro dos potenciais endógenos ao Litoral do Paraná, bem como para o fortalecimento da diversificação das economias locais. A região fica menos dependente dos recursos externos e volátil à possíveis mudanças contextuais que possam influir na retenção do capital externo. A superação dos desafios é percebida como uma fase necessária para alavancar o desenvolvimento sustentável do longo prazo do Litoral.

O objetivo principal do Cenário B é o de aumentar de forma exponencial o poder de atração de investimentos de forma sustentável e responsável para o Litoral do Paraná, gerando novos empregos e aumento de renda da população no curto e médio prazo, como forma de viabilizar o desenvolvimento futuro dos potenciais endógenos da região no longo prazo.

No que diz respeito à dimensão econômica, a indústria logística e portuária continua sendo a principal fonte de recursos para o Litoral no curto e médio prazos, mas, em paralelo, projetos especiais de grande potencial econômico são desenvolvidos para o fortalecimento do turismo, e implantação de novas atividades econômicas limpas e avançadas que impulsionem a economia do Litoral. A economia regional fica cada vez mais aberta para o resto do Brasil e também internacionalmente. As exportações têm um valor crescente, canalizadas através dos portos que progressivamente lideram o fronte portuário de Paraná – Santa Catarina – Rio Grande do Sul. O tráfego de contêineres aumenta sua importância, incrementando o valor agregado total das cargas movimentadas no Litoral. No longo prazo, a economia do Litoral se torna mais estável, com menores oscilações entre períodos de crescimento econômico e períodos de crise, uma vez que há maior diversificação, dinamismo e incentivo ao desenvolvimento de

atividades econômicas locais. O uso responsável dos dividendos das atividades portuárias, industriais e de logística no curto e médio prazo viabilizam o desenvolvimento econômico sustentável da região no longo prazo, reduzindo a dependência dos investimentos externos e as desigualdades entre municípios.

No que diz respeito à dimensão institucional, a atuação governamental é fundamental para a integração dos instrumentos de planejamento existentes, e para a identificação e definição de áreas prioritárias ao desenvolvimento econômico, viabilizadas por meio de declaração legal como áreas de interesse público. Além disso, o governo participa diretamente do processo de implantação de novos empreendimentos, garantindo a análise de riscos sociais e ambientais envolvidos, assim como a execução de ações para evitá-los, minimizá-los ou compensá-los. Ainda nesta dimensão, o poder público identifica os equipamentos e serviços sociais que precisarão ser adaptados para atender ao aumento de demanda populacional decorrente do estabelecimento de novos empreendimentos na região.

Na dimensão socioterritorial, o Litoral, principalmente o Litoral Sul (Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná) e o município-polo de Paranaguá, atrai mais população residente, inicialmente pela necessidade de mão-de-obra para a construção dos novos grandes empreendimentos, depois por conta da demanda de trabalhadores das novas atividades econômicas, industriais e turísticas. Por meio dos instrumentos de planejamento, são identificadas, pactuadas e declaradas legalmente como áreas de interesse público os estoques de terra prioritários para a ampliação necessária das áreas urbanizadas como forma de acomodar os novos empreendimentos e o novo contingente populacional. Instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade e no Estatuto da Metrópole são utilizados como forma de recuperação das mais-valias fundiárias decorrentes desse processo, como forma de financiamento de implantação de infraestrutura pelo poder público. No que diz respeito ao turismo, novas modalidades são fomentadas, tais como o turismo de negócios, náutico, ecoturismo, de base comunitária, entre outros. Nas cidades balneárias são atraídos investimentos para o

turismo visando aumentar o valor agregado deste setor e o número de empregos gerados. Incentiva-se a abertura de novos estabelecimentos hoteleiros viabilizados pela entrada de operadores globais do turismo, e amplia-se a oferta de serviços de atividades de lazer e cultura para o turista a partir da valorização do patrimônio e das culturas tradicionais locais. O turismo de sol e praia é desenvolvido em um ritmo relativamente forte também a partir das segundas residências de veraneio. O Litoral se torna mais atrativo ao turista por conta dos processos de requalificação desencadeados. O patrimônio histórico e cultural, bem como as comunidades tradicionais ficam vulneráveis ao estabelecimento dos novos empreendimentos, contando com a negociação entre poder público e investidores para que seus direitos e condições de sobrevivência sejam garantidos.

Na dimensão ambiental, os incentivos ao setor público são revertidos para melhoria da qualidade das infraestruturas básicas. Os novos empreendimentos derivados do investimento externo utilizam as melhores tecnologias disponíveis para minimizar os impactos ambientais. O poder público fiscaliza o cumprimento da legislação ambiental e condiciona os licenciamentos para novos investimentos à melhoria das tecnologias, a aplicação de medidas corretivas, e à mitigação dos impactos ambientais.

3.2.2 Perfil do Cenário B – Enfrentando Desafios

Quadro 5: Perfil do Cenário B

Lógica de construção do Cenário B	Como será o Litoral do Paraná em 2035 se as <u>oportunidades</u> apresentadas ao Litoral tiverem incentivos para se tornarem realidade, e se a região estiver preparada para absorver os dividendos advindos dos novos projetos? Há uma progressiva diversificação de empreendimentos, devido às facilidades do setor público para atrair grandes investimentos exógenos conduzidos pelo setor privado global, com suporte do setor público.
--	--

Principal desafio	O maior desafio a ser superado é a criação de uma atmosfera favorável do setor público para a criação de incentivos, juntamente com um marco de planejamento mais ordenado e consistente, uma administração regional mais eficiente e uma modernização de infraestruturas chave. É fundamental que os dividendos e legados dos investimentos e recursos externos sejam planejados e utilizados de forma responsável e com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável no longo prazo.
Propulsores do movimento	Atração de novos investimentos econômicos, articulação e integração das prioridades na região, forte atuação dos governos estadual e federal, diversificação de fontes de financiamento externo, maior qualificação da mão de obra, maior entrada de operadores globais do setor turístico, maior investimento e dinamismo do setor turístico, entre outros.
Desdobramentos	Maior entrada de investimentos externos, maior geração de renda advinda dos grandes empreendimentos e investimentos, maior necessidade de integração da governança da região para evitar a disparidade econômica no território, maior investimento na qualificação da região como catalizadora de atrativos econômicos externos, vulnerabilidade quanto à fixação da fonte de investimento, e expansão do setor turístico nas suas diferentes formas, etc.

3.2.3 Matriz de Vetores do Cenário B – Enfrentando Desafios

Quadro 6: Matriz de Vetores do Cenário B

	Descrição do Vektor	Cenário B – Enfrentando Desafios: Atração de novas atividades econômicas e diversificação de inputs para o desenvolvimento sustentável do Litoral Paranaense		
		Magnitude	Premissas, riscos e desafios	Detalhamento do cenário neste vetor
Crescimento Demográfico	Crescimento da população ligado à atividade econômica, a partir da possibilidade de geração de novos empregos e atração de mão de obra externa ao Litoral.	↑	Premissas: Aumento da demanda de trabalho gerando movimentos de migração. Riscos: Incrementos populacionais, eventualmente acelerados, podem criar desequilíbrios internos no Litoral. Desafios: Suprir as demandas por políticas urbanísticas e de expansão dos serviços públicos geradas pelos processos de acomodação das novas populações vindas de fora do Litoral.	Este cenário tem tendência para crescimento demográfico. A estratégia centrada no desenvolvimento baseado na atração de novos grandes empreendimentos e novas atividades de grande porte acarreta em uma demanda de mão de obra que poderá ser satisfeita, em parte, por migrantes de outros locais do Paraná ou do Brasil. As projeções demográficas futuras aproximam-se dos cenários existentes de máximos.
Crescimento Econômico	Ritmo de crescimento, evolução e resiliência da economia do Litoral, influenciados pelo tipo de políticas públicas implementadas e pelo fomento de cada tipo de atividade.	↑	Premissas: Política pública forte para atração de novas atividades (zonas francas, política de solo público, incentivos, entre outros). Riscos: Os novos empreendimentos atraídos de forma acelerada, graças ao marco institucional positivo, podem abandonar o litoral a médio e longo prazo se os fatores de atratividade mudarem ao longo tempo (como o componente do ciclo econômico, o custo da mão de obra, a atitude proativa das instituições públicas, entre outros). Desafios: Gerar o processo adequadamente para garantir a estabilidade das atividades econômicas atraídas, minimizando desigualdades.	Os incentivos públicos conseguem atrair novos investimentos no curto prazo e a economia adquire ritmos de crescimento autossustentáveis ao longo do tempo. Nos médio e longo prazos a economia continua crescendo, mas esse crescimento se estabiliza ao longo do tempo. A economia do Litoral se torna mais estável, com menores oscilações entre períodos de crescimento econômico e períodos de crise.
Agropecuária	Importância e relevância do setor agropecuário no desenvolvimento econômico do Litoral, ligado ao nível de investimento dedicado às melhorias na capacitação dos produtores bem como à melhoria da infraestrutura para escoamento da produção.	↔	Premissas: Melhoria das infraestruturas de acesso às áreas agrícolas, capacitação dos agricultores, entre outros. Riscos: Perda de importância da atividade agrícola.	Relevância do setor agropecuário decrescente, no valor agregado total da economia do Litoral. Além disso, a agricultura incrementa sua competitividade e se beneficia das melhorias nas infraestruturas e na governança. Incrementam as exportações de produtos agrícolas.



			Desafios: Modernização da agricultura.	
Indústria e Logística	Caracterização, localização e crescimento das atividades industriais e logísticas no Litoral.	↑	Premissas: Iniciativas do setor público para estimular e atrair novas empresas, preferencialmente de grande porte.	Cresce fortemente não só na logística, mas em outros setores estratégicos, incentivada pelos planos de desenvolvimento dirigidos pelo poder público. A melhoria do planejamento permite o desenvolvimento desta indústria em locais pouco sensíveis ambiental e socialmente, na proximidade das infraestruturas de transporte já existentes. Planejamento de reservas de solo para futura atividades, em locais favoráveis ambiental e socialmente. O desenvolvimento da logística portuária cresce na medida que a atividade econômica do Paraná e do Litoral crescem.
			Riscos: Estabilidade dos investimentos a médio e longo prazos, dependendo da evolução geral da economia (empresas que chegam e partem).	
			Desafios: Garantir estabilidade das atividades econômicas atraídas.	
Logística e Transporte	Identificação e caracterização dos principais empreendimentos logísticos e infraestruturas de transporte a serem implantados.	↑	Premissas: Aceleração dos investimentos públicos. Investimentos adicionais importantes para compatibilizar as novas infraestruturas com os constrangimentos ambientais e sociais	Infraestruturas industriais e logísticas: Os portos existentes intensificam suas atividades, com melhoria da componente ambiental, colaborando com atores locais e ONGs. O porto de Pontal atende unicamente atividades limpas. As novas áreas para atividades industriais e logísticas situam-se em áreas bem ligadas ao transporte, majoritariamente na proximidade de Paranaguá. Algumas novas infraestruturas que ligam o Litoral com os estados vizinhos (vias expressas e ferrovias). Investimentos correspondentes à duplicação da PR-407, à PR-809, aos novos acessos portuários para Paranaguá e para Antonina (PR-340), à ferrovia da Serra do Mar, ao porto de containers em Pontal, às ampliações dos portos de Paranaguá, Imbocuí e Antonina. Além da pavimentação da BR-407 até Guaraqueçaba. Serviços hidroviários.
			Riscos: Conflitos entre as novas infraestruturas pesadas e outras atividades ou espaços ambientalmente relevantes. Surgimento de fortes movimentos sociais organizados de oposição.	
			Desafios: Os principais desafios são a adequação ambiental das infraestruturas, a melhoria da sua integração nas cidades adjacentes. Encaixe ambiental e social das novas vias projetadas.	
Turismo	O turismo quanto atividade econômica e importante fonte de renda e emprego no Litoral.	↑	Premissas: O turismo é uma atividade prioritária para os investidores.	Incremento dos investimentos privados no território favorecem o desenvolvimento turístico com aumento da renda gerada pela atividade turística. Há o estabelecimento de operadores turísticos que contribuem com a comercialização da oferta turística existente, principalmente nos segmentos de sol e praia, turismo náutico, de aventura, e ecoturismo. Há novos empreendimentos, mas estes estão em mãos de empresários estrangeiros. Chegada de mão de obra de outras regiões que compete com a mão de obra local.
			Riscos: Escassa diferenciação da oferta turística existente.	
			Desafios: Integração das comunidades locais na oferta turística.	



Instrumentos de Ordenamento Territorial	Os instrumentos de ordenamento territorial como ferramentas de desenvolvimento regional e local. Consideram-se: Planos Diretores Municipais, Zoneamentos Municipais, Planos de Manejo de U.C., PDS Litoral, Macrozoneamento Regional, Leis de Uso e Ocupação do Solo.		Premissas: Interesse do governo estadual e federal e de investidores externos em protagonizar ações transformadoras com base nas oportunidades oferecidas pelo território.	A atmosfera favorável no setor público para a atração de novos empreendimentos e investimentos externos demanda que instrumentos de ordenamento de uso e ocupação do solo viabilizem a ampla reserva e destinação de terras às atividades econômicas, com base nas prerrogativas do Estado e na legitimação técnica. As oportunidades intrínsecas ao território do Litoral enfocam o uso do solo portuário, logístico, de interesse turístico (para operadores externos) e habitacional (demanda por novas unidades habitacionais), com repercussões econômicas, ambientais e sociais relativamente homogêneas. Instrumentos regulamentam mecanismos de recuperação de mais-valias fundiárias, de medidas compensatórias e mitigadoras. Na esfera municipal, os instrumentos devem enquadrar-se às diretrizes de desenvolvimento estabelecidas pelas esferas federal e estadual. Como exemplos, áreas identificadas como prioritárias ao desenvolvimento econômico são decretadas como "área de interesse público", possibilitando a autorização de supressão de vegetação de Mata Atlântica.
			Riscos: Estruturação territorial comprometida com investimentos externos que podem ser retirados do Litoral à revelia do interesse público.	
			Desafios: Implantação de empreendimentos livres de entraves administrativos e judiciais.	
Crescimento Urbano	Processos de aceleração do ritmo da expansão e adensamento de áreas urbanas.		Premissas: Fortalecimento da ocupação urbana contínua entre Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná.	As áreas urbanas de Paranaguá, Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba crescem rapidamente - inicialmente ocorre a expansão da malha urbana, e apenas posteriormente ocorre adensamento das áreas urbanas. Antonina recupera algum crescimento na área urbana. Amplia-se o contraste dentro da região, visto que a Guaraqueçaba e Morretes passam por um processo de perda populacional com reflexo direto sobre suas áreas urbanas.
			Riscos: Perdas de população decorrentes do desmantelamento de empreendimentos podem esvaziar assentamentos construídos para mão-de-obra operária. Efeitos negativos da especulação imobiliária em Paranaguá e Litoral Sul.	
			Desafios: Crescimento adequado das malhas urbanas ao longo da PR-412 - vetor de crescimento de Paranaguá.	
Habitação e Questões Fundiárias	Equacionamento das questões referentes aos déficits qualitativo e quantitativo habitacionais, bem como às irregularidades fundiárias já existentes na região e seu impacto na qualidade de vida da população na arrecadação municipal.		Premissas: Ausência de oferta de habitação pelo mercado para a população moradora na região (faixa de renda familiar de até cinco salários mínimos).	A produção habitacional recente na região para populações de baixa renda foi voltada para solucionar problemas relacionados unicamente às questões de risco. Não houve produção habitacional voltada para a população que vive de aluguel ou coabita com outra família. Nos municípios litorâneos marítimos a produção realizada foi voltada para a compra por famílias que buscam uma segunda moradia, não para a população local. Novas atividades econômicas poderão atrair mão de obra temporária e definitiva que não encontrarão um mercado habitacional local que ofereça produtos acessíveis, sendo obrigado a buscar alternativas de coabitação ou mesmo de aquisição de lotes ou moradias irregulares, piorando o quadro já existente, especialmente em Paranaguá e seus municípios mais próximos.
			Riscos: Aumento das ocupações e de loteamentos irregulares.	
			Desafios: Atrair o mercado imobiliário para produzir produtos para a população com renda familiar de até 5 salários mínimos.	



Equipamentos Sociais	Capacidade das estruturas físicas e dos serviços prestados nos setores de saúde, educação, cultura, esporte e lazer, e segurança.	↓	Premissas: Aumento da demanda pelos serviços públicos	Com um aumento repentino da população da região, especialmente no município de Paranaguá e entorno imediato, haverá um aumento na demanda por serviços públicos, em especial vagas em creches e atendimento médico. Os equipamentos de cultura, esporte e lazer também serão sobrecarregados e a área de segurança pode ter dificuldades, caso o aumento de população piore ainda mais os índices de criminalidade da região.
			Riscos: Piora dos serviços públicos prestados já deficitários, especialmente saúde e educação.	
			Desafios: Garantir o mínimo de qualidade nos serviços públicos prestados.	
Turismo de Sol e Praia	Os impactos do Turismo de Sol e Praia no planejamento do território.	↑	Premissas: Existem importantes investimentos na orla litorânea do Paraná.	Os interesses dos novos operadores turísticos estabelecidos no território favorecem o crescimento do segmento de Sol e Praia. Há um número importante de investimentos no Litoral e aumentam os serviços básicos e turísticos na região. O aumento do número de visitantes aumenta a pressão imobiliária no Litoral acarretando no deslocamento das populações locais.
			Riscos: Conflitos sociais com a população local. Deslocamento das populações mais vulneráveis. Degradação do litoral.	
			Desafios: Melhorar o planejamento do Litoral Paranaense.	
Patrimônio Histórico e Cultural	A necessidade de recuperação e valorização dos bens materiais e imateriais e seu potencial impacto na promoção do turismo cultural.	↗	Premissas: O desenvolvimento turístico do território favorece a proteção do patrimônio histórico e cultural.	Os investimentos turísticos não são focados no turismo cultural, entretanto, há uma oferta cultural que segue existindo nos municípios com maior número de bens materiais e como complemento a outros segmentos turísticos mais destacados. O patrimônio imaterial vinculado à gastronomia, festas, artesanatos, entre outras tradições é promovido pelos novos empreendimentos turísticos estabelecidos no território.
			Riscos: Falta de planejamento adequado, degradação dos bens materiais.	
			Desafios: Integrar o patrimônio histórico e cultural na oferta turística existente.	



Comunidades Tradicionais	Qualidade de vida das comunidades tradicionais e indígenas do litoral, incluindo a garantia dos direitos e a proteção às práticas tradicionais e patrimônios reconhecidos. São considerados os elementos fundamentais que definem os modos de vida das comunidades como as formas de produção artesanal e a relação das comunidades com o meio ambiente.		Premissas: A atração de novos investimentos leva em consideração o papel de responsabilidade socioambiental que os empreendedores devem ter para preservação das comunidades tradicionais.	Neste cenário as comunidades tradicionais podem ou ser beneficiadas ou severamente prejudicadas. Se a atração de novas atividades econômicas for feita de forma responsável e equilibrada, valorizando a preservação e proteção dos modos de vida e produção das comunidades tradicionais, pode surgir uma parceria extremamente benéfica em que o setor produtivo se torna um catalizador do potencial das comunidades. Nesse contexto, as políticas compensatórias para expansão e instalação de empreendimentos e infraestruturas são utilizadas para proteger o meio ambiente e capacitar as comunidades tradicionais para que estas possam manter seus estilos de vida e produção artesanal. No entanto, caso a atração de investimentos exógenos seja feita de forma negligente com as comunidades tradicionais e o meio em que estas habitam, isso poderá levar à extinção destas comunidades e de suas culturas. A degradação ambiental desenfreada, o uso irregular do solo, a poluição dos recursos hídricos, dentre outras consequências diretas e indiretas da expansão econômica desordenada podem se tornar fatores de risco para a sobrevivência das comunidades que depende de terra para morar e plantar, peixe para pescar, e da relação com o meio natural para preservar sua identidade e cultura.
			Riscos: Aumento da sobrecarga ambiental por conta da expansão dos empreendimentos e das infraestruturas, podendo comprometer os modos de vida e produção das comunidades tradicionais.	
			Desafios: Encontrar uma forma de coexistência entre o modelo de crescimento econômico baseado no progresso industrial e o modelo desenvolvimentista ambientalista. Encontrar meios legais de garantir compensações para as comunidades tradicionais afetadas pela expansão dos empreendimentos e das infraestruturas na região.	
Ecoturismo	O potencial do aproveitamento sustentável da riqueza natural do território como forma de preservação tanto por visitantes como pela população local.		Premissas: As políticas ambientais favorecem os investimentos públicos e privados nas UCs para o desenvolvimento de uma atividade turística sustentável.	O ecoturismo cresce impulsionado pelo interesse dos mercados nesta atividade turística. A oferta de atividades de ecoturismo aumenta assim como a pressão sobre os recursos naturais. O número de visitantes nacionais e estrangeiros às UCs aumenta. Os gestores das UCs e ONGs desenvolvem um importante trabalho de sensibilização da população e dos visitantes para a proteção dos recursos naturais. O setor público desenvolve um importante trabalho de capacitação da população local para que possa fornecer mão de obra às empresas turísticas estabelecidas no território.
			Riscos: Não há planejamento adequado do ecoturismo nas UCs.	
			Desafios: Integrar e envolver as comunidades locais na atividade ecoturística.	
Sustentabilidade e Qualidade Ambiental	A melhoria da qualidade do ar, a redução da contaminação (acústica, de águas, atmosférica, luminosa, do solo, e outros tipos), o manejo eficaz dos resíduos urbanos, o tratamento adequado do esgoto e do saneamento, e o avanço para uma maior eficiência energética.		Premissas: Os incentivos ao setor público são revertidos para melhoria da qualidade das infraestruturas básicas. Os novos empreendimentos derivados do investimento externo utilizam as melhores tecnologias disponíveis para minimizar os impactos ambientais.	O maior investimento externo possibilita a criação de novos empreendimentos, o que pode contribuir com o crescimento econômico para a região. No entanto, a aposta em investimentos externos tem riscos ambientais, o interesse é centrado na exploração do espaço e dos recursos, desconsiderando os impactos e a qualidade de vida das populações. Isto gera um aumento dos conflitos com a população que vê como é investido o capital na região sem melhorias na sua própria qualidade de vida. Se o setor público é fortalecido, é possível melhorar o controle sobre os investimentos e condicionar o desenvolvimento de tais projetos ao cumprimento com a legislação ambiental. Em um passo seguinte, o poder público exige aos novos empreendimentos, o uso das melhores tecnologias disponíveis para reduzir os impactos e melhorar a eficiência energética.
			Riscos: Os interesses externos não valorizam a necessidade de melhorar as infraestruturas para a população, o benefício é valorizado unilateralmente sem considerar os impactos sobre o lugar.	
			Desafios: Aumentar as exigências do poder público para os novos empreendimentos, fiscalizando o cumprimento da legislação ambiental e condicionando os licenciamentos para novos investimentos à melhoria das tecnologias, a aplicação de medidas corretivas e à mitigação dos impactos.	



Preservação da Mata Atlântica	A preservação dos remanescentes da vegetação original que caracteriza o bioma da Mata Atlântica e daqueles em estado avançado de regeneração, indicado pela biodiversidade de fitofisionomias, a ausência de indícios de degradação (desmatamento, exploração, poluição), e o tamanho e proximidade de áreas bem preservadas (conectividade).		Premissas: São aproveitadas as oportunidades de desenvolvimento derivadas do crescimento global do turismo, o interesse no comércio de agroquímicos e grãos, sendo o porto de Paranaguá um referencial que cresce ainda mais, se tornando uma referência mundial. O setor público apoia esses investimentos, sem deixar de lado a preservação dos ecossistemas naturais, mas favorecendo, em geral, o investimento exógeno e facilitando essas intervenções. Riscos: A melhoria de infraestruturas, e o aumento da disponibilidade de recursos naturais para o crescimento das atividades econômicas têm impactos potenciais sobre a preservação. Embora a intensão seja preservar os sistemas naturais, o equilíbrio ecológico depende em muitos casos, de frear um crescimento sem limites de tais atividades. Desafios: Garantir o cumprimento da legislação ambiental, garantir que as áreas de amortecimento são geridas para mitigar os impactos sobre os remanescentes da Mata Atlântica, assegurar a continuidade ecológica para as espécies mais sensíveis, garantir a sensibilização da população para exigir que esses investimentos sejam sustentáveis.	O potencial do Litoral do Paraná como fonte de recursos naturais e de espaço para o desenvolvimento de atividades econômicas de relevância é reconhecido pelos interesses de grandes empreendimentos industriais, comerciais e turísticos. Esses empreendimentos são favorecidos pelo setor público, encontrando condições favoráveis para seu desenvolvimento. No entanto, a necessidade de infraestruturas, a ocupação do solo e a demanda energética e por recursos que precisam desses desenvolvimentos, eleva a pressão sobre os ecossistemas naturais do Litoral. Existe um desafio importante para garantir a compatibilização de um forte investimento exógeno com a preservação da natureza, porque esse valor não é suficientemente valorizado por tais interesses, sendo interpretado como um impedimento para seu crescimento. O favorecimento de atividades desconectadas da identidade natural e cultural do Litoral tem o risco de que esses benefícios sejam concentrados, promovendo um crescimento dispare que agrava as desigualdades e a injustiça social. Assim, as populações que melhor preservam a natureza são as menos beneficiadas por esses investimentos, repercutindo negativamente na própria conscientização da população com a preservação causando uma perda do balanço entre a preservação e o desenvolvimento.
Unidades de Conservação	Efetividade no manejo e preservação dos valores naturais, culturais, patrimoniais, ambientais e paisagísticos das Unidades de Conservação do Litoral do Paraná, e criação de oportunidades para a ampliação e criação de novas Unidades.		Premissas: O crescimento baseado nos investimentos exógenos é acompanhado do desenvolvimento de uma infraestrutura adequada para atender às necessidades da população. Riscos: Perda de identidade e impactos ambientais derivados de um desenvolvimento turístico sem planejar, falta de um sistema sólido de controle e fiscalização dos empreendimentos que evite a ocupação desordenada em áreas sensíveis ou em áreas de risco. Desafios: Incrementar a equipe de analistas de suporte para as UCs que melhore as capacidades de gestão efetiva e eficiente das unidades, e melhorar a capacitação das comunidades locais para o atendimento ao turista e o emprego nos novos setores fortalecidos.	O interesse no desenvolvimento turístico das UCs de uso sustentável possibilita obter recursos para a melhoria das infraestruturas das UCs, incluindo a melhoria do saneamento, o abastecimento de água e energia, o atendimento aos visitantes e as emergências. Para que esse desenvolvimento turístico possibilite a geração de benefícios voltados para a preservação é preciso que o poder público seja fortalecido e a coordenação interinstitucional seja efetiva, o desenvolvimento tanto do turismo, como de outras atividades econômicas de alto benefício econômico potencial deve ser bem planejado, e levar em conta a capacidade de carga das UCs para assegurar a preservação da funcionalidade ecológica e a proteção da biodiversidade. O poder público favorece os mecanismos para a criação de empreendimentos locais e cooperativas que permitem o acesso aos mercados urbanos dos produtos desenvolvidos em áreas protegidas e sua área de influência, aproveitando as oportunidades do crescimento da demanda de produtos ecológicos e sustentáveis. Paralelamente ao crescimento do investimento exógeno, são criadas oportunidades para o desenvolvimento de iniciativas de âmbito local que permitem captar parte desses investimentos e revertê-los para as comunidades e a preservação.



Saneamento e Resíduos Sólidos	Qualidade e nível de atendimento do saneamento no Litoral, tanto na área urbana, quanto na área rural, considerando também a infraestrutura existente, os Recursos Hídricos abundantes e de boa qualidade, o aumento populacional, a gestão de pessoal, e os recursos orçamentário e financeiro.		Premissas: O crescimento da população residente nos municípios do Litoral provoca a necessidade de ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de coletas e tratamento de esgoto, assim como de coleta, transporte e destino final dos resíduos sólidos. Além disso tem como consequência a ocupação de área nativas, tornando-as impermeáveis aumentando o volume do escoamento superficial para as macrodrenagens e córregos.	O crescimento da população do Litoral paranaense implica na necessidade de investimentos públicos que, em geral, são de origem Estadual e/ou Federal. A necessidade de ações que visem a preservação do meio ambiente promove as exigências de ações efetivas de saneamento.
			Riscos: A Falta de investimentos pelos Poderes Públicos Estadual e Federal.	
			Desafios: É necessário que os municípios planejem suas ações a longo prazo, considerando o crescimento populacional e a sazonalidade característica da região através da elaboração e cumprimento dos diversos planos, tais como: Plano Municipal de Saneamento, Plano Diretor de Abastecimento de Água, de Esgoto Sanitário, de Drenagem e de Resíduos Sólidos.	
Qualidade da Governança	Capacidade dos entes – Estado e Municípios – de uma instituição de governança Inter federativa participarem e compartilharem responsabilidades em relação à organização, ao planejamento e à própria execução das funções públicas de interesse comum.		Premissas: Fortalecimento do COLIT ou instituição de outro órgão para o diálogo com os Municípios do Litoral.	Necessidade de ampliação das atribuições do Conselho do Litoral, como órgão disciplinador do uso e ocupação do território costeiro, ou a criação de novo órgão para implementar políticas sociais e econômicas, bem como serviços sociais, diminuindo a exclusão social, sob pena de deterioração da qualidade ambiental e aumento dos níveis de pobreza.
			Riscos: Os Municípios entenderem que essa opção seria "uma imposição de cima para baixo" em desrespeito à autonomia municipal.	
			Desafios: Superar eventuais resistências dos Municípios.	
Capacidade Financeira das Administrações Locais	Capacidade de arrecadação e gestão de recursos dos municípios e relação de dependência financeira de outras esferas de governo.		Premissas: Melhoria gradual da arrecadação permitindo atração de novos investimentos.	Com a melhoria gradual poderão ser garantidos recursos para uma melhora na qualidade e quantidade dos serviços públicos prestados, bem como para pequenos investimentos capazes de atrair novos investimentos. Isso somente será possível se bem planejado.
			Riscos: Passivo de prioridades alto, impedindo ou atrasando intervenções que atraiam investimentos.	
			Desafios: Planejar intervenções que garantam a solução de passivos e a atração de novos investimentos.	
Capacidade Técnica das Administrações Locais	Qualidade técnica dos burocratas que trabalham nas Administrações Locais e seu impacto na eficiência da gestão pública.		Premissas: Melhoria do serviço público a partir de parcerias com as universidades e com o Sistema S.	As parcerias com as instituições já presentes nos municípios podem proporcionar uma melhora a curto prazo na qualidade dos serviços prestados pelas prefeituras, a partir da capacitação dos funcionários públicos
			Riscos: Falta de interesse dos possíveis parceiros.	
			Desafios: Sensibilizar sobre a importância da melhoria dos serviços públicos para atrair novos investimentos para a região.	

3.3. Cenário C – Desperdício de Oportunidades

3.3.1 A fotografia do Litoral em 2035 no Cenário C – Desperdício de Oportunidades

O Cenário C projeta o futuro da região litorânea a partir da progressão tendencial a partir do diagnóstico do Litoral feito para elaboração do PDS, entre 2018-2019. Durante a preparação do Relatório de Contextualização Inicial ficou evidente que nos quatro eixos estruturantes havia diversas oportunidades existentes no Litoral que vinham consistentemente sendo desperdiçadas. A partir desta constatação o Cenário C propõe o exercício de imaginar como a região do Litoral estará em 2035 se nada for feito para potencializar as oportunidades e para mitigar as fraquezas existentes.

Nesse sentido, no curto prazo a ausência de uma estratégia integrada de desenvolvimento e de ações que interfiram para potencializar as forças e mitigar as fraquezas existentes no Litoral favorece a progressão desordenada da região, com um crescente número de conflitos socioterritoriais decorrentes da implantação de empreendimentos e iniciativas de forma pontual, dirigidos apenas pelas expectativas de oportunidades específicas do momento e sem um objetivo pactuado para o médio e o longo prazo.

No médio prazo, os condicionantes e desequilíbrios no Litoral são mais evidentes que nos dias atuais, e sua resolução têm maiores dificuldades. O Litoral segue carente de uma unidade interfederativa de governança que seja capaz de articular o planejamento e coordenar a tomada de decisão conjunta pelos municípios, o que gera impactos diretos no aumento das desigualdades sociais existentes em cada município, e entre os municípios da região. Os dividendos dos recursos e investimentos externos não são compartilhados e utilizados para o desenvolvimento da região, o que reforça o isolamento dos municípios portuários com relação aos demais. O crescimento desordenado causado pela ampliação dos empreendimentos e infraestruturas não é acompanhado pelo ordenamento territorial e expansão de equipamentos e serviços sociais, causando sobrecarga nas estruturas existentes.

No longo prazo de 2035 as consequências do desperdício das oportunidades existentes no Litoral em 2018-2019 são visíveis e, em vários casos, irreparáveis. O potencial do meio ambiente quanto recurso inestimável de biodiversidade é comprometido, bem como quanto recurso econômico, uma vez que o ecoturismo não é explorado, nem as ações de preservação com retorno fiscal. As atividades econômicas locais, em especial de pesca, agropecuária e turismo são subvalorizadas, e enfraquecem. A entrada de investimentos externos e a ampliação de empreendimentos, de forma desorganizada e irresponsável, geram impactos diretos na qualidade das águas e áreas de Mata Atlântica, além de comprometer os modos de vida e produção de diversas comunidades tradicionais que vivem ao redor das baías. O Litoral perde com isso a oportunidade de desenvolver sua identidade regional e de se fortalecer como unidade, se tornando paulatinamente mais fragmentado, frágil e dependente.

Tendencialmente, a dimensão econômica é caracterizada por investimentos privados em novos empreendimentos logísticos, com destaque para as áreas portuárias. A atividade portuária continua a se desenvolver rapidamente com novas expansões do porto de Paranaguá tanto sobre a lâmina de água como em terra e com novos investimentos privados em infraestruturas portuárias e logísticas em outras áreas. Os acessos terrestres para esses polos econômicos, todavia, permanecem insuficientes diante das demandas, ampliando os problemas de engarrafamento e evidenciando aspectos de ineficiência das infraestruturas. As oportunidades econômicas da região tendem a se reduzir e se focar sobre as grandes empresas, e em empregos de baixa qualificação. A ausência de clareza acerca das diretrizes de desenvolvimento regional impede a potencialização do valor agregado e das oportunidades de emprego de novos empreendimentos.

Na dimensão socioterritorial, observam-se déficits de investimento em matéria de contrapartidas e de projetos complementares de acompanhamento para os grandes empreendimentos, o que limita a redistribuição de riqueza econômica no Litoral. A segregação espacial de algumas comunidades tradicionais, além da baixa capacitação,

não permite sua plena inserção nas dinâmicas econômicas regionais. O atrativo turístico do Litoral do Paraná é diminuído, dado o impacto da expansão desordenada de outras atividades econômicas e da degradação ambiental que ocasionam. A sazonalidade turística permanece, contudo, o perfil do veranista tende progressivamente às rendas mais baixas ocasionando baixo gasto do turista na região. As áreas urbanas tendem a crescer de modo irregular, com adensamento insuficiente, acentuando diversos conflitos sociais e ambientais, com impactos sobre a gestão municipal.

Na dimensão institucional verifica-se que a maioria dos municípios do Litoral permanecem em situação de dependência de repasses fiscais, dada a ausência de capacidade de ampliação de arrecadação própria. As lideranças da sociedade civil tendem a atuar de forma pontual, sem um fórum que viabilize sua articulação regional. Subsídios básicos ao desenvolvimento humano, como acesso à saneamento básico, educação e saúde pública não são universalizados e permanecem como um entrave importante ao desenvolvimento.

Na dimensão ambiental os prejuízos são ampliados gradualmente e em distintas escalas. Acentua-se a fragmentação dos ecossistemas costeiros e há perda de conectividade ecológica. As Unidades de Conservação tardam a serem devidamente reguladas em planos de manejo específicos, a falta de educação ambiental impede a potencialização dos recursos naturais.

3.3.2 Perfil do Cenário C – Desperdício de Oportunidades

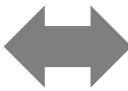
Quadro 7: Perfil do Cenário C

Lógica de construção do Cenário C	Como será o Litoral do Paraná em 2035 se não houver incentivo para desenvolver as forças e oportunidades, e se a partir desta inércia as <u>fraquezas</u> forem potencializadas? Este cenário pressupõe a inação e a tendência ao agravamento das questões e problemas já existentes.
--	---

Principal desafio	O maior desafio a ser superado é a criação de uma atmosfera de diálogo entre os municípios, e entre a região e o estado para atuação de forma conjunta na mitigação das fraquezas.
Propulsores do movimento	Prefeituras com atuação voltada para as questões cotidianas, mas carentes de integração com demais municípios, dificuldade de articulação das ferramentas e documentos de planejamento existentes, baixa capacidade de execução dos planos e projetos elaborados, dificuldade de interlocução e mediação de conflitos entre atores importantes da região, fragilidade do arcabouço jurídico existente, existência de diversas questões de vulnerabilidade social, impacto negativo da sazonalidade turística, etc.
Desdobramentos	Aumento das desigualdades sociais, aumento da evasão dos moradores do litoral, aumento da baixa autoestima da população, não valorização do patrimônio, desarticulação institucional, baixa arrecadação fiscal dos municípios, comprometimento da qualidade dos serviços e equipamentos sociais, aumento do desemprego, aumento da insegurança pública, dependência do governo estadual, baixa capacidade de atração de investimentos para além da atividade portuária, etc.

3.3.3 Matriz de Vetores do Cenário C – Desperdício de Oportunidades

Quadro 8: Matriz de Vetores do Cenário C

	Descrição do Vektor	Cenário C – Desperdício de Oportunidades: Manutenção do panorama existente de desenvolvimento sustentável do Litoral Paranaense		
		Magnitude	Premissas, riscos e desafios	Detalhamento do cenário neste vetor
Crescimento Demográfico	Crescimento da população ligado à atividade econômica, a partir da possibilidade de geração de novos empregos e atração de mão de obra externa ao Litoral.		Premissas: Oferta de empregos cada vez mais concentrada em Paranaguá e nos municípios balneários.	O crescimento populacional se mantém estável, com crescimento remanescente ainda em Paranaguá e em alguns municípios do Sul (Pontal, Matinhos), porém os municípios do Norte (Antonina, Morretes e Guaraqueçaba) e Guaratuba reduzem suas populações.
			Riscos: Evasão das áreas rurais e dos municípios mais afastados.	
			Desafios: Equilibrar a demografia em todos os municípios do Litoral.	
Crescimento Econômico	Ritmo de crescimento, evolução e resiliência da economia do Litoral, influenciados pelo tipo de políticas públicas implementadas e pelo fomento de cada tipo de atividade.		Premissas: Manutenção das políticas públicas para fomentar o investimento no setor portuário e logístico.	Progresso moderado da economia regional, sobretudo dos setores logísticos e da economia portuária. Menor impacto do turismo nas receitas totais. Flutuação frequente entre períodos de crescimento econômico, e períodos de recessão.
			Riscos: Economia do Litoral pode se tornar dependente de Paranaguá e sua atividade portuária, com baixa capacidade de resposta frente a eventuais períodos de desaceleração econômica que impliquem em uma menor atividade portuária.	
			Desafios: Diversificar a economia do Litoral em outros setores.	
Agropecuária	Importância e relevância do setor agropecuário no desenvolvimento econômico do Litoral, ligado ao nível de investimento dedicado às melhorias na capacitação dos produtores bem como à melhoria da infraestrutura para escoamento da produção.		Premissas: Capacitação dos agricultores, mas sem melhoria nas infraestruturas de acesso às áreas agrícolas	Queda do valor agregado das atividades agrícolas. Competência de outras regiões do Brasil e ainda do resto do mundo.
			Riscos: Marginalização e desvalorização da atividade agrícola.	
			Desafios: Atendimento e suporte às redes de produtores, facilitando as vias de comercialização.	
Indústria e Logística	Caracterização, localização e crescimento das atividades industriais e logísticas no Litoral.		Premissas: Seguimento das tendências atuais.	A logística e a economia portuária continuam crescendo. Pouca diversificação industrial. Desenvolvimento industrial focado basicamente em Paranaguá, com algumas novas atividades do tipo extensivo nas novas áreas de atividades em Pontal do Paraná.
			Riscos: Redução das demandas por empregos por conta da automatização dos portos e das indústrias logísticas.	
			Desafios: Diversificar a economia.	



Logística e Transporte	Identificação e caracterização dos principais empreendimentos logísticos e infraestruturas de transporte a serem implantados.		Premissas: Pouca capacidade de investimento público e privado, semelhante ao da crise econômica de 2014-2017	Infraestruturas industriais e logísticas: Empreendimentos dirigidos pelo setor privado, atendendo a motivações de oportunidade econômica. Padrões ambientais menores que em outros cenários. Nível dos investimentos públicos menor do que nos outros cenários, continuando o padrão observado durante a crise 2014-2017. Falta de uma visão para desenvolvimento de infraestruturas integradas para médio e longo prazo. Investimentos correspondentes à duplicação da PR-407 e PR-809, à requalificação dos acessos portuários, à construção do porto de containers em Pontal, às ampliações dos portos de Paranaguá e Antonina, e aos serviços hidroviários.
			Riscos: Conflitos entre as novas infraestruturas de peso e outras atividades ou espaços ambientalmente relevantes. Surgimento de fortes movimentos sociais organizados de oposição.	
			Desafios: Os principais desafios são a adequação ambiental das infraestruturas, a melhoria da sua integração nas cidades adjacentes. Encaixe ambiental e social das novas vias projetadas	
Turismo	O turismo quanto atividade econômica e importante fonte de renda e emprego no Litoral.		Premissas: As políticas ambientais não são uma prioridade para o setor público.	A atividade turística segue sendo importante para o território, mas a falta de investimento tem como consequência o comprometimento da qualidade dos atrativos naturais e culturais. O turismo de sol e praia é reconhecido como principal segmento contribuindo de forma negativa à especulação imobiliária na orla do Litoral e à pressão sobre os equipamentos e serviços sociais. A sazonalidade do turismo aumenta a instabilidade laboral da mão-de-obra empregada no setor, não há incentivos para sua qualificação.
			Riscos: Degradação ambiental.	
			Desafios: Diversificação da atividade turística e fidelização do visitante.	
Instrumentos de Ordenamento Territorial	Os instrumentos de ordenamento territorial como ferramentas de desenvolvimento regional e local. Consideram-se: Planos Diretores Municipais, Zoneamentos Municipais, Planos de Manejo de U.C., PDS Litoral, Macrozoneamento Regional, Leis de Uso e Ocupação do Solo.		Premissas: Falta de interesse ou de articulação adequada dos poderes públicos e atores locais no protagonismo de ações de reversão dos conflitos socioterritoriais.	A atmosfera de inércia no panorama de desenvolvimento tolera que instrumentos de ordenamento de uso e ocupação do solo existentes permaneçam sem adequada articulação e aplicabilidade. As fraquezas intrínsecas ao território do Litoral estruturam-se sobre a ausência de marco legal de consolidação da orientação do desenvolvimento territorial segundo a perspectiva regional, com reflexos: na incompatibilidade entre usos e parâmetros de ocupação do solo nas divisas entre municípios contíguos; na sobreposição de unidades de conservação de proteção integral e áreas de uso habitacional; em planos diretores municipais não aprovados pelo COLIT; e em parâmetros urbanísticos permissivos que deixam áreas urbanas vulneráveis à especulação imobiliária diante de possíveis investimentos externos. Como exemplo, o conflito entre a expansão urbana e a supressão de vegetação de Mata Atlântica permanece uma questão sem uma estratégia adequada e articulada de solução ou mitigação.
			Riscos: Tentativas mal sucedidas de atração de empreendimentos ocasionam especulação imobiliária local sem a contrapartida esperada. Tentativas mal sucedidas de desenvolvimento de potenciais locais ampliam conflitos sociais polarizando os atores.	
			Desafios: Transformar o planejamento existente em ações efetivas de transformação positiva do território regional.	



Crescimento Urbano	Processos de aceleração do ritmo da expansão e adensamento de áreas urbanas.		Premissas: Não ocorre fortalecimento institucional e da capacidade técnica dos municípios.	As áreas urbanas crescem em um ritmo estável, segundo as características particulares de cada município. As áreas urbanas de Antonina, Morretes e Guaraqueçaba não se expandem significativamente e permanecem pouco adensadas. Os municípios do Litoral Sul (Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná) sofrem os impactos das altíssimas densidades demográficas sazonais sobre as áreas urbanas. Esses mesmos municípios, assim como Paranaguá, têm suas malhas urbanas pouco a pouco expandidas para áreas sem infraestrutura e equipamentos sociais, inclusive em áreas passíveis de riscos ambientais e sobre áreas de Mata Atlântica (reflexo da especulação imobiliária e da ausência de uma estratégia de fomento ao adensamento de áreas urbanizadas).
			Riscos: Progressiva degradação ambiental e maior complexidade dos problemas urbanos.	
			Desafios: Viabilizar ações de transformação de áreas urbanas com base no planejamento já existente.	
Habitação e Questões Fundiárias	Equacionamento das questões referentes aos déficits qualitativo e quantitativo habitacionais, bem como às irregularidades fundiárias já existentes na região e seu impacto na qualidade de vida da população na arrecadação municipal.		Premissas: Não há melhoria da capacidade técnica e institucional dos municípios (baixa ou nula produção habitacional, morosidade nas ações de regularização fundiária, entre outros).	A manutenção do quadro atual manterá a produção habitacional baixa ou até mesmo nula, já que depende de recursos externos, e a arrecadação municipal não será melhorada, devido a poucas iniciativas de regularização fundiária. Em caso de agravamento da crise econômica, a busca por novas áreas para morar poderá ameaçar áreas ambientalmente protegidas por toda a região, como única alternativa para moradia.
			Riscos: Piora da arrecadação e aumento de ocupações irregulares devido à crise econômica.	
			Desafios: Garantir que as áreas ambientalmente protegidas não sejam foco de ocupação para fins habitacionais.	
Equipamentos Sociais	Capacidade das estruturas físicas e dos serviços prestados nos setores de saúde, educação, cultura, esporte e lazer, e segurança.		Premissas: Não há melhoria nos serviços públicos prestados.	A não melhora nos serviços públicos prestados, especialmente na área de saúde, sobrecarregará esses serviços nos municípios que possuem melhor estrutura. A evasão escolar poderá aumentar na região e os equipamentos de cultura, esporte e lazer também serão sobrecarregados. A área de segurança poderá enfrentar dificuldades, caso haja uma piora nos índices de criminalidade da região.
			Riscos: Sobrecarga dos serviços públicos nos municípios melhor estruturados.	
			Desafios: Evitar que os serviços públicos prestados sejam sobrecarregados por pessoas de outros municípios, acarretando em um aumento de gastos sem retorno pelos municípios sobrecarregados.	



Turismo de Sol e Praia	Os impactos do Turismo de Sol e Praia no planejamento do território.		Premissas: Não há planejamento e ordenamento adequados para atividade turística no Litoral.	O Turismo de Sol e Praia se estabelece como principal segmento contribuindo de forma negativa com a especulação imobiliária na orla do Litoral e com o aumento da pressão sobre os recursos básicos (água, esgoto, eletricidade, entre outros). A sazonalidade do turismo aumenta a instabilidade laboral da mão de obra empregada no setor, e não há incentivos para sua qualificação. As desigualdades e a falta de oportunidades no setor têm como consequência o aumento da insegurança no território, principalmente nas áreas mais turísticas.
			Riscos: Conflitos sociais com a população local. Aumento da insegurança.	
			Desafios: Fortalecer a oferta turística e reduzir a sazonalidade. Planejamento adequado do Litoral.	
Patrimônio Histórico e Cultural	A necessidade de recuperação e valorização dos bens materiais e imateriais e seu potencial impacto na promoção do turismo cultural.		Premissas: Não há investimento público em proteção do patrimônio histórico e cultural.	O patrimônio já reconhecido pelo IPHAN e pela região segue protegido, mas há um desaparecimento paulatino de práticas tradicionais, artesanais e de sítios arqueológicos devido à sua fraca proteção. Não há uma valorização integral do patrimônio e apenas algumas prefeituras fazem esforços para sua promoção. O turismo cultural é um segmento turístico que não contribui substancialmente com a geração de renda.
			Riscos: Degradação dos bens materiais.	
			Desafios: Manter a oferta turística cultural existente no território.	
Comunidades Tradicionais	Qualidade de vida das comunidades tradicionais e indígenas do litoral, incluindo a garantia dos direitos e a proteção às práticas tradicionais e patrimônios reconhecidos. São considerados os elementos fundamentais que definem os modos de vida das comunidades como as formas de produção artesanal e a relação das comunidades com o meio ambiente.		Premissas: Existência de diversos conflitos entre as comunidades e o poder público para direito de uso da terra, entre as comunidades, o ICMBio e as ONGs ambientais sobre os meios da produção agrícola e pesqueira em áreas de proteção. As comunidades não são percebidas como prioridade ou recurso valioso para a identidade do Litoral.	A situação das comunidades tradicionais segue periclitante. As comunidades não são valorizadas pelos atores locais, nem externo e muito menos pela população. As novas gerações de pescadores, indígenas, quilombolas, produtores agrícolas não permanecem junto às suas comunidades, evadindo o Litoral em busca de melhores oportunidades de vida. Os pilares da cultura e dos saberes tradicionais são enfraquecidos, e as populações tradicionais tem sua autoestima fortemente abalada. A desvalorização das comunidades é refletida no descaso com políticas de saúde e educação direcionadas a estes segmentos da população, o que retroalimenta o processo de gradual perda da identidade e cultura que distinguem estas comunidades. Há um crescente movimento de rejeição da população às populações tradicionais que acabam por se tornar cada vez mais páreas da sociedade. Os conflitos sociais aumentam, e as tensões envolvendo políticas ambientais e de expansão econômica são acirradas.
			Riscos: Evasão dos membros das comunidades que deixam suas moradias em busca de melhores qualidades de vida em outras cidades. Perda da identidade cultural e histórica do Litoral. Não desenvolvimento do potencial turístico e produtivo da região.	
			Desafios: Sensibilizar o poder público, os empreendedores, as entidades regionais e a população da importância das comunidades tradicionais. Garantir os direitos mínimos para sobrevivência dessas populações.	
Ecoturismo	O potencial do aproveitamento sustentável da riqueza natural do território como forma de preservação tanto por visitantes como pela população local.		Premissas: O desenvolvimento da atividade ecoturística não é acompanhado por um planejamento adequado.	O ecoturismo é reconhecido como um segmento turístico importante no território, mas isto não vem acompanhado de políticas públicas efetivas para o seu desenvolvimento. Não há um planejamento e controle adequados da atividade ecoturística e há impactos visíveis nas UCs. A falta de sensibilização das populações locais gera também impactos negativos no território (desmatamento, construção ilegal, entre outros). A qualidade da visita às UCs é baixa, o nível de competitividade do Litoral do Paraná piora comparativamente a outros destinos mais próximos.
			Riscos: Degradação ambiental derivada da inadequada utilização dos recursos naturais. Ausência de controle e fiscalização.	
			Desafios: Melhorar os mecanismos para a conservação dos recursos naturais e a educação ambiental.	



Sustentabilidade e Qualidade Ambiental	A melhoria da qualidade do ar, a redução da contaminação (acústica, de águas, atmosférica, luminosa, do solo, e outros tipos), o manejo eficaz dos resíduos urbanos, o tratamento adequado do esgoto e do saneamento, e o avanço para uma maior eficiência energética.		Premissas: A melhoria da qualidade ambiental não é uma prioridade para a região, os municípios não investem na melhoria dos aspectos ambientais e a infraestrutura básica, pois todos os recursos estão voltados para questões urgentes relacionadas com a gestão de questões cotidianas, necessárias, porém pouco estratégicas. Riscos: A carência de uma visão de melhoria futura, o aumento da insegurança e a piora da qualidade de vida somados ao desemprego, aumenta a sensação de desesperança e baixa autoestima que levam à evasão da população para outros lugares com mais oportunidades. A qualidade ambiental piora porque o foco não é colocado na melhoria desses aspectos, e a ausência de recursos não permite aumentar os esforços na melhoria ambiental. Desafios: Manter a aplicação do arcabouço jurídico referente ao cumprimento com a normativa ambiental apesar da baixa capacidade dos municípios e do poder público, com interesses centrados em resolver outros problemas.	A falta de incentivo para desenvolver as oportunidades situa o Litoral em um estado de inação e inoperatividade que aumenta os riscos ambientais. A falta de investimento na melhoria de questões básicas que afetam a qualidade de vida da população e incidem na preservação do ambiente, como a melhoria da gestão dos resíduos, o tratamento de esgoto, o saneamento, ou a melhoria da qualidade do ar, agravam os impactos e as desigualdades sociais. Os investimentos e empreendimentos novos carecem de uma visão estratégica que valorize os recursos do Litoral, criando uma sensação de que "tudo pode ser feito" desconsiderando a identidade e os valores naturais e socioculturais da região. A degradação ambiental e a falta de incentivos aumentam a sensação de desesperança e baixa autoestima da população, causando a evasão da população mais jovem e com talento, ocasionando a perda de talento e potencial humano do Litoral. A degradação ambiental é acompanhada por um aumento da insegurança, violência e a marginalização. A falta de oportunidades leva ao aumento de práticas insustentáveis e à piora da qualidade ambiental, alimentando de volta esse ciclo.
Preservação da Mata Atlântica	A preservação dos remanescentes da vegetação original que caracteriza o bioma da Mata Atlântica e daqueles em estado avançado de regeneração, indicado pela biodiversidade de fitofisionomias, a ausência de indícios de degradação (desmatamento, exploração, poluição), e o tamanho e proximidade de áreas bem preservadas (conectividade).		Premissas: Existe uma falta de controle e planejamento integrado que permite preservar as áreas de maior valor natural do Litoral, os riscos e os impactos não são adequadamente valorizados, existe um crescimento moderado sem uma orientação clara de visão de futuro que leva a ocupação desordenada de áreas de alto valor e risco elevado para a conservação e para a saúde das pessoas. As dificuldades para direcionar os esforços e alcançar acordos de colaboração limitam a capacidade de melhorar a preservação e evitar os impactos graves sobre a biodiversidade. Riscos: A soma de ações e mudanças sem uma visão integrada e forte que proporcione diretrizes para o desenvolvimento sustentável, ocasiona a perda de qualidade dos remanescentes de Mata Atlântica que ficam cada vez mais descaracterizados e fragmentados, reduzindo a resiliência e a capacidade para sustentar a biodiversidade associada, com perda irreversível de espécies ameaçadas e degradação da paisagem. Desafios: Garantir o cumprimento legal em condições de desconexão entre o poder público e o investimento privado, a falta de sensibilização da população e excessivo foco em questões burocráticas de baixo interesse estratégico. A falta de visão integrada e entendimento do ecossistema natural como corredor de biodiversidade e base de sustento para a vida das populações do Litoral.	A ausência de incentivos para a preservação da Mata Atlântica dá continuidade à uma situação de múltiplos descumprimentos com a legislação. A preservação das APP não é garantida, e a paisagem fica cada vez mais fragmentada, perdendo a capacidade de sustentar a biodiversidade de espécies, especialmente daquelas mais sensíveis e vulneráveis (espécies endêmicas e ameaçadas). O aumento das pressões sobre os remanescentes de Mata Atlântica aumenta, junto com a falta de sensibilização e carência de alternativas de desenvolvimento sustentável que leva à degradação acelerada dos ecossistemas. Ao não existirem alternativas que valorizem esse recurso natural a população continua exercendo pressão sobre os ecossistemas naturais, unido à pressão dos grandes empreendimentos que não encontram impedimentos para seu crescimento sem controle, sem adequada avaliação dos impactos e dos riscos. O aumento de eventos climáticos fortes incide sobre um litoral fragmentado, vulnerável e sem capacidade de resposta, afetando as populações mais vulneráveis e pobres, aumentando os problemas de saúde, a perda de identidade, o sentimento de desesperança e os conflitos sociais.



Unidades de Conservação	Efetividade no manejo e preservação dos valores naturais, culturais, patrimoniais, ambientais e paisagísticos das Unidades de Conservação do Litoral do Paraná, e criação de oportunidades para a ampliação e criação de novas Unidades.		Premissas: Existe uma falta de controle e planejamento integrado que permite preservar as áreas de maior valor natural do litoral. Os riscos e os impactos não são adequadamente valorizados, existe um crescimento moderado sem uma orientação clara de visão de futuro que leva a ocupação desordenada de áreas de alto valor e risco elevado para a conservação e para a saúde das pessoas. As dificuldades para direcionar os esforços e alcançar acordos de colaboração limitam a capacidade de melhorar a preservação e evitar os impactos graves sobre a biodiversidade. Riscos: A soma de ações e mudanças sem uma visão integrada e forte que proporcione diretrizes para o desenvolvimento sustentável ocasiona a perda de qualidade dos remanescentes de Mata Atlântica que ficam cada vez mais descaracterizados e fragmentados, reduzindo a resiliência e capacidade para sustentar a biodiversidade associada, com perda irreversível de espécies ameaçadas e degradação da paisagem. Desafios: Garantir o cumprimento legal entre o poder público e o investimento privado. A falta de sensibilização da população. O excessivo foco em questões burocráticas de baixo interesse estratégico. A falta de visão integrada e entendimento do ecossistema natural como corredor de biodiversidade e sustentação de base para a vida das populações do litoral.	A ausência de incentivos para a preservação da Mata Atlântica dá continuidade à uma situação de múltiplos descumprimentos com a legislação. A preservação das APP não é garantida, e a paisagem fica cada vez mais fragmentada, perdendo a capacidade de sustentar a biodiversidade de espécies, especialmente daquelas mais sensíveis e vulneráveis (espécies endêmicas e ameaçadas). O aumento das pressões sobre os remanescentes de Mata Atlântica aumenta, unido à falta de sensibilização e carência de alternativas de desenvolvimento sustentável, levando à degradação acelerada dos ecossistemas. A inexistência de alternativas que valorizem esses recursos naturais leva a população a continuar exercendo pressão sobre os ecossistemas naturais, o que é somado à pressão exercida pelos grandes empreendimentos que não encontram impedimentos para seu crescimento sem controle, sem adequada avaliação dos impactos e dos riscos. O aumento de eventos climáticos fortes incide sobre um Litoral fragmentado, vulnerável e sem capacidade de resposta, afetando às populações mais vulneráveis e pobres, aumentando os problemas de saúde, a perda de identidade, o sentimento de desesperança, e os conflitos social.
Saneamento e Resíduos Sólidos	Qualidade e nível de atendimento do saneamento no Litoral, tanto na área urbana, quanto na área rural, considerando também a infraestrutura existente, os Recursos Hídricos abundantes e de boa qualidade, o aumento populacional, a gestão de pessoal, e os recursos orçamentário e financeiro.		Premissas: O saneamento do Litoral vem em um crescente nos últimos anos. Os investimentos feitos pela SANEPAR e Paranaguá Saneamento nas áreas de coleta e tratamento de esgoto contribuíram para a elevação do atendimento. A preocupação com a coleta, tratamento e destino final dos resíduos sólidos e efluentes vem trazendo avanços nesse seguimento. Iniciativas representativas que estão sendo discutidas ou acontecendo neste vetor: os Planos Municipais de Saneamento e os Planos Diretores, necessários para cada seguimento do saneamento. O Plano de Bacias do Litoral. O Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Paraná Riscos: O aumento da população residente em busca de oportunidades de emprego; o crescimento sazonal que eleva a população flutuante nos períodos de alta temporada; a limitação das ações de saneamento na área urbana, deixando a área rural em segundo plano. Desafios: A adoção de medidas que evitem o desperdício de água; a falta de recursos para drenagem urbana que favorece o aparecimento de áreas alagadas; promover campanhas que promovam a coleta seletiva já na unidade geradora; o fortalecimento das Associações de Catadores	A tendência atual dos municípios é que busquem cada vez mais recursos e promovam programas que visem reduzir os déficits de saneamento no Litoral. O natural é que os níveis de atendimento com saneamento no Litoral permaneçam crescente.



Qualidade da Governança	Capacidade dos entes – Estado e Municípios – de uma instituição de governança Inter federativa participarem e compartilharem responsabilidades em relação à organização, ao planejamento e à própria execução das funções públicas de interesse comum.		Premissas: Manutenção das atribuições atuais do COLIT.	Ameaças às qualidades de vida e visual da paisagem litorânea pela ocupação desordenada que vem ocorrendo nos últimos anos. Permaneceria a dificuldade de compatibilizar os planos diretores, setoriais e a legislação urbanística dos Municípios do Litoral com o Plano Regional.
			Riscos: Insatisfação dos Municípios e complexidade dos problemas da região quando confrontados com as competências atuais do COLIT.	
			Desafios: Fazer o interesse comum prevalecer sobre o local.	
Capacidade Financeira das Administrações Locais	Capacidade de arrecadação e gestão de recursos dos municípios e relação de dependência financeira de outras esferas de governo.		Premissas: Não há melhoria da arrecadação no curto e médio prazos.	A demora na aprovação de ações de melhoria da arrecadação pública poderá fazer com que esse fato se concretize apenas no longo prazo, levando à sobrecarga e/ou deterioração dos serviços públicos prestados, e a não atração de novos investimentos.
			Riscos: Manutenção do quadro deficitário de prestação de serviços públicos.	
			Desafios: Evitar a sobrecarga dos serviços públicos já prestados.	
Capacidade Técnica das Administrações Locais	Qualidade técnica dos burocratas que trabalham nas Administrações Locais e seu impacto na eficiência da gestão pública.		Premissas: Nenhuma parceria é estabelecida e as ONGs locais não se fortalecem.	Na ausência de parcerias, os esforços dos governos locais seriam reduzidos e o quadro deficitário dos serviços públicos seria mantido.
			Riscos: Manutenção do quadro atual deficitário dos serviços públicos prestados.	
			Desafios: Evitar a piora dos serviços públicos.	



3.4. Cenário D – Contexto de Crise

3.4.1 A fotografia do Litoral em 2035 no Cenário D – Contexto de Crise

O Cenário D propõe o exercício da imaginação da região litorânea a partir do agravamento das questões apresentadas no diagnóstico do Litoral para elaboração do PDS, entre 2018-2019, com ênfase no potencial negativo das ameaças existentes à sustentabilidade da região. Enquanto o Cenário C – Desperdício de Oportunidades pressupõe a evolução tendencial das questões já existentes no Litoral Paranaense, o Cenário D – Contexto de Crise vai além ao incluir na projeção ameaças identificadas, mas não concretizadas.

Nesse sentido, no curto prazo o Litoral institucionalmente fragilizado e vulnerável às iniciativas externas recebe novos empreendimentos e investimentos de forma desordenada e caótica, comprometendo a qualidade ambiental e colocando em risco a sobrevivência das comunidades tradicionais da região. A sobrecarga causada pelo aumento da população impulsionada pelos novos empreendimentos sobre os equipamentos e serviços sociais leva à carência de leitos de atendimento médico, vagas nas escolas públicas, aumento exponencial da insegurança pública, além de comprometer gravemente o ordenamento urbano, e agravar a questão social e fundiária por conta das ocupações irregulares.

No médio prazo a situação de crise é agravada, uma vez que o Litoral perde a sua capacidade de geração de empregos e renda a partir das atividades econômicas locais e fica dependente da retenção de investimentos externos. A desarticulação institucional agravada pela fragilidade das instituições locais e baixa capacitação dos funcionários públicos compromete a capacidade de propor e executar soluções para a crise instalada. As perdas ambientais, somadas com a pressão causada pelo aumento demográfico desordenado deixa o Litoral ainda mais vulnerável para eventos relacionados às mudanças climáticas. A capacidade de resiliência do Litoral do Paraná é completamente comprometida.

No longo prazo o contexto de crise se agrava ao ponto de se tornar irreversível. O Cenário D apresenta uma visão de futuro do Litoral Paranaense em situação de colapso institucional, ambiental, socioterritorial e econômico. A recuperação da região depende de auxílio externo, e da cooperação entre os poderes municipal, estadual e federal.

No que diz respeito à dimensão institucional, o enfraquecimento de instituições de governança da região e dos municípios tem impactos sobre todas as demais dimensões, levando à situação generalizada de desordem em todas as esferas sociais, inviabilizando o equacionamento de problemas existentes.

Na dimensão econômica, a ausência de critérios de implantação de novos empreendimentos no território, além da falta de mecanismos adequados de mitigação e compensação dos impactos gerados ocasionam problemas sociais e ambientais irreversíveis. A estagnação de estruturas existentes pela interrupção de investimentos contribui para a decadência da região e para a perda de competitividade com Santa Catarina e São Paulo.

Na dimensão socioterritorial observa-se o impacto da perda de população, acentuada nos municípios do Litoral Norte (Guaraqueçaba, Morretes e Antonina) e nas comunidades tradicionais de toda a região – com relação direta sobre o aumento de áreas ocupadas irregularmente em periferias de Paranaguá, sobre o que também contribui a ineficiência ou ausência de mecanismos que oferecem à população de baixa renda acesso a produtos imobiliários. A ausência de articulação entre instrumentos de planejamento e a inaplicabilidade de planos existentes levam às situações graves de problemas urbanos. As áreas rurais atingem um grau de abandono, com impactos sobre as receitas advindas das atividades agropecuárias. A atividade turística principal restringe-se à ocupação sazonal do Litoral Sul por veranistas do Estado do Paraná que não contribuem para a geração de renda na região, perpetuando o círculo vicioso de problemas existentes. A acentuação da segregação socioespacial da população residente é tanto efeito quanto causa do grau de colapso da gestão de equipamentos sociais e serviços públicos. O patrimônio histórico e cultural sofre perdas graduais,

progressivas e irreparáveis. A perda do modo tradicional de vida das comunidades tradicionais se torna irreparável, sendo um risco eminente o desaparecimento dos povos e culturas tradicionais, tendo diversas consequências, tais como, a interrupção das atividades artesanais, a evasão das novas gerações, a desvalorização das culturas tradicionais e, assim, o litoral perde parte de sua história e identidade.

Na dimensão ambiental os impactos são muito graves. As perdas de remanescentes de Mata Atlântica e de áreas úmidas desequilibram os ecossistemas locais com repercussões também no equilíbrio ambiental global. A região costeira fica muito vulnerável à impactos causados pelo aquecimento global, uma vez que não dispõe de ferramentas e capacidade institucional para antecipar riscos.

3.4.2 Perfil do Cenário D – Contexto de Crise

Quadro 9: Perfil do Cenário D

Lógica de construção do Cenário D	Como será o Litoral do Paraná em 2035 se não apenas não houver incentivo para desenvolver as forças e oportunidades, mas também se as fraquezas forem potencializadas e as <u>ameaças</u> se tornarem realidade? Este cenário é de colapso e a sua reversão se torna quase inviável, dependendo fortemente de uma intervenção externa para ser alterado.
Principal desafio	O maior desafio a ser superado é o de, além da integração dos municípios para resposta conjunta aos problemas, a busca por apoio exógeno para auxílio na recuperação da região e reestruturação social, ambiental e econômica.
Propulsores do movimento	Aquecimento global e mudanças climáticas, aumento de desemprego e da população de baixa renda, investimentos externos sem retorno para os municípios, aumento do turismo em massa sem planejamento, desaparecimento das comunidades tradicionais, degradação do patrimônio, entre outros.
Desdobramentos	Degradação das áreas de conservação ambiental, desaparecimento de comunidades tradicionais, degradação do patrimônio, redução da atividade turística, expansão desordenada das áreas urbanas, aumento da pobreza, colapso dos serviços e equipamentos sociais, falência dos municípios, entre outros.

3.4.3 Matriz de Vetores do Cenário D – Contexto de Crise

Quadro 10: Matriz de Vetores do Cenário D

	Descrição do Vektor	Cenário D - Contexto de Crise: Aprofundamento de questões que comprometem o desenvolvimento sustentável do Litoral Paranaense		
		Magnitude	Premissas, riscos e desafios	Detalhamento do cenário neste vetor
Crescimento Demográfico	Crescimento da população ligado à atividade econômica, a partir da possibilidade de geração de novos empregos e atração de mão de obra externa ao Litoral		Premissas: Perda de empregos e deslocamento de atividades.	Decréscimo ligeiro da população global. Os municípios do Norte (Guaraqueçaba, Antonina e Morretes) perdem mais população que os demais.
			Riscos: Início de um processo de retrocesso populacional no Litoral, principalmente nas áreas rurais.	
			Desafios: Equilibrar a demografia em todos os municípios do Litoral.	
Crescimento Econômico	Ritmo de crescimento, evolução e resiliência da economia do Litoral, influenciados pelo tipo de políticas públicas implementadas e pelo fomento de cada tipo de atividade.		Premissas: Políticas públicas e investimentos centrados exclusivamente na atividade portuária.	Crise e estagnação regional. Monocultivo econômico em Paranaguá. Diminuição de valor do turismo. Redução da competitividade dos municípios balneários com a valorização de destinações próximas como Santa Catarina. Crise sistêmica dos municípios do Norte (Morretes, Antonina, Guaraqueçaba).
			Riscos: Economia do Litoral dependente de Paranaguá e sua atividade portuária, com baixa capacidade de resposta frente a eventuais períodos de desaceleração econômica que impliquem em uma menor atividade do Porto. Perda de ativos econômicos do Litoral tais como o turismo e a agropecuária.	
			Desafios: Diversificar a economia do Litoral em outros setores.	
Agropecuária	Importância e relevância do setor agropecuário no desenvolvimento econômico do Litoral, ligado ao nível de investimento dedicado às melhorias na capacitação dos produtores bem como à melhoria da infraestrutura para escoamento da produção.		Premissas: Falta de investimento no meio rural para o desenvolvimento econômico do setor agropecuário.	Certo abandono do meio rural por incapacidade de desenvolver atividades agrícolas ou de pesca competitivas. Dificuldades no escoamento dos produtos. Crise da agricultura tradicional. Pouco atrativo das áreas rurais em comparação a outras áreas do Litoral.
			Riscos: Marginalização e desvalorização da atividade agrícola e das áreas rurais.	
			Desafios: Manter a atividade sob uma competitividade mínima.	
Indústria e Logística	Caracterização, localização e crescimento das atividades industriais e logísticas no Litoral.		Premissas: Estagnação econômica, perda de competitividade local	Relativa estagnação da logística por congestionamento do porto (acessos portuários adequados, entre outros). Diminui o atrativo do porto em relação a outros portos mais dinâmicos no litoral de Santa Catarina e São Paulo. Pouca diversificação industrial.
			Riscos: Perda de empregos.	
			Desafios: Incrementar o número de atividades econômicas	



Logística e Transporte	Identificação e caracterização dos principais empreendimentos logísticos e infraestruturas de transporte a serem implantados.		Premissas: Pouca capacidade de investimento privado. Interrupção do investimento público.	Infraestruturas industriais e logísticas: Os portos existentes ficam estagnados. Novas áreas para atividades industriais e logísticas decididas pelos empreendedores (sem alinhamento necessário com o planejamento). Interrupção dos investimentos públicos e dos investimentos correspondentes à duplicação da PR-407, ao porto de containers em Pontal, e aos serviços hidroviários.
			Riscos: Conflitos entre as novas áreas logísticas e espaços ambientalmente relevantes. Surgimento de fortes movimentos sociais organizados de oposição.	
			Desafios: Os principais desafios são a adequação ambiental das infraestruturas, a melhoria da sua integração nas cidades adjacentes. Encaixe ambiental e social das novas vias projetadas	
Turismo	O turismo quanto atividade econômica e importante fonte de renda e emprego no Litoral.		Premissas: As políticas públicas não têm o turismo como prioridade.	O turismo passa a ser uma atividade econômica secundária no território. Não há investimentos no setor e diminui a mão de obra e as rendas derivadas do turismo. A falta de valorização dos recursos naturais e culturais contribui com a sua degradação.
			Riscos: Degradação ambiental e conflitos sociais.	
			Desafios: Diversificação econômica.	
Instrumentos de Ordenamento Territorial	Os instrumentos de ordenamento territorial como ferramentas de desenvolvimento regional e local. Consideram-se: Planos Diretores Municipais, Zoneamentos Municipais, Planos de Manejo de U.C., PDS Litoral, Macrozoneamento Regional, Leis de Uso e Ocupação do Solo.		Premissas: Impossibilidade dos poderes públicos e atores locais em protagonizar ações de reversão dos problemas socioterritoriais.	O panorama crítico de colapso da gestão democrática inviabiliza a adequada aplicabilidade de instrumentos de ordenamento de uso e ocupação do solo existentes e impossibilita a elaboração de novos instrumentos sem intervenção externa. O território não se estrutura a partir de um ordenamento advindo do planejamento regional, mas a partir das intervenções provenientes de interesses específicos. As ameaças ao território do litoral materializam-se em atritos entre usos do solo incompatíveis e dispersão da ocupação desordenada por áreas que poderiam constituir em reservas de solo para atividades econômicas ou de preservação ambiental. A ausência de um ordenamento de uso e ocupação do solo respeitado deixa bens patrimoniais em situação de vulnerabilidade. Além disso, o enfraquecimento institucional de órgãos ambientais pode favorecer transformações socioterritoriais de prejuízo ambiental à revelia de disposições presentes em instrumentos de ordenamento.
			Riscos: Transformações socioterritoriais irreversíveis.	
			Desafios: Conseguir articular a busca pelo apoio externo diante do colapso institucional.	

Crescimento Urbano	Processos de aceleração do ritmo da expansão e adensamento de áreas urbanas.		Premissas: Colapso da capacidade institucional local.	As áreas urbanas crescem em um ritmo estável, segundo as características particulares de cada município. Os municípios do Litoral Sul (Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná) sofrem os impactos severos das altíssimas densidades demográficas sazonais sobre as áreas urbanas. O crescimento urbano ocorre desordenadamente, expandindo-se por áreas ambientalmente sensíveis, impactando comunidades tradicionais em áreas urbanas, adensando assentamentos em situação de grande vulnerabilidade socioambiental.
			Riscos: Perda de áreas estratégicas ao desenvolvimento sustentável para ocupações desordenadas.	
			Desafios: como articular a busca pelo apoio externo diante do colapso institucional.	
Habitação e Questões Fundiárias	Equacionamento das questões referentes aos déficits qualitativo e quantitativo habitacionais, bem como às irregularidades fundiárias já existentes na região e seu impacto na qualidade de vida da população na arrecadação municipal.		Premissas: Desmonte das poucas estruturas já existentes vinculadas ao tema.	O desmonte ou mesmo a inoperâncias das atividades já existentes agravará o problema habitacional e impactará negativamente na arrecadação municipal, que terá que atender questões emergências decorrentes da ocupação de novas áreas, muitas vezes localizadas em áreas de risco. Em caso de agravamento da crise econômica, a busca por novas áreas para morar poderá ameaçar não somente as áreas ambientalmente protegidas por toda a região, mas também terrenos públicos e privados vazios, cuja destinação não necessariamente é para habitação, inviabilizando o equacionamento de questões relacionadas a outros serviços públicos.
			Riscos: Piora da arrecadação e aumento de ocupações irregulares devido à crise econômica ou a chegada de novos investimentos	
			Desafios: Garantir que as áreas vazias (públicas e privadas) e ambientalmente protegidas não sejam foco de ocupação desenfreada para fins habitacionais.	
Equipamentos Sociais	Capacidade das estruturas físicas e dos serviços prestados nos setores de saúde, educação, cultura, esporte e lazer, e segurança.		Premissas: Colapso dos serviços públicos prestados.	Uma piora nos serviços públicos prestados poderá acarretar no colapso de alguns setores, podendo levar à instalação de situação de emergência em áreas como saúde e segurança, em casos de uma epidemia, ou mesmo uma onda de violência.
			Riscos: Evasão escolar, mortes por falta de atendimento, e aumento da criminalidade.	
			Desafios: Evitar que seja decretada situação de emergência nas áreas de saúde e segurança.	
Turismo de Sol e Praia	Os impactos do Turismo de Sol e Praia no planejamento do território.		Premissas: Os mercados emissores próximos (Curitiba) mantêm o interesse no Litoral Paranaense.	O Turismo de Sol e Praia continua a atrair uma porcentagem importante da população, principalmente procedente de áreas próximas (Curitiba). Também se destacam as visitas a familiares. Este tipo de turismo não contribui com a geração de rendas importantes no setor já que o gasto por visitante é reduzido. O litoral costeiro sofre uma importante degradação derivada da pressão ambiental sobre os recursos naturais. O baixo nível de qualidade da oferta turística impacta de forma negativa na percepção dos visitantes.
			Riscos: Conflitos sociais com a população local.	
			Desafios: Reduzir a pressão sobre os recursos naturais do Litoral Paranaense gerada pela população residente e visitantes.	
Patrimônio Histórico e Cultural	A necessidade de recuperação e valorização dos bens materiais e imateriais e seu potencial impacto na promoção do turismo cultural.		Premissas: A proteção do patrimônio histórico e cultural não é uma prioridade para as políticas públicas.	A ausência de políticas públicas de proteção do patrimônio contribui com a degradação das riquezas materiais e imateriais presentes no território. As comunidades tradicionais não são respeitadas e desaparecem paulatinamente do Litoral.
			Riscos: Degradação dos bens materiais e perda de práticas tradicionais.	
			Desafios: Evitar o desaparecimento de comunidades e práticas tradicionais.	



Comunidades Tradicionais	Qualidade de vida das comunidades tradicionais e indígenas do litoral, incluindo a garantia dos direitos e a proteção às práticas tradicionais e patrimônios reconhecidos. São considerados os elementos fundamentais que definem os modos de vida das comunidades como as formas de produção artesanal e a relação das comunidades com o meio ambiente.		Premissas: Não garantia de direitos dos povos e comunidades tradicionais. Não valorização das identidades e tradições. Violação de normas e direitos ambientais. Expansão desordenada dos meios de produção e das infraestruturas.	Neste cenário a sobrevivência das comunidades tradicionais é ameaçada. A desvalorização das culturas tradicionais é acirrada, as comunidades são expulsas das suas terras, as atividades de produção artesanal são interrompidas, as novas gerações evadem o Litoral e as gerações mais velhas não recebem tratamento de saúde adequado nem meios financeiros para manter sua sobrevivência. Com isso, as comunidades tradicionais vão sendo dizimadas, a cultura é dissipada, as tradições se perdem. O Litoral perde a sua identidade, parte de sua história e com isso diversos potenciais de desenvolvimento sustentável são comprometidos de forma irreparável.
			Riscos: Desaparecimento definitivo das comunidades tradicionais do Litoral do Paraná.	
			Desafios: Garantir a sobrevivência dos povos e comunidades tradicionais do Litoral do Paraná.	
Ecoturismo	O potencial do aproveitamento sustentável da riqueza natural do território como forma de preservação tanto por visitantes como pela população local.		Premissas: Ausência de políticas públicas orientadas à proteção, conservação e valorização dos recursos naturais do território.	O ecoturismo não é promovido como atividade econômica no território. Os recursos naturais deixam de ser promovidos como atrativos turísticos. Não há um investimento em gestão, planejamento e controle das UCs. As populações das áreas de abrangência das UCs fazem um uso não sustentável dos recursos naturais que aumenta o nível de degradação e perda de recursos no território.
			Riscos: Conflitos sociais com as populações na área de abrangência das UCs derivados da degradação ambiental e perda de recursos no território.	
			Desafios: Envolver as populações locais na gestão sustentável dos recursos naturais.	
Sustentabilidade e Qualidade Ambiental	A melhoria da qualidade do ar, a redução da contaminação (acústica, de águas, atmosférica, luminosa, do solo, e outros tipos), o manejo eficaz dos resíduos urbanos, o tratamento adequado do esgoto e do saneamento, e o avanço para uma maior eficiência energética.		Premissas: A falta de investimentos, somada ao agravamento da vulnerabilidade e à falta de capacidade de resiliência do Litoral, gera impactos irreversíveis sobre a qualidade ambiental.	A falta de incentivos para desenvolver as forças e oportunidades do Litoral, coloca os interesses em ações de desenvolvimento cada vez mais distantes dos valores e da identidade do Litoral do Paraná. As atividades são desenvolvidas desconsiderando os impactos sobre o ambiente, desde as pequenas produções agrícolas até grandes empreendimentos. O aumento dos insumos químicos, a falta de previsão dos impactos ambientais, o choque do crescimento de impactos com áreas naturais, sem áreas de amortecimento e sem controle efetivo das atividades gera impactos graves sobre a qualidade ambiental que afetam a saúde e a qualidade de vida da população, a fragmentação ecológica leva à perda das espécies e ecossistemas ameaçados, com impactos sobre a biodiversidade global. O aumento de enfermidades causadas pela baixa qualidade ambiental aumenta a marginalização social e a desigualdade, incrementando a violência e a situação de conflito. Frente a esta situação de colapso, a população jovem e preparada abandona o Litoral, que fica sem potencial humano e natural para o desenvolvimento futuro sustentável e vulnerável diante da intervenção exógena focada em interesses de exploração descontrolada.
			Riscos: O aumento da dependência exógena para a recuperação corre o risco de que os esforços sejam mal direcionados, descaracterizando ainda mais o Litoral, prejudicando as populações tradicionais, cuja forma de vida não é valorizada o suficiente pelos interesses exógenos. A degradação ambiental deixa o Litoral desprovido dos seus valores mais importantes reduzindo a qualidade de vida da população que perde as esperanças e se torna vulnerável frente à falta de oportunidades e à perda da saúde e da segurança.	
			Desafios: Que os investimentos externos entendam as forças do Litoral e sejam capazes de reverter a situação com apoio à preservação, à mitigação, à correção de impactos, ao aumento da sensibilização, e à restauração com critérios ecológicos.	



Preservação da Mata Atlântica	A preservação dos remanescentes da vegetação original que caracteriza o bioma da Mata Atlântica e daqueles em estado avançado de regeneração, indicado pela biodiversidade de fitofisionomias, a ausência de indícios de degradação (desmatamento, exploração, poluição), e o tamanho e proximidade de áreas bem preservadas (conectividade).		Premissas: O Litoral é enfraquecido pela perda de incentivos para proteger seus valores. Essa situação é favorável aos interesses que entendem a preservação do ecossistema natural como algo negativo contrário ao crescimento sem limites dos interesses econômicos concentrados. Consequentemente, os remanescentes de Mata Atlântica são destruídos sem repercussões para os propulsores dessas atividades. O Litoral perde a identidade, a paisagem e natureza que o caracterizam, deixando ainda mais vulneráveis as populações de renda mais baixa, dependentes da preservação dos valores naturais. Riscos: Contar com apoio exógeno para a recuperação em uma situação de colapso natural e social crítica é uma estratégia com poucas garantias de sucesso pela falta de conhecimento do lugar, do funcionamento dos ecossistemas naturais e das culturas e identidades envolvidas. A população deixa de acreditar no seu potencial adotando uma atitude passiva e conformista que reduz a capacidade da região para construir alternativas sustentáveis e inovadoras que revertam para o bem comum. Desafios: Que esses investimentos exógenos sejam capazes de garantir o envolvimento das comunidades do Litoral e de frear os impactos sinérgicos da degradação a todos os níveis, dos ecossistemas naturais, oferecendo uma alternativa real de desenvolvimento baseado na preservação.	A falta de capacidade para desenvolver as forças e oportunidades deixa o Litoral sem ferramentas para orientar as dinâmicas que levam à perda dos ecossistemas naturais. As fraquezas se acentuam, aumenta a ocupação do solo em áreas de elevado risco, a erosão costeira e a pressão sobre os remanescentes de Mata Atlântica. Frente à falta de alternativas de desenvolvimento reais que gerem benefícios para preservação, a população contribui com a degradação dos ecossistemas que sustentam a sua própria forma de vida, aumentando o desmatamento, as queimadas, e a poluição pelos resíduos, o uso de agroquímicos e outras ações. A falta de uma sensibilização e conscientização com o valor dos remanescentes de Mata Atlântica leva a população a uma situação de passividade perante o investimento externo não sustentável, valorizando esses investimentos como a única fonte de benefício, sendo que na realidade esses benefícios são concentrados em poucas mãos. A visão em geral pessimista sobre o futuro e as consequências que essas ações sem planejamento têm sobre o Litoral, cria uma sensação de desesperança. A ocupação de áreas de alto risco das populações mais vulneráveis tem impactos graves sobre a saúde e segurança das pessoas especialmente com o agravamento das ameaças de mudanças climáticas globais.
Unidades de Conservação	Efetividade no manejo e preservação dos valores naturais, culturais, patrimoniais, ambientais e paisagísticos das Unidades de Conservação do Litoral do Paraná, e criação de oportunidades para a ampliação e criação de novas Unidades.		Premissas: A pressão sobre a expansão de atividades exploratórias e industriais sem controle ameaça a conservação das UCs do Litoral. A ausência de mecanismos de amortecimento agrava os impactos. Estes riscos e impactos não são adequadamente avaliados, deixando o poder público sem capacidade de resposta frente aos riscos que ameaçam a conservação. A falta de alternativas de desenvolvimento baseadas nos valores naturais leva a uma maior degradação dos recursos naturais. A ausência de planejamento não permite aos gestores proteger adequadamente as áreas mais valiosas. Riscos: O desaparecimento das comunidades tradicionais deixar as zonas rurais abandonadas, sem a base social que sustenta a conservação dos recursos dos quais depende a diversidade de formas de vida e culturas que antes caracterizavam o Litoral Paranaense. Com isso a área perde identidade e interesse, uma vez que os investimentos são voltados para a exploração sem outras alternativas que valorizem os aspectos culturais e naturais. A saúde das pessoas está em risco pela degradação das condições do ambiente, da paisagem e da erosão. Desafios: Buscar investimentos externos capazes de entender a problemática e mudar a situação de degradação acelerada. A perda de resiliência natural da região dificulta muito a recuperação.	Frente à falta de alternativas e de diretrizes claras de desenvolvimento, continuam os impactos negativos sobre os valores naturais e as UCs perdem os valores que motivaram a sua criação, aumentando o desmatamento irregular das florestas, a ocupação em áreas de alto risco, afetando a população mais vulnerável e aumentando a desigualdade e os conflitos sociais. A degradação do ambiente por poluição e fragmentação dos ecossistemas naturais causa a perda da funcionalidade ecológica, aumentando a dispersão de espécies invasoras e provocando a perda de outras espécies nativas, mudando a paisagem e ocasionando uma perda de identidade para os moradores das UCs de uso sustentável, e a perda de valor das UCs de preservação integral que sustentam a preservação dos serviços ecossistêmicos essenciais para a vida. Os impactos desse cenário são graves e irreversíveis, a perda de biodiversidade do Litoral supõe a perda de um dos seus mais importantes valores para o futuro. As UCs permitem preservar um dos mais importantes remanescentes contínuos da Mata Atlântica que faz parte do Mosaico Lagamar, um corredor ecológico de importância mundial.



Saneamento e Resíduos Sólidos	Qualidade e nível de atendimento do saneamento no Litoral, tanto na área urbana, quanto na área rural, considerando também a infraestrutura existente, os Recursos Hídricos abundantes e de boa qualidade, o aumento populacional, a gestão de pessoal, e os recursos orçamentário e financeiro.		Premissas: Aumento exagerado da população e agravamento da crise econômica.	O crescimento populacional, aliado às ocupações desordenadas de fundos vales de rios e encostas vêm provocando condições precárias de vida para parte da população. A crise econômica e a falta de investimentos federais, estaduais e municipais podem interferir de forma negativa no atendimento ao saneamento.
			Riscos: Falta de recursos para investimento em Obras e Programas.	
			Desafios: Ampliar o nível de atendimento para a área rural.	
Qualidade da Governança	Capacidade dos entes – Estado e Municípios – de uma instituição de governança Inter federativa participarem e compartilharem responsabilidades em relação à organização, ao planejamento e à própria execução das funções públicas de interesse comum.		Premissas: Enfraquecimento ou esvaziamento do COLIT.	A ausência de uma estrutura Interfederativa dificultaria a organização e planejamento das ações dos Municípios de forma integrada e mais efetiva a fim de promoverem investimentos nas áreas sociais de saúde e educação, infraestruturas urbanas etc., reduzindo a capacidade de captação de investimentos externos para o desenvolvimento sustentável da região.
			Riscos: Ausência de articulação dos municípios para o parcelamento, o uso e a ocupação do solo urbano. Dificuldade de delimitação das áreas com restrições à urbanização, visando à proteção do patrimônio ambiental ou cultural, bem como das áreas sujeitas a controle especial pelo risco de desastres naturais.	
			Desafios: Convencer os Municípios da importância de uma ação articulada.	
Capacidade Financeira das Administrações Locais	Capacidade de arrecadação e gestão de recursos dos municípios e relação de dependência financeira de outras esferas de governo.		Premissas: Não aprovação de medidas de melhoria da arrecadação pública.	A não melhoria da arrecadação acarretará o colapso dos serviços públicos em alguns municípios com perspectiva de aumento da população, e na deterioração dos serviços nos municípios menores, em especial para as populações das áreas rurais.
			Riscos: Colapso de serviços públicos prestados.	
			Desafios: Convencer as Câmaras Municipais da importância da aprovação de medidas de melhoria da arrecadação pública.	
Capacidade Técnica das Administrações Locais	Qualidade técnica dos burocratas que trabalham nas Administrações Locais e seu impacto na eficiência da gestão pública.		Premissas: Nenhuma parceria é estabelecida e as ONGs locais fecham.	Na ausência de parcerias e com o fechamento das ONGs locais, além da não efetividade dos esforços dos governos locais, os serviços públicos poderão ter uma piora, podendo chegar ao colapso de alguns setores, como é o caso da saúde, em caso de epidemias.
			Riscos: Piora dos serviços públicos prestados.	
			Desafios: Colapso dos serviços públicos prestados.	

Figura 14: Síntese Gráfica do Cenário D

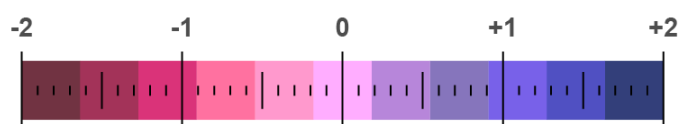


Fonte: Os autores.

4 AVALIAÇÃO DE IMPACTOS DOS CENÁRIOS

A avaliação de impactos dos cenários é uma ferramenta valiosa para orientar o processo de tomada de decisão quanto à construção da visão de futuro. A partir do entendimento de quanto se ganha e quanto se perde em cada escolha é possível encontrar um denominador de equilíbrio para uma visão de futuro de sustentabilidade para o Litoral do Paraná. Para avaliação dos impactos dos cenários foi pedido a cada consultor do Consórcio PDS Litoral que valorasse a partir da sua área de expertise o impacto que cada cenário teria em cada um dos municípios do Litoral Paranaense, de acordo com a escala abaixo:

Figura 15: Escala dos Impactos dos Cenários



Fonte: Os autores

Para uma avaliação de que o impacto de determinado cenário sobre um município seria nulo, o valor atribuído seria igual a 0 (zero). Para uma avaliação de que o impacto de determinado cenário sobre um município seria moderadamente positivo, o valor atribuído seria igual a 1 (um). Para uma avaliação de que o impacto de determinado cenário sobre um município seria fortemente positivo, o valor atribuído seria igual a 2 (dois). Para uma avaliação de que o impacto de determinado cenário sobre um município seria moderadamente negativo, o valor atribuído seria igual a -1 (menos um). Para uma avaliação de que o impacto de determinado cenário sobre um município seria fortemente negativo, o valor atribuído seria igual a -2 (menos dois).

As notas foram contabilizadas e geraram médias por eixo: ambiental, econômico, institucional, de infraestrutura, e socioterritorial, além das comunidades tradicionais, que como demandado pelo Termo de Referência deveria ser analisada de forma individual e não como parte do eixo socioterritorial. O item 4.1 Matriz de Impactos dos Cenários sobre os Municípios do Litoral Paranaense apresenta a média obtida para cada dimensão em cada município por cenário, além da média de impacto consolidada de cada cenário em cada município, calculada a partir da média entre as seis dimensões de análise.

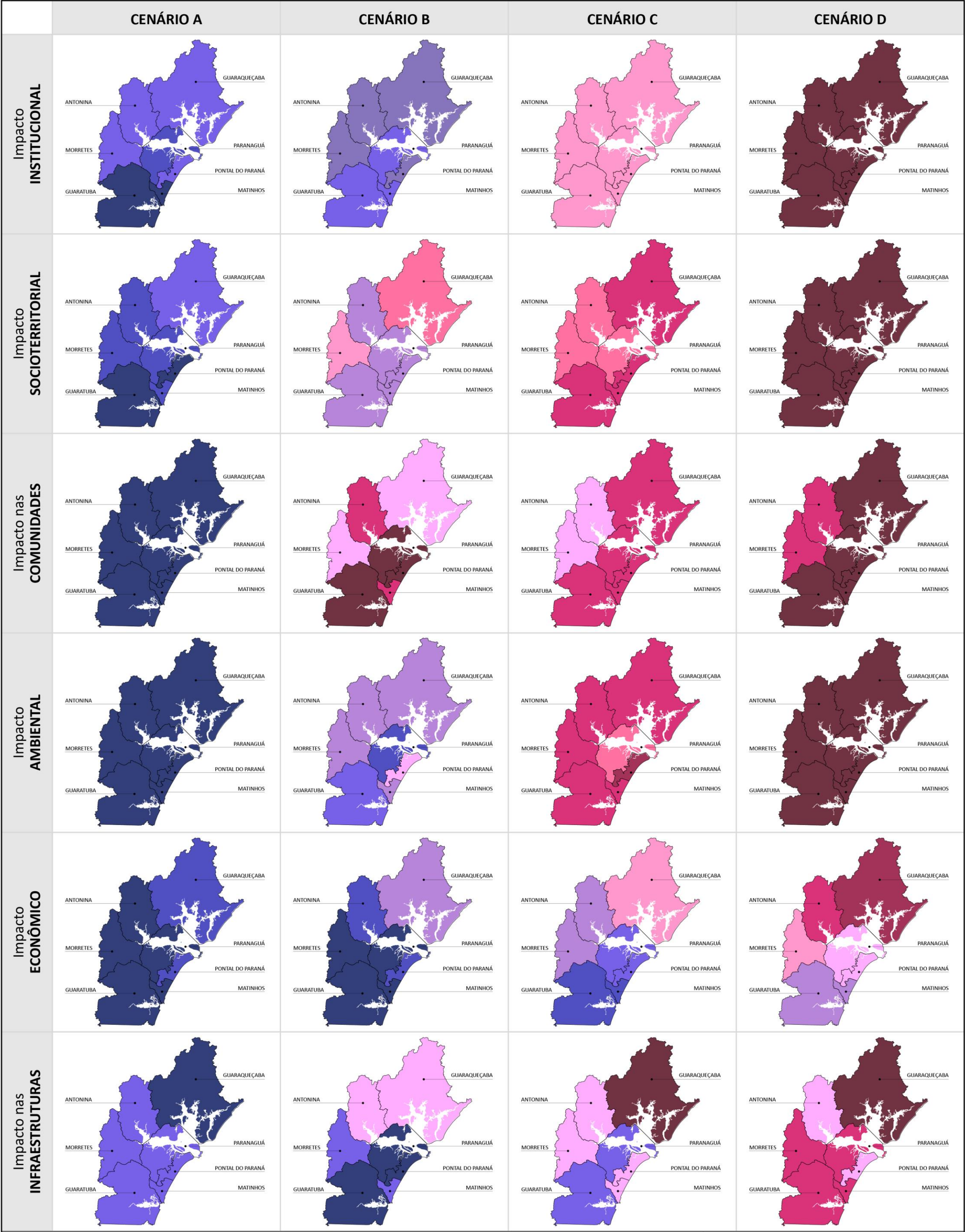
A partir dos valores gerados e seguindo a escala de cor apresentada acima, foram gerados infográficos ilustrativos dos impactos pelas dimensões por cenário em cada município, bem como dos impactos gerais de cada cenário para a região, que podem ser vistos na Matriz a seguir e nas Quadros 11 e 12, respectivamente.

4.1 Matriz de Impactos dos Cenários sobre os Municípios do Litoral Paranaense

Quadro 11: Médias dos Impactos por Município e por Cenário

	Cenário A	Cenário B	Cenário C	Cenário D
Antonina	1,58	0,35	-0,29	-1,33
Impacto Institucional	1,25	0,7	-0,5	-2
Impacto Socioterritorial	1,5	0,25	-0,75	-2
Impacto Comunidades Tradicionais	2	-1	0	-1
Impacto Ambiental	1,7	0,67	-1	-2
Impacto Econômico	2	1,5	0,5	-1
Impacto Infraestrutura	1	0	0	0
Guaraqueçaba	1,67	0,19	-1	-1,92
Impacto Institucional	1,25	0,7	-0,5	-2
Impacto Socioterritorial	1,25	-0,75	-1	-2
Impacto Comunidades Tradicionais	2	0	-1	-2
Impacto Ambiental	2	0,67	-1	-2
Impacto Econômico	1,5	0,5	-0,5	-1,5
Impacto Infraestrutura	2	0	-2	-2
Morretes	1,63	0,69	-0,29	-1,36
Impacto Institucional	1,25	0,7	-0,5	-2
Impacto Socioterritorial	1,5	-0,25	-0,75	-2
Impacto Comunidades Tradicionais	2	0	0	-1
Impacto Ambiental	2	0,67	-1	-1,67
Impacto Econômico	2	2	0,5	-0,5
Impacto Infraestrutura	1	1	0	-1
Paranaguá	1,61	0,81	-0,15	-1,5
Impacto Institucional	1,5	1,25	-0,5	-2
Impacto Socioterritorial	1,5	0,25	-0,75	-2
Impacto Comunidades Tradicionais	2	-2	-1	-2
Impacto Ambiental	1,67	1,33	-0,67	-2
Impacto Econômico	2	2	1	0
Impacto Infraestrutura	1	2	1	-1
Pontal do Paraná	1,54	0,45	-0,47	-1,29
Impacto Institucional	1,25	0,7	-0,5	-2

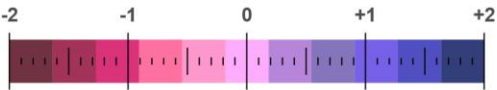
Impacto Socioterritorial	1,5	0,5	-1	-1,75
Impacto Comunidades Tradicionais	2	-2	-1	-2
Impacto Ambiental	2	0	-1,33	-2
Impacto Econômico	1,5	1,5	1	0
Impacto Infraestrutura	1	2	0	0
Matinhos	1,61	0,68	-0,33	-1,38
Impacto Institucional	2	1,25	-0,5	-2
Impacto Socioterritorial	1,5	0,5	-1	-1,75
Impacto Comunidades Tradicionais	2	-1	-1	-2
Impacto Ambiental	1,67	0,33	-1	-2
Impacto Econômico	1,5	2	1,5	0,5
Impacto Infraestrutura	1	1	0	-1
Guaratuba	1,79	0,75	-0,17	-1,38
Impacto Institucional	2	1,25	-0,5	-2
Impacto Socioterritorial	1,75	0,25	-1	-1,75
Impacto Comunidades Tradicionais	2	-2	-1	-2
Impacto Ambiental	2	1	-1	-2
Impacto Econômico	2	2	1,5	0,5
Impacto Infraestrutura	1	2	1	-1



Impactos dos Cenários nos Municípios do Litoral - Por Eixo

Legenda

Escala de Impacto:

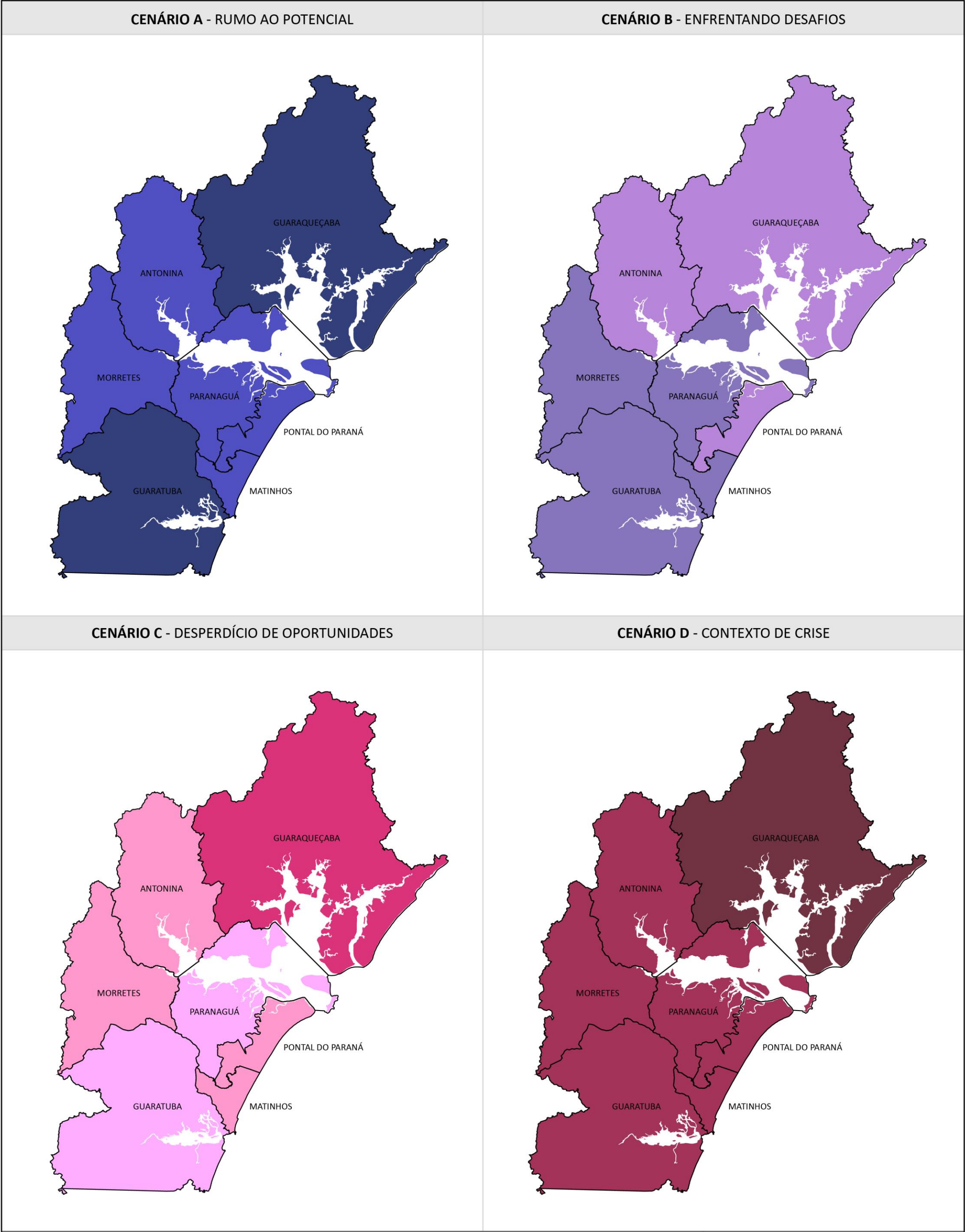


PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

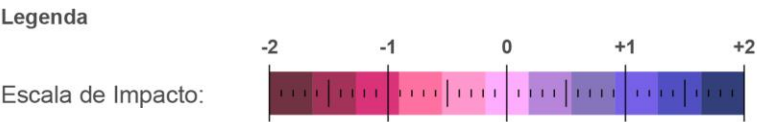


FONTE DOS DADOS: LIMITES MUNICIPAIS: ITCG (2015)
DATA: JANEIRO - 2019





Impactos dos Cenários nos Municípios do Litoral - Geral



PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ



FONTE DOS DADOS: LIMITES MUNICIPAIS: ITCG (2015)
DATA: JANEIRO - 2019
SEM ESCALA

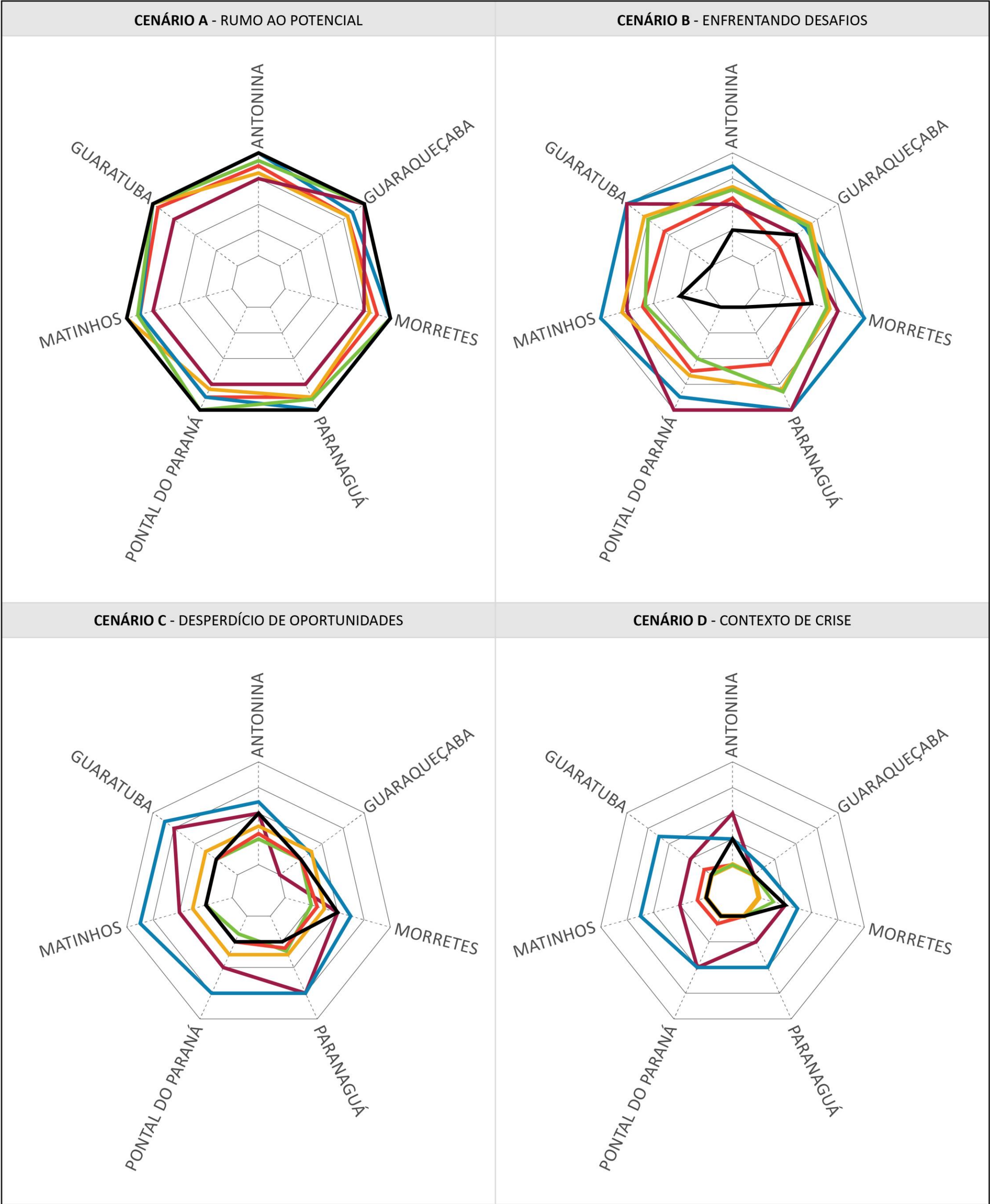
5 VISÃO GERAL DE FUTURO 2035

5.1 Grau de Impacto dos Cenários

Para construção da Visão Geral de Futuro 2035 foram consideradas duas ferramentas de avaliação. Em primeiro lugar, a partir da construção da Matriz de Impactos e da análise do comportamento dos municípios e da região em cada cenário, foram construídos gráficos radiais com o objetivo de ilustrar o grau de homogeneidade dos impactos na região como um todo. Como a Figura 13 demonstra, do Cenário D – Contexto de Crise para o Cenário A – Rumo ao Potencial há uma progressiva melhora na qualidade dos impactos, que deixam de ser negativos e se tornam positivos, bem como na distribuição dos impactos que deixa de ser heterogênea, afetando em graus diferentes cada município, se tornando homogênea e fortalecendo a visão do Litoral quanto região unificada.

A análise dos gráficos radiais aponta para o fato de que o caminho entre o Cenário C – Desperdício de Oportunidades, que reflete o movimento tendencial a partir do diagnóstico do PDS em 2018-2019, e o alcance da distribuição homogênea de impactos positivos que aconteceria no Cenário A – Rumo ao Potencial, não é linear. O Cenário B – Enfrentando Desafios retrata o meio do caminho entre C e A, ao apontar para uma melhora na qualidade dos impactos, que se tornam mais positivos, mas que ainda permanecem distribuídos de forma desigual. Esta leitura da análise do grau de homogeneidade dos impactos permite inferir que a Visão Geral de Futuro 2035 não deve se dar a partir da escolha entre cenários, mas sim do entendimento de que todos os quatro cenários apresentados são facetas de uma mesma realidade, e que apontam para possibilidades que podem coexistir no percurso rumo ao desenvolvimento sustentável. Os Cenários A, B, e C passam assim a serem vistos não como alternativas entre si, mas como interdependentes e complementares.

O Cenário D – Contexto de Crise cumpre um papel fundamental nessa análise ao agir quanto elemento contrafactual que ilustra o que pode vir a acontecer caso nenhuma ação seja tomada em prol do desenvolvimento sustentável do Litoral. Entendendo que contextos de crise sempre poderão surgir, sejam estes de origem endógena ou exógena à região, o Cenário D serve quanto contrapeso na balança dos impactos, relativizando os riscos da ação e da inação no processo de tomada de decisão.



Impactos dos Cenários nos Municípios do Litoral - GRÁFICO TIPO RADAR

Legenda

Impacto dos Cenários por Eixo de Desenvolvimento:

Impacto Institucional

Impacto Ambiental

Impacto Econômico

Impacto nas Infraestruturas

Impacto Socioterritorial

Impacto Comunidades Tradicionais

Intensidade do Impacto:

+2 Impacto Extremamente Positivo

+1 Impacto Positivo

0 Impacto Nulo

-1 Impacto Negativo

-2 Impacto Extremamente Negativo

5.2 Gráfico de Vetorização da Visão Geral de Futuro 2035

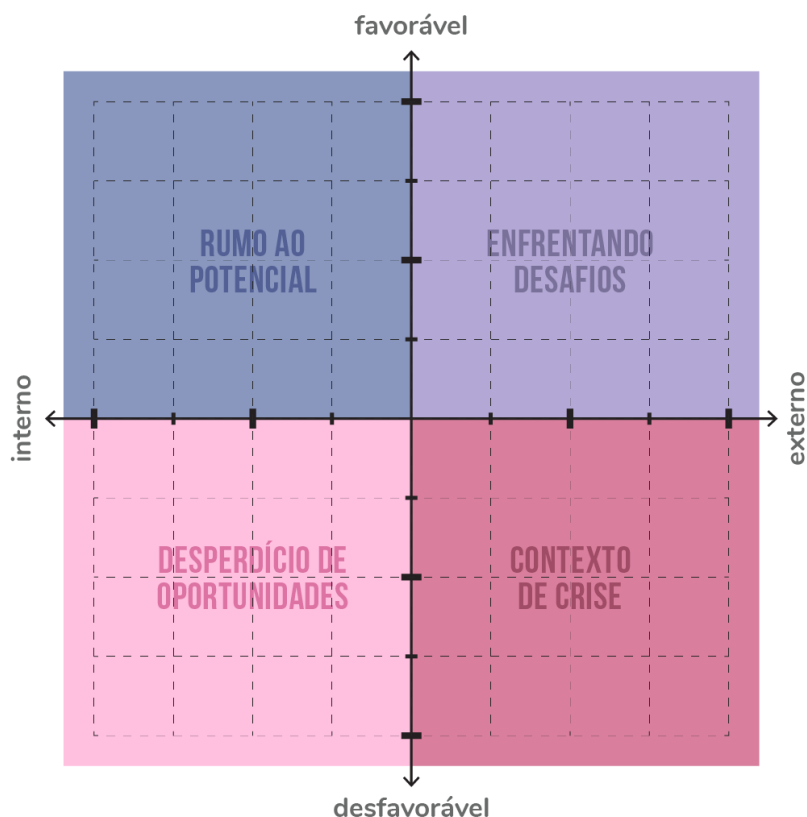
5.2.1 Construção do Gráfico Base de Vetorização

A análise do grau de impacto dos cenários levou à elaboração da segunda ferramenta para a construção da Visão Geral de Futuro 2035. A partir do entendimento de que os cenários A, B e C podem constituir fases de um mesmo processo de desenvolvimento, e de que o Cenário D é um alerta para o que pode ocorrer caso nada seja feito, os cenários foram transformados em um gráfico de vetorização, conforme apresentado na Figura 19.

O eixo vertical representa a qualidade das ações, eventos e decisões com relação ao desenvolvimento sustentável da região. Quanto mais vertical para cima mais favorável ao desenvolvimento sustentável; quanto mais vertical para baixo, mais desfavorável ao desenvolvimento sustentável.

O eixo horizontal representa a origem das ações, eventos e decisões com relação ao desenvolvimento sustentável da região. Quanto mais horizontal para direita mais dependente do ambiente externo à região do Litoral o desenvolvimento sustentável está, o que inclui a dependência de fontes externas de investimento, capacitação, tomada de decisão (poder estadual e federal), entre outros; quanto mais horizontal para esquerda mais dependente do ambiente interno, ou seja, dos recursos existentes na região do Litoral, o desenvolvimento sustentável está.

Figura 16: Gráfico Base para Vetorização da Visão Geral de Futuro 2035



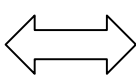
Fonte: Os autores

Este gráfico deve ser interpretado como um mapa de coordenadas que orientam o percurso a ser percorrido rumo ao desenvolvimento sustentável ao longo do tempo. Partindo do entendimento de que o ponto de partida se situa no Cenário C – Desperdício de Oportunidades, uma vez que este cenário representa a visão do Litoral seguindo a tendência apresentada no diagnóstico do PDS em 2018-2019, o caminho para o desenvolvimento sustentável é composto pelo enfrentamento aos desafios apresentados pelo Cenário B no médio prazo, com o objetivo de alcançar o Cenário A – Rumo ao Potencial no horizonte de 2035.

A partir da análise do comportamento do Litoral em cada cenário foram analisados 22 vetores, conforme apresentado nos itens 3.1.3 (Cenário A), 3.2.3 (Cenário B), 3.3.3 (Cenário C), E 3.4.3 (Cenário D). A cada cenário foi apresentado o comportamento de todos os vetores seguindo a escala abaixo:

5.2.2 Matriz de Magnitude dos Vetores por Cenário

Figura 17: Escala da Magnitude dos Vetores

				
Representa um vetor em forte decadência, e corresponde ao valor de -2 (menos dois)	Representa um vetor em moderada decadência, e corresponde ao valor de -1 (menos um)	Representa um vetor estável e corresponde ao valor de 0 (zero)	Representa um vetor em moderada ascendência, e corresponde ao valor de 1 (um)	Representa um vetor em forte ascendência, e corresponde ao valor de 2 (dois)

Para a construção do gráfico de vetorização da Visão Geral de Futuro de 2035 foram utilizados os valores atribuídos na escala de magnitude a cada vetor, com o objetivo de localizar as coordenadas do movimento a ser percorrido do Cenário C – Desperdício de Oportunidades, até o Cenário A – Rumo ao Potencial. Para melhor análise da construção da Visão Geral de Futuro 2035 foi elaborado um percurso para cada eixo central do PDS, agregando os valores de forma temática e calculando a sua média. O valor da média do Cenário D foi identificado no gráfico como o vértice de crise, e ilustra o quão agravado o cenário pode se tornar caso os desafios não sejam superados de forma sustentável, ou se as oportunidades seguirem sendo desperdiçadas. O vértice de crise tende a ser diametralmente oposto ao vértice de potencial, servido quanto espelho invertido do desenvolvimento sustentável da região.

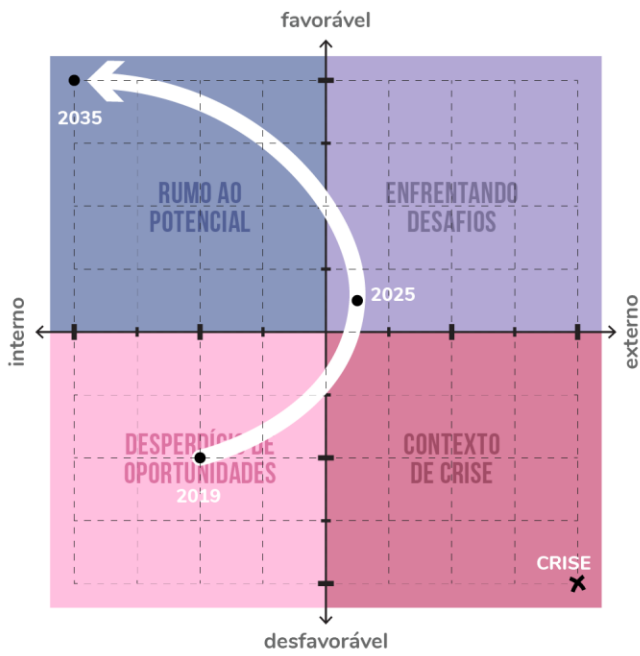
No Quadro 12 são apresentados as médias das magnitudes dos vetores que são utilizados como coordenadas do percurso para construção da Visão de Futuro 2035 na Figura 21 abaixo.

Quadro 12: Média de Magnitude dos Vetores por Cenário

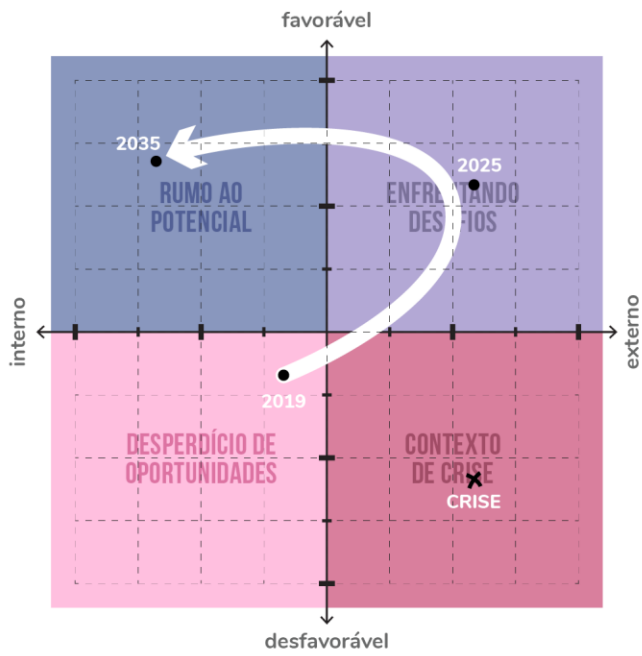
	Cenário A	Cenário B	Cenário C	Cenário D
Institucional	2	0,25	-1	-2
Equipamentos Sociais	2	-2	-2	-2
Qualidade da Governança	2	1	0	-2
Capacidade Financeira Institucional das Administrações Locais	2	1	-1	-2
Capacidade Técnica das Administrações Locais	2	1	-1	-2
Socioterritorial	1,33	1,17	-0,33	-1,17
População	1	2	0	-1
Uso e Ocupação do Solo	2	2	-1	-2
Crescimento Urbano	0	2	0	0
Habitação e Questões Fundiárias	2	-2	-2	-2
Turismo de Sol e Praia	1	2	1	0
Patrimônio Histórico e Cultural	2	1	0	-2
Comunidades Tradicionais	2	1	-1	-2
Ambiental	2	0,8	-0,4	-2
Ecoturismo	2	1	1	-2
Sustentabilidade e Qualidade Ambiental	2	1	-1	-2
Preservação da Mata Atlântica	2	0	-1	-2
Unidades de Conservação	2	1	0	-2
Saneamento e Resíduos Sólidos	2	1	-1	-2
Econômico	1,67	1,33	-0,33	-1,33
Crescimento Econômico	2	2	0	-1
Agropecuária	1	0	-1	-2
Turismo	2	2	0	-1
Infraestrutura	1	2	-1	-2
Atividades da Indústria e da Logística	1	2	-1	-2
Infraestruturas de Logística e Transporte	1	2	-1	-2
GERAL	1,67	1,09	-0,67	-1,75

Fontes: Os autores

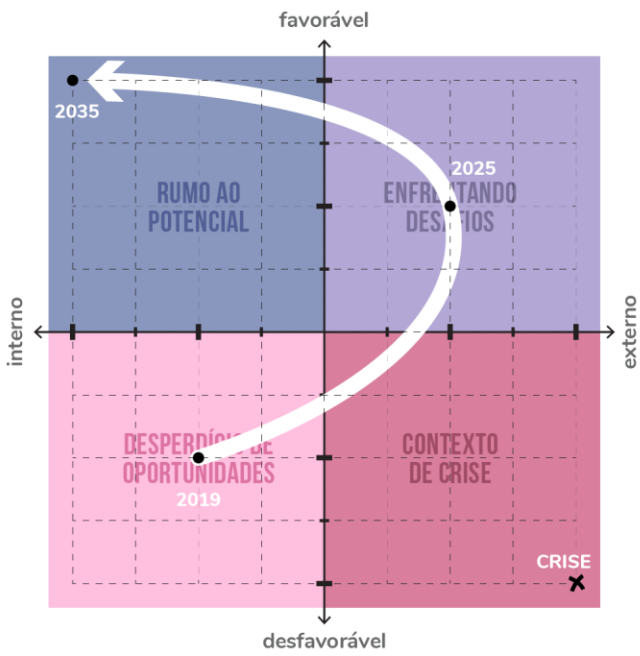
INSTITUCIONAL



SOCIOTERRITORIAL



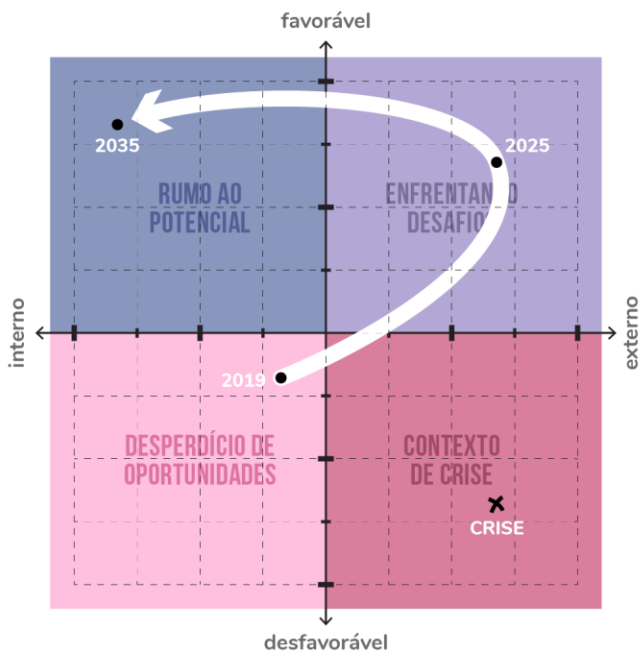
COMUNIDADES TRADICIONAIS



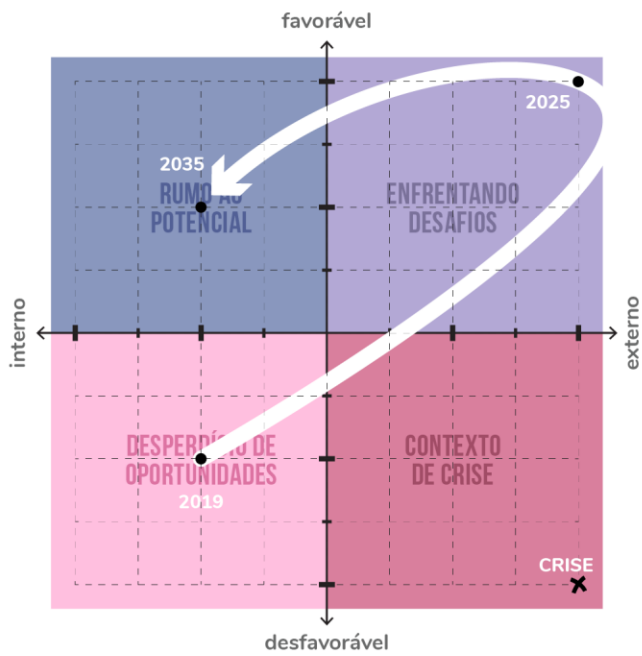
AMBIENTAL



ECONÔMICO



INFRAESTRUTURAS

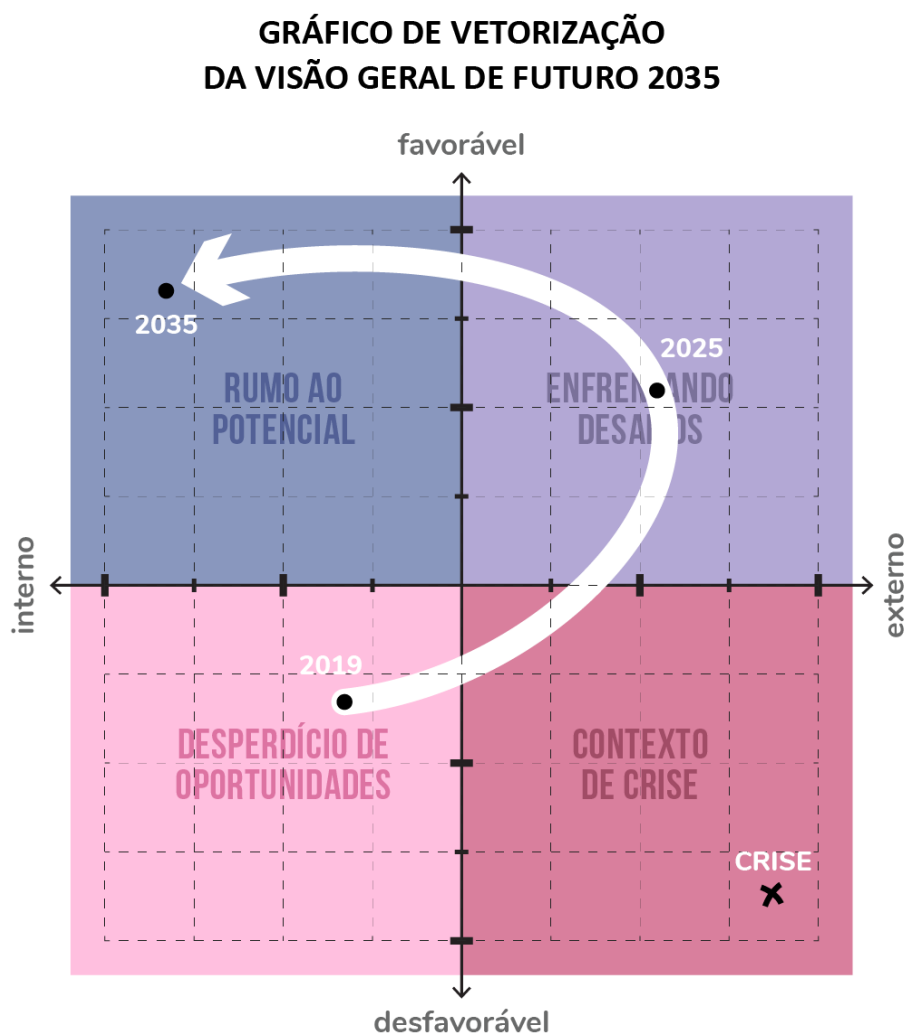


Visão de Futuro 2035 por Dimensão de Análise



5.2.3 Visão Geral de Futuro 2035

Figura 18: Gráfico de Vetorização da Visão Geral de Futuro 2035



Para que as oportunidades deixem de ser desperdiçadas é preciso enfrentar os desafios rumo ao potencial.

Desta forma o Litoral do Paraná estará preparado para lidar com contextos de crise.

Fonte: Os autores

A Figura 22 ilustra o gráfico síntese da Visão Geral de Futuro 2035. Conforme apresentado no gráfico, a partir das vetorizações por eixo foi possível encontrar a representação de um percurso integrado

e complementar para construção de um futuro sustentável para o Litoral do Paraná. Tomando como ponto de partida o entendimento de que a região litorânea se encontra em um contexto desfavorável, em que muitas oportunidades são perdidas para o desenvolvimento sustentável dos potenciais já existentes, é traçada a Visão de Futuro Geral para 2035.

A definição deste imaginário para o futuro do Litoral estabelece algumas premissas:

1. No curto prazo:

- a. O movimento para transformação do cenário de desperdício de oportunidades considera um período de conturbações e pequenas crises. Como todo processo de mudança, entendemos que o período de adaptação para novas realidades, movimentos e atitudes passa por dificuldades.
- b. O PDS deve atuar como um importante instrumento para identificação de quais oportunidades estão sendo desperdiçadas e de que forma estas podem ser melhor aproveitadas.
- c. A definição de uma mudança de abordagem de desenvolvimento no Litoral deve, necessariamente, ser um processo coletivo, que envolva todos os atores locais, regionais e estaduais, públicos e privados. A mudança real só acontecerá a partir de um processo coletivo de responsabilização e apropriação da região.
- d. O papel das ferramentas de comunicação, participação e difusão de conhecimento e informação é fundamental. Sem a união do Litoral em prol de entendimentos compartilhados sobre o futuro sustentável da região o movimento de transformação não terá continuidade.

2. No médio prazo:

- a. O principal objetivo que deve mover a região para enfrentar desafios, aumentar a sua exposição aos atores externos, e considerar o aumento de empreendimentos e infraestruturas no Litoral deve ser o entendimento de que é possível em paralelo fortalecer os instrumentos institucionais e jurídicos que podem garantir o compromisso destas empreitadas com o meio ambiente, e o retorno de dividendos econômicos cruciais para a viabilização de outros meios de produção e formas de

ocupação do território que sejam sustentáveis e que, no longo prazo, levem à redução da dependência e interferência de investimentos e agentes exógenos ao Litoral.

- b. A forma como os desafios serão enfrentados será determinante para o alcance da Visão de Futuro de 2035.
- c. O comprometimento dos atores externos que podem alavancar o desenvolvimento de melhores infraestruturas e meios de produção com a sustentabilidade, com o cumprimento de marcos jurídicos vigentes, e com o retorno financeiro em forma de investimentos e melhorias que beneficiem o bem coletivo da região é imprescindível.
- d. O fortalecimento da governança institucional da região é fator definitivo quanto à garantia do respeito por parte dos empreendimentos das normas jurídicas de sustentabilidade, e da boa gestão dos recursos financeiros advindos dos empreendimentos.

3. No longo prazo:

- a. O aumento da capacitação da mão de obra dos moradores do Litoral e o uso da tecnologia e da inovação permitem o dinamismo econômico e a preservação de modos tradicionais de pesca e produção agrícola.
- b. A região fortalecida institucionalmente utiliza os dividendos econômicos advindos da atividade econômica para investir em infraestruturas que valorizam o Meio Ambiente, as UCs, e o patrimônio cultural e histórico transformando o Litoral em referência nacional de sustentabilidade.
- c. Os municípios se veem como pertencentes a uma mesma região, e a identidade do Litoral é fortalecida dentro e fora do estado do Paraná.
- d. O Litoral se torna um polo de referência na produção de conhecimento sobre sustentabilidade, educação no campo e conhecimentos tradicionais.
- e. A dependência externa tanto financeira quanto institucional é reduzida, e o Litoral consegue elevar a qualidade de vida dos seus moradores garantindo acesso irrestrito à igualdade e justiça social.
- f. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são todos alcançados.

O caminho entre o desperdício de oportunidades e o alcance dos potenciais da região passa pelo entendimento de que as crises são inevitáveis e estão sujeitas a eventos que podem ocorrer nas esferas municipal, regional, estadual, federal e internacional. Aprender a navegar nos momentos de crise e enfrentar os desafios apresentados é o que sustentará o fortalecimento da capacidade de resiliência da região, viabilizará economicamente o desenvolvimento dos potenciais existentes no Litoral, e permitirá que a região institucionalmente fortalecida consiga passar a depender menos do ambiente externo, e se tornar de fato sustentável.

6. REALIZAÇÃO DE CONSULTA COM AS PARTES INTERESSADAS

Ao longo da elaboração do Plano vem sendo realizadas diversas consultas com as partes interessadas, a partir de eventos, reuniões e visitas às comunidades. Os apontamentos derivados das escutas, estão registrados a seguir nas colunas *Contribuição* e *Desdobramentos*. Destaca-se que as consultas com as partes interessadas terão continuidade durante as próximas etapas de elaboração do PDS e, nesse sentido, há possibilidade de novos aportes propositivos por parte dos atores sociais envolvidos com o Plano.

É importe informar que as audiências públicas e oficinas do Plano também fazem parte da realização de consulta com as partes interessadas, estando todas as contribuições apresentadas e sistematizadas em Produtos específicos, quais sejam: Produto 2: Relatório de Atividades (RA01); Produto 3: Plano de Trabalho Final (PTF); e Produto 5: Oficinas de Contextualização e Relatório de Atividades (RA02).

Quadro 13: Sistematização das Consultas às Partes Interessadas

Evento	Data	Local	Contribuição	Desdobramentos
Reunião Sebrae	26/03/18	Curitiba	Turismo: Sebrae tem atuado na melhoria dos serviços (selo de qualidade do turismo); inicia uma ação para desenvolvimento do turismo náutico	Aponta para o potencial de desenvolvimento do turismo náutico
			Sebrae, Fecomercio e prefeitura tem parceria para revitalização do centro histórico de Paranaguá	A revitalização do Centro Histórico de Paranaguá pode potencializar o turismo cultural na região.
			Em alguns municípios, especialmente Guaraqueçaba, há produção agrícola, importante para a subsistência de muitas famílias, mas não há como escoar a produção.	N/A
Reunião com Ademadan	6/04/18	Curitiba	Há um potencial grande de desenvolvimento do turismo em Antonina, em especial do segmento de Eventos/cultural. Citam atividades existentes como o festival de Jazz, Festival de Inverno, Festival de Tradições e Folclore.	Aponta para potencial de desenvolvimento do turismo de eventos/cultural
Reunião UFPR Litoral	26/04/18	Matinhos	Há um risco de os pescadores deixarem de ser pescadores, não querem prosseguir com a forma de subsistência própria. Assim, os jovens dessas comunidades veem como opção de futuro trabalhar em empregos formais ou ir para a faculdade, mas a prática da pesca como meio de sobrevivência não é mais vista como opção.	N/A

			Enquanto se dá muita importância para temáticas socioeconômicas como a do porto e do turismo, “dá-se as costas” para os pescadores, farinheiros e agricultores familiares, jogando-os na invisibilidade. Também ressalta que as Unidades de Conservação, da forma como são concebidas e geridas, muitas vezes ajudam a invisibilizar essas comunidades.	Apontam para a necessidade de se considerar as comunidades tradicionais, com atenção especial para seus meios de subsistência, nos cenários futuros de desenvolvimento do litoral.
Reunião com Conselho de Desenvolvimento Rural, Pesqueiro e do Artesanato do Litoral Paranaense (CORDRAP)	10/05/18	Paranaguá	Um representante da Emater salienta que um dos papéis do processo participativo na elaboração do PDS é tirar algumas questões e comunidades da invisibilidade, dando voz a essas comunidades e considerando suas questões nas ações previstas.	Apontam para a necessidade de se considerar as comunidades tradicionais, com atenção especial para seus meios de subsistência e necessidades básicas, nos cenários futuros de desenvolvimento do litoral.
			Sugerem ações como a implantação de um “mini-ceasa”, ou algum dispositivo que facilite a comercialização para os pequenos produtores.	Aponta para a necessidade de se pensar em dispositivos para comercialização da produção de agricultores familiares e de pequeno porte, como “mini-ceasas”.
			Apontou-se a necessidade de fortalecimento do cooperativismo na região; as cooperativas são importantes, dentre outras coisas, para aumentar a participação dos produtores locais nas compras públicas realizadas pelos municípios e pelo estado para a merenda escolar	Aponta para a necessidade de fortalecimento do cooperativismo na região e mecanismos para aumentar a participação dos produtores locais nas compras públicas realizadas pelos municípios e pelo estado.
Reunião com SPVS e	16/05/18	Curitiba	Apontam que Antonina está num momento de dinamicidade da atividade turística	Aponta para potencial da atividade turística na região.

Observatório Costeiro			A SPVS tem trabalhado com a prefeitura de Antonina no sentido de mostrar as vantagens de se criar novas Unidades de Conservação (RPPNs) no município, de forma a aumentar a arrecadação por meio do ICMS Ecológico. Essa ideia deve ser ampliada para os sete municípios da região	Aponta para potencial de criação de novas UCs, resultando em incremento do aporte de recursos provenientes do ICMS para a região.
			No imaginário das pessoas, os parques são vistos como lugares fechados; há uma resistência das pessoas em relação às UCs em decorrência do fato de não possuírem infraestrutura adequada que possibilite a visitação.	N/A
			analogia para compreensão da diferença em relação à noção de tempo: Kairos (mito grego) representa o tempo do caçara, é o tempo da natureza, da dinâmica social própria do litoral, tempo cultural; Cronos representa o tempo da sociedade em geral, tempo de relógio, do cronograma de projetos etc. Essa questão do tempo precisa ser considerada, por exemplo, quando se pensa em projetos de turismo de base comunitária, pois o público-alvo deve se adaptar ao Kairos.	Aponta para a necessidade de se considerar o tempo cultural e os processos próprios das comunidades tradicionais, ao se pensar em ações de desenvolvimento específicas para elas.
Reunião com Agência de Desenvolvimento Turístico do Litoral do Paraná - Adetur	17/05/18	Curitiba	Adetur caracteriza-se como uma instituição jurídica privada sem fins lucrativos, como o papel de representar o trade turístico do litoral junto às esferas de governança estadual e federal. Agrega as administrações públicas municipais e empresários.	N/A
			Há um processo de revisão das normas de uso do solo da Ilha do Mel, mas foi interrompido com uma ação movida por alguns empresários da Ilha que estavam preocupados com a possibilidade de instalação de grandes empreendimentos turísticos;	N/A

		O Litoral paranaense tem grande potencial para turismo náutico, mas que é subaproveitado. Os Estados de Santa Catarina e São Paulo tem grande movimento nesse segmento, e o Paraná, que está entre eles, se exclui desse movimento.	Aponta para o potencial do turismo náutico, bem como para alguns obstáculos para seu desenvolvimento.
		A Adetur entende que a concessão das áreas de visitação pública das UCs são uma boa solução como forma sustentável de conservação ambiental. Sobre a tentativa frustrada de concessão envolvendo a Ilha do Mel, Rafael explica que dois dos três principais atrativos da Ilha estão fora do parque, fato que complicou o processo. Além disso, a concessão só seria viável se englobasse o transporte dos turistas para a ilha, que hoje é realizado pela Abaline (associação dos barqueiros), situação consolidada e com dificuldade de reversão.	Aponta para a concessão das áreas de visitação pública das UCs como uma boa solução de forma sustentável de conservação ambiental.
		aponta como complicador das ações na Ilha do Mel uma certa confusão entre a gerência da União (aforamento), Estado (UCs), e municípios (Paranaguá, a qual ela pertence, mas que não responde a demanda dos ilhéus; Pontal do Paraná que apesar de não ter ligação formal, tem relação estreita, pois é mais próximo e de onde sai o maior fluxo de turistas).	N/A
		A dificuldade de organização e associação dos atores do turismo do litoral é um obstáculo para o desenvolvimento da região. Ex.: no caso da Ilha do Mel, a Adetur e Sebrae trabalharam no sentido de formar uma associação comercial da Ilha, mas devido às divergências entre os atores, acabaram se formando três associações, em um território de pouca extensão, e com poucos empreendimentos. Outro exemplo é o festival gastronômico promovido pela Adetur, no qual os próprios associados, que poderiam aproveitar o evento para impulsionar seus	Aponta para a necessidade de ações voltadas para organização e associativismo dos atores locais, como forma de viabilizar as ações de desenvolvimento.

			empreendimentos sem custo nenhum, utilizando-se inclusive de publicidade, não aderiram. Em parte, Rafael acredita que é uma questão cultural da região.	
			Faltam instrumentos de monitoramento da atividade turística, como por exemplo dados estatísticos que meçam o impacto da atividade turística na economia e no desenvolvimento social dos municípios.	Aponta para a necessidade de instrumentos de monitoramento da atividade turística.
Reunião com MINISTÉRIO PÚBLICO – Coordenadoria Ambiental do Litoral Paranaense	23/05/18	Paranaguá	o MP trabalha a partir das demandas da sociedade, e Dra. Priscila salienta que as comunidades do litoral têm características próprias, dentre elas uma certa passividade frente aos conflitos, é algo da cultura local. Também observa que o cidadão local tem pouca percepção de autoridade e costuma participar pouco das arenas de exercício da cidadania.	N/A
			Destaca a existência de muitas Marinas ilegais em Pontal do Paraná, que tem um impacto significativo no ambiente caiçara. (Entra em conflito com a ação prevista pela Adetur e Sebrae, de desenvolvimento do turismo náutico no litoral).	N/A
Reunião Comunidades Rurais de Guaraqueçaba	23/05/2018	Guaraqueçaba	A questão da segurança pública foi apontada como uma questão relevante tendo em vista o crescente uso de drogas por jovens que perdem a perspectiva de melhores condições de vida.	Apontada a necessidade de buscar alternativas para tratar da ociosidade dos jovens, a evasão escolar e falta de perspectivas.

(Tagaaba, Tagaaba de Cima, e Serra Negra)			Não há rede de distribuição de água tratada, a captação é feita direto de nascentes, rios, e isso é uma preocupação, principalmente tendo em vista que em épocas de fortes chuvas as águas ficam impróprias para consumo.	Apontada a necessidade de buscar alternativas para tratamento e distribuição da gua.
Reunião na Comunidade Rural de Itaqui	24/05/2018	Guaraqueçaba	Em regra, uma das maiores questões é a dificuldade de acesso pela precariedade do acesso viário. O que prejudica as áreas de saúde, educação, moradia, etc.	Aponta para a necessidade de melhoria das condições da estrutura viária.
Reunião com Reunião APPA – Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina	24/05/18	Paranaguá	No início a participação nos programas realizados pelo Porto como compensação era grande, mas foi diminuindo aos poucos (talvez pelo fato dos programas não serem de interesse das comunidades). Recentemente tem realizado um programa que tem revertido esse quadro, e que pode beneficiar muito essas comunidades, a instalação e reforma de trapiches. Entende que os trapiches, além do uso cotidiano das comunidades, pode ser um indutor para o turismo de base comunitária	Aponta para a necessidade de se conceber ações de compensação com maior aderência às necessidades da população afetada.
			A baia de Paranaguá vem sofrendo com uma diminuição sensível do pescado, ocasionada por vários fatores: mudança climática, pesca predatória. A dragagem tem grande impacto, mas que depois se recupera.	N/A
			A pesca em Santa Catarina é muito profissional, em contraste com o Paraná, que é bem artesanal. No litoral, Pontal do Paraná é que tem mais características de pesca profissional, mas a maior parte dos barcos de pesca vem de outras regiões, especialmente Santa Catarina.	N/A

			Entende que as comunidades do litoral são pouco aptas em compreender o processo de licenciamento e exigir as medidas de compensação e mitigação adequadas, que tragam benefícios reais e sustentáveis para a população afetada. Da mesma forma, o IAP também tem deficiências nas exigências de tais medidas no processo de licenciamento, seguindo mais um protocolo, e considerando pouco as características e necessidades de cada caso.	Aponta para a necessidade de esclarecimento da população em relação à legislação e instrumentos de gestão ambiental, para qualificar sua participação nos processos de licenciamento.
			O turismo pode ser uma alternativa de renda, diversificando as atividades econômicas das comunidades do litoral, que hoje são muito concentradas na pesca. Há necessidade de equipar e infraestrutura a região e os atrativos, mas também é importante criar narrativas que qualifiquem esses atrativos. Também são necessários mecanismos de comercialização dos roteiros turísticos. Cita o exemplo da comunidade de São Miguel, que foi preparada para receber os turistas, mas não tem os mecanismos para comercializar o produto turístico.	O desenvolvimento do turismo na região leva à necessidade de equipar e qualificar os atrativos, melhorar a infraestrutura, melhorar os mecanismos de comercialização dos produtos turísticos.
Reunião com as organizações relacionadas com a conservação ambiental com atuação no litoral	6/06/18	Curitiba	destaca que há uma visão deturpada no litoral de que a conservação ambiental impede a vida das comunidades que vivem lá. Nesse sentido, a SPVS vem desenvolvendo um projeto, Escola da Natureza, para esclarecer os jovens do papel da conservação ambiental e as formas como isso se entrelaça nas suas vidas cotidianas.	Aponta para a necessidade de se pensar em alternativas de desenvolvimento econômico a partir dos ativos ambientais da região.
			Problemas que o ICMBio vem enfrentando na elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional do Superagui: As comunidades têm algumas práticas que, de acordo com a legislação ambiental, são ilegais, e a fiscalização é vista como uma punição.	N/A

		Discute-se a atuação do IAP no litoral, que tem a atribuição de gerir as UCs estaduais, mas muitas delas estão esquecidas, sem sequer ter um gestor nomeado. Atualmente o IAP não tem condições de fazer essa gestão, pois sua estrutura está muito debilitada. Não há concurso público para contratação de técnicos desde sua fundação, muitos técnicos que trabalham no IAP vieram migrados de outros órgãos.	Aponta para a necessidade de melhoria das condições físicas e de gestão das UCs estaduais, inclusive de pessoal, equipamentos e planos de manejo.
		Uma das grandes fragilidades geradas pela debilidade do IAP é a falta de fiscalização, nesse sentido, foi realizado um convênio com o Batalhão da Polícia Ambiental. De acordo com os participantes, a iniciativa é boa, mas há problemas no funcionamento desse convênio.	Aponta para a necessidade de melhoria das condições físicas e de gestão das UCs estaduais, inclusive de pessoal, equipamentos e planos de manejo.
		há proposta para que os recursos do TAJ originado de acidentes envolvendo a Petrobras sejam direcionados para a instrumentalização das Unidades de Conservação do Litoral.	Aponta para a possibilidade de se articular as indenizações ambientais à estruturação das UCs.
		Em relação ao incentivo a ações de uso sustentável citadas pela Patricia, como as agroflorestas, os participantes complementam a ideia pontuando a necessidade de se criar cadeias produtivas e agregar valor aos produtos. Os selos de certificação podem contribuir nesse sentido.	Aponta para a necessidade de se criar cadeias produtivas e agregação de valor aos produtos relacionados à atividade agroflorestal.
		A pesca e sua economia não são monitoradas, pois isso não é uma política pública. Há um projeto de instalação de recifes artificiais que se tornou um obstáculo para a aproximação ilegal de barcos pesqueiros profissionais, e isso acabou beneficiando os pescadores artesanais.	Aponta para a necessidade de monitoramento da pesca e sua economia, bem como da melhoria da fiscalização da pesca ilegal.

Reunião Sebrae	7/06/18	Curitiba	Porto de Paranaguá só atende grandes produtores; poderia atender os pequenos produtores do litoral	Aponta para a possibilidade do Porto de Paranaguá atender também os produtores da região litorânea.
			Compras públicas municipais: - 78% das compras públicas no litoral não beneficiam os produtores locais - Dificuldades: falta de transparência nas licitações, atraso no pagamento de fornecedores, preparo dos produtores para entrar em concorrências.	N/A
			Cooperativas e associativismo: - houveram muitas tentativas, mas há um fator cultural que dificulta a formação de cooperativas - Dependência de incubadoras (cooperativas não se sustentam após a incubação) - Alternativa: Central de abastecimento e comercialização regional	Aponta para a necessidade de Central de abastecimento e comercialização regional.
			Planos Diretores: alguns dificultam o exercício de atividades tradicionais (citam o caso de Morretes em relação às farinheiras).	Apontam para a necessidade de se considerar as comunidades tradicionais, com atenção especial para seus meios de subsistência, no planejamento municipal.
			Destacam a importância de tratar das instâncias de governanças: - sugestão do processo de elaboração do PDS terminar com a instituição de uma instância de governança específica regional; - necessidade de revisão do COLIT	Aponta para a necessidade de se tratar das instâncias de governança regional, bem como a revisão do COLIT.

			Informam que as gestões municipais não têm preparo e qualificação, são pouco profissionais	Aponta para a necessidade de qualificação das gestões municipais.
Encontro dos Gestores de Ucs - Lagamar	15/06/18	Paranaguá	A Fundação Boticário desenvolveu uma metodologia de valoração dos benefícios econômicos e sociais das UCs, desenvolvida pela instituição, cujo roteiro pode ser acessado em um link na página da fundação (http://www.fundacaogrupoboticario.org.br/pt/Imprensa/Pages/materiais-de-apoio-textos.aspx). Mais informações no relato da reunião.	N/A
			A Fundação Boticário financia projetos relacionados a infraestruturação das UCs; dizem que há poucos projetos nesse sentido, e que podem financiar desde ações previstas nos planos de manejo até implantação de equipamentos.	A Fundação Boticário pode ser fonte de recursos para implementação do Plano de Ação do PDS
Reunião Cities Programme	9/07/18	Curitiba	No Paraná, há 18 municípios que aderiram a uma nova plataforma de projeto denominada City Partnership Challenge. Esse programa envolve uma capacitação intensa de duração de dois anos. Nenhum município do litoral está participando.	N/A
			Rosane cita o caso de Itajaí como boas práticas do programa, onde a parceria público-privada para resolução de problemas e potencialização de oportunidades foi bem-sucedida.	O Porto de Itajaí pode ser um caso para Benchmarking

		Rosane cita como um case a cidade de Porto Alegre, onde se criou uma rede de sustentabilidade e cidadania. Parte do trabalho dessa rede é o Orçamento da Cidade, ação pela qual o orçamento público municipal é complementado através de parcerias com a iniciativa privada.	Pode ser útil para Benchmarking
		entendem como de suma importância o desenvolvimento de um Sistema de Informações Geográficas (SIG) de forma unificada e regional; a capacitação e qualificação da gestão municipal, especialmente para a elaboração e implementação de projetos	Aponta para a necessidade de um sistema de informações regionais, no formato SIG. Aponta para a necessidade de qualificação das gestões municipais, especialmente para elaboração e implementação de projetos.
		Projetos que se encaixam na linha do desenvolvimento sustentável podem ser cancelados pelo Cities Programme, recebendo um selo, que auxilia na atração de investimentos internacionais.	O selo cancelado pelo Cities Programme pode ser interessante para a implementação do PDS, no sentido de atrair investimentos internacionais.
		Rosane conta da possibilidade de, a partir de uma parceria como o MPE, que as empresas do litoral que forem autuadas por irregularidades referentes aos 10 princípios do Pacto Global, possam realizar projetos na linha do Cities Programme, ao invés do pagamento de multas. A primeira experiência foi com o TCP em Paranaguá.	Indenizações podem ser fonte de recursos para implementação do Plano de Ação do PDS
		Patricia cita o modelo de governança utilizado para a gestão dos mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, que pode ser uma referência para revisão do COLIT.	Aponta para a necessidade de revisão do COLIT.

Reunião CMDR Paranaguá	12/07/18	Paranaguá	Aponta o problema da complexidade e da demora para o licenciamento ambiental. Cita um processo simples de dispensa, que foi protocolado há um ano e ainda não teve resposta. Essa situação acaba induzindo à irregularidade.	Aponta para a necessidade de otimização e/ou simplificação dos processos de licenciamento ambiental, especialmente para pequenos empreendedores.
			A dificuldade de licenciamento também leva à ocupação irregular, em que quem vive irregularmente está nos lugares ocupados, mas quem quer fazer o processo regularmente, não pode utilizar os terrenos	Aponta para a necessidade de equacionamento do uso e ocupação do solo e planos e programas habitacionais.
			Falta orientações dos órgãos ambientais, ações pedagógicas e assessoria para se fazer o licenciamento dentro da regularidade. Os órgãos apenas informam que há algo errado, mas não como a situação pode ser corrigida.	Aponta para a necessidade ações pedagógicas e assessoria para se fazer o licenciamento ambiental, voltadas para os pequenos empreendedores.
			o êxodo rural ainda é muito grande na região, e grande parte dessas pessoas vem para Paranaguá, vivendo em más condições.	N/A
			A burocracia exigida para o poder público fazer as compras, e o despreparo dos produtores para vender ao poder público são obstáculos para se cumprir a porcentagem mínima de compras públicas dos produtores locais pelos municípios.	Aponta para a necessidade de qualificação da gestão pública e qualificação da gestão empreendedora.

Reunião Ilha do Mel - Comunidade de Nova Brasília	13/08/18	Paranaguá - Ilha do Mel	Muitas restrições territoriais por contas das legislações ambientais.	Verificar flexibilidades, propostas legislativas. Demora nas licenças ambientais e multas.
Reunião Ilha do Mel - Comunidade de Encantadas	14/08/2018	Paranaguá - Ilha do Mel	Problemas de saneamento básico na ilha. Foi apontado que não existe rede de esgoto, assim como Estação de Tratamento. Assim, todos os imóveis possuem fossas, rudimentares ou sépticas.	Apontada a necessidade de buscar alternativas para tratar do esgotamento sanitário.
Reunião Caroline (FUNAI)	15/08/18	Paranaguá	O processo de escuta junto às populações indígenas será precedido de articulação com a FUNAI e as lideranças indígenas.	N/A
Fórum de Pesquisas em Desenvolvimento Territorial Sustentável (Carta de Matinhos)	16/08/18	Matinhos	Suspensão dos processos de licenciamento de todos os grandes empreendimentos, especialmente em Pontal do Paraná e Paranaguá, até que seja concluído o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná, garantindo a coerência do mesmo como instrumento de planejamento regional;	N/A
			Que os processos de licenciamento ambiental de todos os grandes empreendimentos previstos para a região sejam revistos, considerando-se como parâmetro, o caráter cumulativo e sinérgico de diversos impactos, partindo de uma visão integrada, abrangente e estratégica;	Aponta para a necessidade de avaliação de impacto sinérgico dos grandes empreendimentos.

		O relatório final do Plano de Desenvolvimento Sustentável deve ser disponibilizado para a sociedade civil em concomitância com sua apresentação ao Governo do Estado;	N/A
		O Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Litoral do Paraná deve contemplar a proposição de cenários de desenvolvimento que respeitem os ecossistemas e os modos de vida das populações locais, em detrimento aos modelos hegemônicos;	A proposição de cenários de desenvolvimento deve respeitar os ecossistemas e os modos de vida das populações locais
		É necessário que o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná esteja em consonância com as Metas de Aichi, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS17) e os Objetivos do Milênio, entre outros acordos internacionais, tendo em vista: a redução da perda da biodiversidade em âmbito regional, a promoção de esforços para atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável, e assumir compromissos concretos com vistas a melhorar o destino da população regional a curto, médio e longo prazo;	Aponta a necessidade do PDS esteja em consonância com as Metas de Aichi, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS17) e os Objetivos do Milênio, entre outros acordos internacionais

		O Litoral do Paraná já foi alvo de diversos planos de desenvolvimento, alguns dos quais possuem aparato legal consolidado (Decreto 2722/1984), há que se recuperar estes planos para que sejam retomadas as metas e ações preconcebidas, entre os quais destacam-se o Plano de Desenvolvimento do Turismo, o Plano de Regularização Fundiária e o Termo de Convênio de Ação Conjunta em vigência entre os Estados do Paraná e São Paulo assinados pelos Governadores de Estado, José Richa (PR) e André Franco Montouro (SP), no qual encontram-se as mais importantes diretrizes para o planejamento territorial sustentável da região;	Aponta a necessidade de se recuperar metas e ações concebidas em outros instrumentos de planejamento do litoral, em especial o Termo de Convênio de Ação Conjunta em vigência entre os Estados do Paraná e São Paulo
		É necessário investigar possíveis beneficiários que podem ser atendidos com o financiamento público das grandes obras de infraestrutura previstas para o litoral do Paraná, atentando-se para o bem-estar da população do litoral paranaense em detrimento de interesses privados e corporativos, uma vez que as atenções do financiamento público para a região devem cobrir as necessidades básicas da população, entre as quais priorizamos o saneamento básico;	Aponta para a necessidade de critérios objetivos para a definição de investimentos públicos, voltados para o benefício da população
		Compatibilizar o desenvolvimento regional e a qualidade ambiental desenvolvendo e adotando soluções para problemas próprios e locais e buscando tornar autossustentável o aproveitamento dos bens naturais incluindo em seu valor os custos de proteção e recuperação ambiental;	Aponta a necessidade de compatibilizar o desenvolvimento regional e a qualidade ambiental.
		Definir claramente os limites dos danos ambientais em qualquer ação de desenvolvimento, o que deverá ser feito por meio de Avaliações de Impacto Ambientais com termos de Termos de Referência revisados, respeitando ao máximo as condições ambientais originais da região com a finalidade de possibilitar o	Aponta a necessidade de se considerar os impactos ambientais na definição e implementação das ações de desenvolvimento.

		desenvolvimento das suas potencialidades como atividades econômicas;	
		Evitar a entrada de atividade industrial incompatível com a região, fomentando e assegurando a participação da população na tomada de decisões e no planejamento das mesmas, seja ela sustentável ou de impacto ambiental;	Aponta a necessidade de se considerar os impactos ambientais na definição e implementação das ações de desenvolvimento.
		Partindo do contexto do Litoral do Paraná pertencer a um dos maiores remanescentes da Mata Atlântica, é necessária atenção especial para este bioma, visto que há rica diversidade biológica, presença humana e diversos serviços ecossistêmicos prestados. O número de espécies de flora e fauna ameaçadas são preocupantes, bem como a presença de espécies exóticas invasoras. Portanto, é necessária a aplicação da Lei da Mata Atlântica e demais documentos jurídicos de forma rigorosa especialmente no que se refere aos licenciamentos ambientais;	Aponta a necessidade de se considerar os impactos ambientais na definição e implementação das ações de desenvolvimento, com atenção especial para o bioma da Mata Atlântica.
		É necessária a garantia da criação, implementação e manutenção das unidades de conservação, especialmente as estaduais e municipais, bem como o manejo e a gestão das mesmas, implementando-se os planos de manejo e os programas de manejo com a intenção de que as mesmas possam atuar como oportunidades de desenvolvimento e não como geradoras de conflitos socioambientais;	Aponta para a necessidade de implementação e manutenção das UCs, bem como para a possibilidade de aproveitá-las como oportunidade de desenvolvimento e geração de renda.

		Há que se apoiar e estimular as pesquisas que supram as lacunas de conhecimento sobre o litoral, uma vez que tal conhecimento, associado com os saberes locais, deve ser a base de qualquer tomada de decisão e projeto de desenvolvimento;	Aponta para a necessidade de apoiar e estimular as pesquisas que supram as lacunas de conhecimento sobre o litoral
		É importante colocar em prática mecanismos de atenção sobre os problemas que ameaçam a conservação da biodiversidade no litoral, tais como a caça, o extrativismo com fins comerciais, a introdução de espécies invasoras e os impactos relacionados as atividades portuárias quando incidem sobre unidades de conservação, áreas de interesse para a conservação e territórios tradicionais;	Aponta para a necessidade de melhoria dos mecanismos de fiscalização ambiental.
		São indispensáveis garantias para a sustentabilidade da região, através do desenvolvimento econômico, humano, sem comprometer a conservação da biodiversidade – o investimento em educação e saneamento básico são caminhos para a sustentabilidade;	Aponta para a necessidade de investimentos em educação e saneamento básico com vistas ao desenvolvimento sustentável.
		Para a construção de qualquer planejamento ou projeto de desenvolvimento, é indispensável que os mesmos estejam de acordo com base de dados, metodologias e pesquisas mundiais, consolidadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) tais como a Análise Diagnóstica Transfronteiriça, uma vez que o litoral do Paraná é internacionalmente reconhecido como hotspot e área prioritária para conservação, aportando singularidades culturais e ecológicas que promovem a sustentabilidade de uso de bens comuns às comunidades tradicionais, pesqueiras e a população de toda a região;	Aponta para a necessidade de se compatibilizar os instrumentos de planejamento e gestão com diretrizes internacionais.

		Considerar nos processos de planejamento que a conservação da Mata Atlântica paranaense deve ser entendida como prioritária por ser provedora de inúmeros serviços ecossistêmicos, garantindo segurança alimentar para a população que se dedica a agricultura e a pesca e para todas as comunidades tradicionais presentes no litoral do Paraná. Sua proteção também é estratégica para a manutenção do funcionamento da atividade portuária em Paranaguá;	Aponta para a necessidade de atenção à segurança alimentar das comunidades agrícolas e tradicionais.
		Em relação aos territórios das comunidades tradicionais, os mesmos devem ser reconhecidos, regularizados e integrados ao ordenamento territorial e ao planejamento do Estado, tanto na faixa terrestre quanto na faixa marinha, garantindo sua autonomia se contemplando as comunidades tradicionais como atores efetivos na construção dos planos de manejo das áreas protegidas e do planejamento regional;	Apontam para a necessidade de se considerar as comunidades tradicionais, com atenção especial para seus meios de subsistência e necessidades básicas, assegurando sua participação nos dispositivos de governança regional.
		As comunidades tradicionais no Litoral do Paraná ainda são perseguidas e criminalizadas, se aproximando de refugiados em seus próprios locais de origem e moradia, é necessário a valorização de seus modos de vida e territórios que em muitas localidades do Litoral do Paraná estão tendo seus direitos fundamentais violados de maneira drástica, ocorrendo inclusive extinção de comunidades para abrigar projetos de grandes empreendimentos no lugar de promover ações para sua perpetuação como a estruturação do turismo de base comunitária, apoio à produção e comercialização agrícola e do pescado, intercâmbios culturais;	Apontam para a necessidade de se considerar as comunidades tradicionais, com atenção especial para seus costumes, meios de subsistência, necessidades básicas, valorizando-as nos cenários futuros de desenvolvimento do litoral.

		É imprescindível estabelecer estratégias para que as comunidades tradicionais monitorem e registrem os impactos e transformações originadas pela instalação de grandes empreendimentos assim como é emergencial que se elaborem Protocolos de Consulta junto às comunidades tradicionais referentes à instalação de empreendimentos, unidades de conservação e outras atividades que potencialmente afetem seus territórios;	Aponta para a necessidade de inclusão das comunidades tradicionais nos mecanismos de monitoramento e avaliação, bem como de protocolos de escuta para processos de instalação de empreendimentos, unidades de conservação e outras atividades que potencialmente afetem seus territórios
		É necessária a promoção de mecanismos institucionais para controle e acompanhamento da efetividade dos programas de monitoramento e mitigação de impactos;	Aponta para a necessidade de mecanismos de monitoramento e avaliação do PDS.
		Torna-se urgente finalizar o processo de homologação das Terras Indígenas Sambaqui e Cerco Grande;	Aponta para a necessidade de finalizar o processo de homologação das Terras Indígenas Sambaqui e Cerco Grande
		De suma importância é tornar ágil a resolução de conflitos em áreas de sobreposição de parques e territórios tradicionais e empreendimentos do complexo portuário;	Aponta para a necessidade de compatibilizar a conservação ambiental, os usos tradicionais das comunidades litorâneas e a instalação de empreendimentos de grande impacto.
		É preciso observar o conceito de desenvolvimento sustentável que será utilizado no Plano de Desenvolvimento Sustentável e em outros planos governamentais para a região, analisando as devidas críticas, da mesma forma para a consideração do mesmo se faz oportuno que as noções de território e territorialidade estejam bem definidas;	N/A

		Que os processos de licenciamento ambiental sejam integrados, sinérgicos e interconectados em relação aos impactos socioculturais, quando tratam de contextos territoriais e culturais diferenciados;	Aponta para a necessidade de avaliação de impacto sinérgico dos grandes empreendimentos.
		Considerar que os Territórios Tradicionais Caiçaras não são espaços delimitados por uma geopolítica, mas são territórios de reciprocidade, compadrio e parentesco e assim devem ser considerados nos planos de desenvolvimento;	Apontam para a necessidade de se considerar as comunidades tradicionais, com atenção especial para seus costumes e delimitação de seus territórios, valorizando-as nos cenários futuros de desenvolvimento do litoral.
		Toda a população urbana, rural e as comunidades tradicionais do Litoral do Paraná dependem da saúde das baías, da biodiversidade regional e da manutenção das comunidades em seus locais de origem;	Aponta para a necessidade de conservação da qualidade ambiental da região
		No que se refere aos aspectos socioeconômicos a valorização dos recursos ativos específicos do território é uma estratégia de desenvolvimento e deve articular terra e mar, por meio de turismo de sol e praia articulado com uma cesta de bens e serviços do território e para o território, de tal forma que a renda gerada permaneça no local através de uma economia de proximidade;	Aponta para a possibilidade de ações para desenvolvimento endógeno, aproveitando as especificidades da região.
		Que o plano de desenvolvimento sustentável seja considerado em suas múltiplas dimensões: social, ambiental, cultural, econômica, geográfica e política – uma vez que não existe território sem recursos, mas território sem projeto.	N/A

		Que os planos de desenvolvimento não sejam considerados como uma mera modernização das elites consolidando seu modelo urbano industrial, mas que se caracterize por seu projeto social subjacente – observando-se as complexas relações territoriais ampliando as liberdades substantivas das pessoas;	Aponta para a possibilidade de ações para desenvolvimento endógeno, aproveitando as especificidades da região, valorizando-se a cultura local.
		Em relação a pesca é necessário garantir amplos processos de consulta e participação às comunidades tradicionais pesqueiras em todos os processos de planejamento, ordenamento, desenvolvimento e conservação que possam afetá-las;	Aponta para a necessidade de envolvimento das comunidades tradicionais nos mecanismos de planejamento, monitoramento e avaliação, no processo de implementação das ações e nos dispositivos de governança regional.
		Se faz necessário revisar as normas de gestão pesqueira nos ambientes estuarinos e marinhos de forma participativa;	Aponta para a necessidade de revisar as normas de gestão pesqueira nos ambientes estuarinos e marinhos de forma participativa
		Fomentar políticas públicas de desenvolvimento territorial para as comunidades pesqueiras, com base em atividades complementares à pesca como turismo de base comunitária, gastronomia, agroecologia, cultivos marinhos e outras, de acordo com as comunidades;	Apontam para a necessidade de se considerar as comunidades tradicionais, com atenção especial para seus costumes, meios de subsistência, necessidades básicas, valorizando-as nos cenários futuros de desenvolvimento do litoral.

		No tocante a contaminação ambiental, é imprescindível promover uma revisão dos limites estaduais para emissões atmosféricas, seguindo padrões da Cetesb ou Organização Mundial da Saúde com vistas a melhorar a relação Porto versus Cidade em Paranaguá, com a adoção de programas de melhoria da qualidade do ar nos ambientes urbanos do município;	Aponta para a necessidade de promover uma revisão dos limites estaduais para emissões atmosféricas
		São necessárias medidas de reversão de recursos das atividades portuárias poluidoras para o sistema de saúde de Paranaguá dada a gravidade e aos impactos que a cidade esta sujeita devido a poluição gerada por elas;	Aponta a necessidade de medidas mitigadoras e compensatórias com maior aderência às necessidades da população e aos impactos efetivos dos empreendimentos.
		Análise criteriosa dos efeitos sinérgicos de poluentes atmosféricos emitidos por todos os empreendimentos e vias de acesso propostos e avaliação dos impactos na saúde da população da região e do ambiente natural;	Aponta a necessidade de medidas mitigadoras e compensatórias com maior aderência às necessidades da população e aos impactos efetivos dos empreendimentos.
		Devem ser repensados os empreendimentos portuários, com priorização dos mesmos quanto a localização e características, com a finalidade de minimizar os impactos de emissões atmosféricas;	Aponta para a necessidade de alternativas de infraestrutura viária para o porto, com menor impacto no meio urbano.
		Considerando as pesquisas sobre sedimentação das baías no Litoral do Paraná, há que se discutir alternativas à atividade portuária em Antonina;	Aponta para a necessidade de diversificação das atividades econômicas no litoral.

		São necessários esforços para a implementação de políticas de incentivo a Programas de Pagamento por Serviços Ambientais e Sistemas Baseados na Natureza, visando a mitigação da produção de sedimentos e contaminantes como medidas destacam-se a despoluição e desassoreamento da Baía de Paranaguá e a recuperação de áreas degradadas da Mata Atlântica costeira e ecossistemas associados;	Aponta para a possibilidade de utilização de mecanismos, como o PSA, para melhoria da qualidade ambiental da região.
		A proposição de um novo modelo Porto Cidade para Paranaguá, de modo a mitigar os impactos socioambientais consolidados, com vistas a potencializar a distribuição de renda e a melhoria da qualidade de vida da população;	Aponta para a possibilidade de um novo modelo Porto Cidade para Paranaguá
		A integração entre os atores e diferentes instrumentos envolvidos no planejamento ambiental é necessária para que se dê dinamismo e sinergia de ações relativas aos projetos propostos e existentes na região;	Aponta para a necessidade de articulação das ações e instrumentos de gestão ambiental da região.
		É constante a necessidade da discussão sobre a qualificação do processo de licenciamento ambiental, o qual é carente de análises de impactos sinérgicos e que atualmente está sendo realizado equivocadamente pelo Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense;	Aponta para a necessidade de avaliação ambiental sinérgica e revisão do COLIT
		Um porto exige uma área de suporte muito grande e muitas vezes inserida nos demais usos urbanos do município. Por isso, existe a necessidade de pensar o zoneamento de tal forma que seja possível antecipar e evitar conflitos;	Aponta para a necessidade de revisão das normas de uso do solo em Paranaguá.

		Os usos portuários e/ou correlacionados provocam impactos no tempo e no espaço. Nesse sentido, a análise da paisagem na perspectiva das diferentes escalas de tempo e espaço são fundamentais para evitar o comprometimento do ambiente, da economia, da sociedade e da cultura;	Aponta para a necessidade de revisão das normas de uso do solo em Paranaguá.
		De acordo com os limites e as aptidões das localidades, no planejamento da paisagem, deve-se considerar a sinergia dos usos na ocupação da terra, nas diferentes escalas;	Aponta para a necessidade de revisão das normas de uso do solo na região.
		É premente repensar a viabilidade econômica e social da implantação dos empreendimentos portuários e do pré-sal previstos na região. Impactos considerados positivos podem se transformar em negativos em função do pequeno porte do município e da sua cumulatividade;	Aponta para a necessidade de avaliação dos impactos de grandes empreendimentos, incluindo as questões socioeconômicas e urbanísticas.
		Que seja considerado o desenvolvimento de pesquisas sistemáticas para aferição das alterações da qualidade de vida da população, inserindo novos programas e medidas nas fases de instalação e operação, caso necessário;	Aponta para a necessidade de mecanismos de monitoramento e avaliação.
		Que para os programas socioambientais considerem o desenvolvimento de um projeto de Licença Social para Operação (LSO), metodologia já aplicada de forma exitosa na Austrália, Chile e China;	Propõe projeto de Licença Social para Operação (LSO)

		As potencialidades turísticas regionais, considerando as particularidades sociais, culturais e ecossistêmicas, devem receber investimentos públicos para infraestrutura bem como, devem ser promovidos novos segmentos do turismo, como por exemplo o náutico, o rural, ecológico, científico, de aventura e de base comunitária;	Aponta para o potencial de desenvolvimento turístico e necessidade de investimentos de infraestrutura.
		A democracia e o caráter republicano devem ser asseguradas nas decisões do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense em conformidade com o Artigo 2º do Decreto 2415/2015, com vistas a garantir a representatividade da sociedade civil, bem como a transparência de suas ações e deliberações, repudiando práticas patrimonialistas, clientelistas, familistas, paternalistas, nepotistas e corporativas;	Aponta para a necessidade de dispositivo de governança e/ou revisão do COLIT, ampliando a participação da sociedade.
		Criar uma agenda de Estado invocando as vocações, demandas e potencialidades do litoral do Paraná que não tem sido consideradas como prioridade de forma integrada;	N/A
		Articulação dos processos de licenciamento através da Avaliação Ambiental Estratégica, evitando a discussão fragmentada de cada projeto que frequentemente culmina na judicialização dos processos;	Aponta para a necessidade de articulação dos processos de licenciamento por meio de AAE.
		Grandes empreendimentos não trazem e não tem o objetivo de promover o desenvolvimento local, há que se investir em planos de desenvolvimento que respeitem e atendam as demandas da população;	Aponta para a possibilidade de ações para desenvolvimento endógeno, aproveitando as especificidades da região, valorizando-se a cultura local.

		Em particular, não é possível fazer planejamento regional sem consultar a todos os povos tradicionais, condizente com os dispositivos legais, correndo-se o risco de violar tratados de direitos humanos internacionais;	Aponta para a necessidade de envolvimento das comunidades tradicionais nos mecanismos de planejamento, monitoramento e avaliação, no processo de implementação das ações e nos dispositivos de governança regional.
		Que sejam revisados os critérios para hierarquização das regiões propostas no IV Fórum do Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS/PR) quanto à aplicação de recursos públicos na gestão de resíduos, considerando os aspectos da biodiversidade e fragilidade ambientais da Região de Paranaguá (Litorânea), suas comunidades tradicionais, sua relevância turística e o consequente aumento sazonal de sua densidade populacional, bem como sua influência direta na região costeira, única entre as regiões do estado do Paraná;	Aponta para a necessidade de revisão dos critérios para hierarquização das regiões propostas no IV Fórum do Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS/PR) quanto à aplicação de recursos públicos na gestão de resíduos
		Em atenção ao Manifesto da Associação de Moradores do Rio Sagrado de Cima e Carambiú, considera-se que a prevenção de acidentes de trânsito é parte importante para o desenvolvimento regional sustentável. Acidentes rodoviários com veículos de grande porte e com cargas perigosas na região, são causa de impactos ambientais nos ecossistemas, atingido a biodiversidade e recursos hídricos. Especial atenção deve ser dada no planejamento de ações, estratégias e prioridades para a solvência destes problemas rodoviários no litoral do Paraná, em particular na BR 277 (km 25 e 44) e perímetro urbano de Paranaguá, locais de altos índices de perdas de vidas humanas ou que as deixam com sequelas físicas além de contaminarem o ambiente.	Aponta para a necessidade de se considerar as questões de segurança no planejamento e gestão da infraestrutura viária.

Visita às Comunidades Indígenas	18, 19, 20, 25, 26 e 27/08/2018	Guaraqueçaba, Paranaguá e Pontal do Paraná	As principais questões apontadas nas reuniões são a falta de infraestruturas nas aldeias. Falta de escola, posto de saúde e saneamento básico. Além da questão fundiária, com a regularização de suas terras.	Necessidade de melhoria dos equipamentos e da gestão dessas aldeias.
Reunião com SPU	20/08/18	Curitiba	No caso das comunidades tradicionais em terras da União: em geral estão localizadas em áreas de importância ecológica, por isso busca-se a articulação com a conservação ambiental. Há um trabalho sendo realizado com 10 comunidades na região do Superagui. O instrumento utilizado para a regularização dessas ocupações é o Termo de Autorização de Uso Sustentável.	Aponta para instrumentos e ações de regularização fundiária, que podem ser integrados a um único programa.
			Informa que o estado do Paraná também ocupa terras da União de forma irregular, citando como exemplo o Ferry-boat que atravessa a baía de Guaratuba.	Aponta para a necessidade de regularização de atividades do estado em terras da União.
			Para empreendimentos portuários, há necessidade de autorização da União para instalação dos portos. Atualmente, devido a mudanças na legislação, mesmo que o empreendedor tenha propriedade do terreno de frente para a área onde o cais deverá ser construído, há obrigatoriedade de processo licitatório para utilização da faixa marinha.	N/A
			A SPU fornece assistência técnica para a regularização nos casos do uso do patrimônio da União.	Aponta para a disponibilidade da SPU para integrar programas que abarquem o uso de terras da União, como a atividade turística.

			Há uma iniciativa de repassar a gestão das praias aos municípios do litoral. Para tanto, a SPU exige como contrapartida a regularização das praias, a implantação do Projeto Orla e mecanismos de transparência, especialmente nos processos de concessões relacionadas ao uso das praias.	Aponta para a necessidade de qualificação da gestão pública municipal
Reunião SPVS com participação de Ignacio Jimenez	28/08/18	Curitiba	A resistência da população local a implantação de UCs pode desaparecer ao se observar retorno financeiro para as comunidades atingidas	Aponta para a necessidade de articulação do patrimônio ambiental com alternativas de geração de renda para a população local.
			O patrimônio ambiental deve ser visto de forma articulada com o patrimônio cultural	Aponta para a possibilidade de articulação do turismo cultural e ambiental
			Há necessidade de se definir uma identidade unificada de destino turístico, aproveitando as especificidades da região (Mata Atlântica), bem como um público alvo para estratégias de marketing.	Aponta para a necessidade de se definir uma identidade unificada de destino turístico, aproveitando as especificidades da região (Mata Atlântica), bem como um público alvo para estratégias de marketing.
			Há a possibilidade de o receptivo se estruturar a partir da demanda.	Aponta para a necessidade de rever as estratégias de desenvolvimento turístico.
Reunião com CMDR Morretes	17/09/18	Morretes	As comunidades rurais são carentes de equipamentos e serviços de esporte e lazer, acarretando no aumento do consumo de drogas pelos jovens	N/A
			O SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) está disposto a realizar cursos, mas a comunidade deve indicar qual o conteúdo a ser abordado.	Aponta para a possibilidade de parceria com o SENAR para implementação de ações

			relacionadas a qualificação profissional rural.
		A Cresol (Cooperativa de crédito) tem feito algumas ações de incentivo ao associativismo, como a formação de agentes do desenvolvimento, que tem função multiplicadora da prática associativista e de aproximar os agricultores da Cresol. Também está fazendo um trabalho nas escolas de ensino fundamental de informação sobre cooperativismo.	Aponta para a possibilidade de parceria com a Cresol para implementação de ações relacionadas ao desenvolvimento do cooperativismo na região.
		as agroindústrias que poderiam trabalhar no beneficiamento de produtos agrícolas esbarram no processo de licenciamento, em especial a exigência de ter um agrônomo responsável pela empresa (algo que poderia ser resolvido pela formação de cooperativas)	Aponta para a necessidade de desenvolver o cooperativismo e assistência técnica para beneficiamento de produtos agrícolas.
		Falam da necessidade de melhoria do saneamento básico, e citam experiência bem-sucedida de parceria entre prefeitura, Sanepar e sociedade civil organizada (associação de moradores) na implantação de sistema de abastecimento de água rural.	Aponta para oportunidade de parcerias público-privadas para implantação de infraestrutura.
		Levantou-se a relação entre a conservação ambiental e a qualidade da água: (i) o repovoamento da mata ciliar contribui para a diminuição do assoreamento de rios e baía; (ii) o desmatamento tem causado impacto na quantidade de água nos corpos hídricos da região.	Aponta para a necessidade de qualificação da mata ciliar e preservação dos maciços florestais existentes para manutenção da qualidade e quantidade da água.

			O Plano de desenvolvimento rural apresentado pelo CMDR prioriza: melhoria das estradas rurais, licenciamento ambiental, saneamento rural, organização dos agricultores e comercialização da produção	Aponta para a necessidade de ações relacionadas a: melhoria das estradas rurais, licenciamento ambiental, saneamento rural, organização dos agricultores e comercialização da produção.
Reunião com Cordrap	29/11/18	Paranaguá	os pescadores artesanais de Pontal do Paraná receberam recentemente, por meio de programa específico, recursos para melhorar sua atividade, inclusive para estrutura necessária para congelar o pescado.	Possibilidade de financiamento para ações de desenvolvimento da pesca
			Há relato de problemas de abastecimento público de água em Paranaguá, especialmente após os eventos climáticos ocorridos em 2011	Em conversa com investidores do litoral, citou-se um estudo de novo ponto de captação nas cavas da região do Embocuí
			Técnico da Emater aponta a necessidade da população se organizar para que ações como o PDS Litoral sejam implementadas. As comunidades são muito dependentes de agentes externos para resolver seus problemas.	aponta para uma proposta de organização da sociedade civil para implementação do PDS e para a necessidade de mecanismos de governança.

7. REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Brasil 2035: cenários para o desenvolvimento**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento. – Brasília: Ipea: Assecor, 2017. 320 p.: il., gráfs. color. Disponível em
<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30156>
Acessado em 10.10.2018.
- CAMARGO, Odair. **Uma contribuição metodológica para planejamento estratégico de corredores de transporte de carga usando cenários prospectivos**. 2005. 169f. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina/Centro Tecnológico. Florianópolis, 2005.
- MARCIAL E.C. e GRUMBACH, R. J. dos S. **Cenários Prospectivos. Como construir um futuro melhor**. 5ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.
- CARNEIRO. F. S. A.; RODRIGUES. M. V.; RODRIGUES. G.; BARRETO. L. R.; SAMPAIO. C. B. P. **Método de criação de cenários prospectivos para o ensino superior brasileiro na visão da engenharia de produção**. XXXI Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Belo Horizonte: ABEPRO, 2011.
- FRANCO, F.L. **Prospecção estratégica: Uma metodologia para a construção do futuro**. 2007. 240 f. Tese (Doutorado em Engenharia). Programa de Pós-Graduação de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2007.
- GIOVINAZZO, Renata A.; FISCHMANN, Adalberto A. **Delphi eletrônico – uma experiência de utilização da metodologia de pesquisa e seu potencial de abrangência regional**. In COSTA, Benny Kramer; ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de (coordenadores). *Estratégia: perspectivas e aplicações*. São Paulo: Atlas, 2002.
- GODET, M. **The Art of Scenarios and Strategic Planning: Tools and Pitfalls, Technological Forecasting and Social Change**, Elsevier Science Inc, 2000. Disponível em
<http://en.lapropective.fr/dyn/anglais/articles/art_of_scenarios.pdf > Acessado em 10.10.2018.

GODET, M. **Creating futures scenario planning as a strategic management tool**. Paris: Economica, 2006 Disponível em <<http://www.laprosperspective.fr/dyn/anglais/ouvrages/creatingfutures2006.pdf>> Acessado em 10.10.2018.

PARANÁ. **Termo de referência para elaboração do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Estado do Paraná – PDS_Litoral**. Curitiba, 2016.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2014. Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência**. Disponível em http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-hdr_portugues-2014.pdf.> Acessado em 10.10.2018.